LUCIANA PEREIRA DE LIMA

**A Educação Infantil diante da violência doméstica contra a
criança: compreendendo sentidos e práticas**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de
São Paulo, como parte das exigências para obtenção do
título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva

RIBEIRÃO PRETO - SP

2008

Capa: Edição da obra ***Paz*** de Candido Portinari - Painel a óleo/madeira compensada - 1400 x 953cm - 1952-1956.

FICHA CATALOGRÁFICA

Lima, Luciana Pereira de.

A Educação Infantil diante da violência doméstica contra a criança: compreendendo sentidos e práticas. Ribeirão Preto, 2008.

232 p. : il.; 30 cm

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Silva, Ana Paula Soares da.

1. Educação Infantil 2. Creche 3. Violência doméstica
4. Violência institucional 5. Criança

FOLHA DE APROVAÇÃO

Luciana Pereira de Lima

A Educação Infantil diante da violência doméstica contra a criança: compreendendo sentidos e práticas

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências. Área de concentração: Psicologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____

Dedico este trabalho aos meus pais, Cleuton e Fatima, pelo exemplo de vida e por todo o amor e apoio que me deram, possibilitando que chegasse até aqui. Aos meus irmãos, Gustavo e Raquel, amigos que sempre estiveram ao meu lado nesta e em outras jornadas. Ao meu grande amor, Leandro, que, com sua compreensão, companheirismo e amor, sempre me incentivou a realizar os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a vida e condições, força e alegria para lutar pelos meus ideais.

À Professora Ana Paula, em especial, por ter me dado a oportunidade de ser sua orientanda e de participar do CINDEDI. Seu profissionalismo, ética, competência e companheirismo me possibilitaram imensos aprendizados profissionais e pessoais, tornando o Mestrado um momento único e inesquecível na minha trajetória de vida. Muito obrigada!

À Universidade Federal de Uberlândia, onde ingressei no mundo da Psicologia e vivenciei momentos de amizade e imenso aprendizado. À Universidade de São Paulo, onde continuei minha formação profissional e pessoal, sempre amparada por uma estrutura e profissionais admiráveis.

Ao CINDEDI, no qual pude vivenciar uma experiência real de grupo: grupo de amigos e profissionais comprometidos com as problemáticas sociais. Tenho orgulho de ter tido a oportunidade de conviver com pesquisadoras tão competentes, tão engajadas na luta pela melhoria das condições de vida das crianças: as aprendizagens foram indescritíveis!

À Professora Clotilde, pelo exemplo de força, competência e dedicação e pelas imensuráveis contribuições dadas às nossas pesquisas e à Psicologia. Obrigada!

Às Professoras Maria Paula Panúncio-Pinto e Marina Rezende Bazon pelas valiosas sugestões e reflexões realizadas no Exame de Qualificação e que muito auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa.

À Professora e a amiga Lourdinha pela confiança e pela oportunidade dada ao me inserir no mundo da pesquisa interdisciplinar. Obrigada pelo carinho e pela preciosa convivência!

À Professora e amiga Lucia Helena por ter me ajudado na minha vinda de Uberlândia a Ribeirão Preto, ouvindo sempre minhas dúvidas, desejos e ansiedades. Sua meiguice e competência sempre me acalentaram e me guiaram nesta jornada.

Aos Professores Emerson e Ana Maria por também terem me ouvido e me orientado quando ainda sonhava em vir para Ribeirão Preto.

À carinhosa e simpática Professora Lindionesa que, ao criar espaços interdisciplinares na Universidade Federal de Uberlândia para a discussão sobre a violência contra a criança, permitiu que aprofundasse meus conhecimentos sobre a temática.

À adorável e carinhosa Alda. Obrigada pela ajuda e por sua amizade e meiguice constantes!

À Izilda e ao Ronie por toda a ajuda no desenvolvimento desta pesquisa.

Às filhas da Ana: Mara, Mariana, Regiane, Ana Laura, Andrea, Delma, Gabi, Lígia e Bruna. Obrigada pelas orientações, sugestões e amizade! Às cindedianas Larissa e Luciana, pela amizade e apoio ao longo do Mestrado.

Aos meus pais por terem sempre me incentivado, amparado incondicionalmente e possibilitado realizar-me profissionalmente. Minha eterna gratidão!

Aos meus irmãos pelo carinho e amizade: companheiros e cúmplices de muitos momentos! Ao meu lindo sobrinho Henrique, que apesar de nunca ter entendido o porquê a titia foi estudar longe, já que tem tanta escola em Uberlândia, sempre me recebeu com muito amor e me alegrou com suas brincadeiras.

À minha avó que com sua sabedoria, serenidade e amor me apontou sempre o valor do conhecimento e me ensinou muito sobre a vida.

Ao meu amor Leandro que, no meio de tanta ausência e saudade, sempre me acompanhou e apoiou com muita atenção, respeito e carinho. Obrigada por tudo!

À Leninha, ao Horácio, as minhas cunhadas Jane e Karla e a minha linda sobrinha Letícia pela alegria da convivência e pelo sempre carinhoso reencontro.

Às amigas e amigos da Casa 13 pelo companheirismo. Em especial, agradeço as minhas amigas Telma, Claudita, Paula, Priscilla, Camila e Naira com as quais compartilhei sentimentos e momentos. Obrigada por tudo!

Às amigas Artê, Cidinha, Letícia, Renata, Janaína e Quisy que, de alguma forma e em momentos específicos de minha vida, me ajudaram e me incentivaram.

Aos profissionais das creches estudadas que sempre me receberam com muita atenção e carinho. Agradeço, principalmente, às participantes do estudo por terem se disponibilizado a expressar suas opiniões e sentimentos, sobre uma temática tão delicada.

À FAPESP pelo apoio financeiro à pesquisa. Agradeço também as orientações e opiniões fornecidas pelo(a) parecerista da instituição que acompanhou a pesquisa.

A todos aqueles que me incentivaram e possibilitaram a realização deste trabalho.

Obrigada a todos!

“A paz é um dos anelos mais profundos do ser humano”
Vital Didonet (2007)

LIMA, Luciana Pereira de. **A Educação Infantil diante da violência doméstica contra a criança: compreendendo sentidos e práticas**. 2008. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

RESUMO

No Brasil, apesar da existência de um aparato legal que insere a criança no mundo dos direitos humanos, há ainda a persistência da violência contra a criança, sendo a família um dos principais *locus* para sua ocorrência. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, a responsabilidade pela defesa dos direitos da criança deve ser compartilhada por todos os segmentos da sociedade, incluindo as instituições educativas. Neste sentido, e considerando sua finalidade de promoção do desenvolvimento integral da criança, cabe à Educação Infantil contribuir para o enfrentamento da violência contra a infância. O presente projeto, neste contexto, teve como objetivo investigar como profissionais de creche significam e lidam com a questão da violência doméstica contra a criança. As instituições-alvo da pesquisa foram duas creches localizadas em Ribeirão Preto/São Paulo: uma que não havia notificado caso de violência doméstica contra a criança no Disque Denúncia e/ou Conselho Tutelar (*creche A*) e outra que havia notificado caso a estes órgãos (*creche B*). Para a seleção das creches, foi realizado um levantamento, junto ao Conselho Tutelar e Programa Disque Denúncia de Ribeirão Preto, de todos os casos encaminhados e seus respectivos notificantes, no período de outubro de 2005 a setembro de 2006. Os instrumentos utilizados para a obtenção dos dados nas creches foram: observações (5 meses) e entrevistas (17). Na *creche A*, foram realizadas entrevistas com funcionárias dos serviços gerais (2), educadoras (5) e diretora (1). Na *creche B*, foram realizadas entrevistas com funcionárias dos serviços gerais (2), educadoras (6) e coordenadora (1). Foram analisadas 10 entrevistas, sendo cinco de cada creche: 1 (diretora/coordenadora), 1 (funcionária de serviços gerais), 3 (educadoras). A metodologia de coleta e análise dos dados ancorou-se nos pressupostos da Rede de Significações. A análise dos dados apontou: 1) a existência de redes de sentidos, compostas não só por sentidos relativos à *violência doméstica contra a criança*, que canalizam/atravessam/justificam as ações dos profissionais da Educação Infantil no que tange à criança, à família e aos órgãos de proteção; 2) que os sentidos mobilizados e as principais ações realizadas, por funcionárias, em situações *concretas* de violência doméstica dirigida à criança (conversar com a criança, orientar a família e não notificar os casos aos órgãos de proteção), se diferenciam dos sentidos mobilizados e das ações defendidas em situações *hipotetizadas* (conversar com a família, visando à constatação da violência e encaminhar casos identificados aos órgãos de proteção); 3) a ocorrência de violência contra as crianças nas creches, sendo as práticas mais comuns o castigo, o grito e a ameaça; 4) a complexidade e a relação existente entre as formas como as funcionárias lidam com as crianças nas instituições e nos casos de violência familiar, bem como dos fenômenos da violência doméstica e da violência institucional; 5) que ações realizadas *nas e pelas* creches assumiriam diferentes posições em um *continuum* proteção/vitimização da criança. Assim, as reflexões realizadas, no presente estudo, ressaltam que é de fundamental importância que a Educação Infantil reflita sobre em quais discursos estão se pautando e como suas práticas vêm contribuindo para a proteção da criança, tanto nas creches e pré-escolas como nas famílias. Dessa forma, a Educação Infantil poderá promover/possibilitar o desenvolvimento integral das crianças, cumprindo seu papel político e pedagógico.

Palavras-chave: Educação Infantil. Creche. Violência doméstica. Violência institucional. Criança.

LIMA, Luciana Pereira de. **Child rearing facing domestic violence against children: understanding senses and practices**. 2008. 232 f. Dissertation (Master Degree) – Faculty of Philosophy and Sciences of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

ABSTRACT

In Brazil, despite the existence of a legal apparatus that puts the child in the world of human rights, there is the persistence of violence against children; the family is a major *locus* for its occurrence. According to the Federal Constitution of 1988 and the Child and Adolescent Statute, responsibility for defending the children's rights should be shared by all segments of society, including educational institutions. In this sense, and considering its purpose of promoting the integral development of children, it is the Child Rearing to contribute to confront the violence against children. This project, in this context, is aimed to investigate how day nursery professionals deal with the issue of domestic violence against children. The target institutions of the search were two kindergartens located in Ribeirão Preto / São Paulo: one which had not reported cases of domestic violence against children in Dial Denounce and/or Guardianship Councils (*day nursery A*) and another which had notified some cases to these institutions (*day nursery B*). For nurseries selection, a survey was conducted along with the Guardianship Councils and the Program of Dial Denounce in Ribeirão Preto of all cases referred and their respective applicants, from October 2005 to September 2006. The instruments used to collect data in the nursery school were: observation (*5 months*) and interviews (*17*). In the nursery A, interviews were held with general service employees (2), teachers (5) and director (1). In nursery B, interviews were held with general services employees (2), educators (6) and coordinator (1). We analyzed 10 interviews, five of each kindergarten: 1 (director / coordinator), 1 (general services employee), 3 (educators). The methodology for collecting and analyzing data is anchored on the assumptions of the Meaning Network. Data analysis showed: 1) the existence of the senses network, composed not only by senses of domestic violence against children, which direct / cross / justify the actions of professional Child Rearing in relation to child, the family and the protection institutions; 2) that the senses deployed and the main actions taken by employees in concrete situations of domestic violence targeted at kids (talk to the child, guide the family and not report the cases to the protection institutions), differ from those mobilized senses and actions held in hypothesized situations (talk with the family aiming to find and report the identified cases of violence to the protection institutions); 3) the occurrence of violence against children in day care centers, being the most common practice the punishment, and the scream and threat; 4) the complexity and the ways in which employees deal with children in institutions and in cases of family violence, as well as the phenomena of domestic violence and institutional violence; 5) that actions taken in by nurseries got different positions on a *continuum* protection / victimization of the child. Thus the considerations made in this study, emphasize that it is of fundamental importance that Child Rearing reflects on in which speeches are founded upon and how their practices are contributing to the protection of children, both in nurseries and pre-schools and in families. Thus, Children Education can promote / facilitate the full development of children, fulfilling its political role and teaching.

Keywords: Child Rearing. Day nursery. Domestic violence. Institutional violence. Child.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	27
1.1. As violências contra a criança.....	29
1.2. A violência doméstica contra a criança.....	30
1.3. Resenha histórica da violência doméstica contra a criança.....	32
1.4. Modelos explicativos da violência doméstica contra a criança.....	40
1.5. O enfrentamento da violência doméstica contra a criança.....	42
1.6. O papel da Educação Infantil no enfrentamento da violência doméstica contra a criança.....	43
 CAPÍTULO 2 - OBJETIVOS.....	 49
2.1. Objetivo Geral.....	51
2.2. Objetivos Específicos.....	51
 CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA.....	 53
3.1. O referencial teórico-metodológico da pesquisa.....	55
3.2. Produção do <i>corpus</i> pesquisado.....	60
3.3. A pesquisa no Conselho Tutelar.....	63
3.4. A pesquisa no Programa Disque Denúncia.....	65
3.5. As instituições-alvo da pesquisa.....	66
3.6. Os participantes da pesquisa.....	68
3.7. Metodologia de análise.....	69
 CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	 75
4.1. Os casos de violência doméstica contra a criança, notificados ao Conselho Tutelar.....	77
4.2. A Educação Infantil e a violência doméstica contra a criança.....	80
4.3. A Educação Infantil e a violência institucional contra a criança.....	155
4.4. As redes de sentidos e as práticas institucionais.....	163
 CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 199
 REFERÊNCIAS.....	 205
 APÊNDICES.....	 217

APRESENTAÇÃO

O interesse pela temática do presente trabalho foi fruto de encontros e desencontros. Encontros com a realidade de crianças vitimizadas, permeada por sofrimentos e desamparos, e desencontros com uma política pública que realmente garantisse a proteção das crianças e o seu direito de conviver em um ambiente familiar saudável, promotor de um desenvolvimento infantil integral e desejável.

Tais encontros e desencontros ocorreram primeiramente durante a minha participação em disciplinas e estágios, realizados em abrigo de crianças, durante o curso de graduação em Psicologia. Posteriormente, a partir da inserção em grupo de estudo sobre a temática.

O (re)conhecimento da realidade das crianças vitimizadas despertou em mim sentimentos - que desde então jamais se dissiparam - de perplexidade, angústia e indignação. Tal problemática social, dessa forma, me “capturou”, me “mobilizou” e me instigou a compreender melhor a violência doméstica contra a criança e como a nossa sociedade vem lidando com esse fenômeno. O meu desejo era, a partir desse conhecimento, contribuir de alguma forma para mudar essa realidade. E foi esse desejo que fez com que decidisse pesquisar, no curso de Mestrado, a violência familiar dirigida à criança.

A escolha da abordagem teórica, que nortearia o estudo, também foi resultado de vivências no universo da Psicologia. Nessa época, a abordagem cognitiva, na qual me baseei durante a graduação, já não respondia as minhas perguntas, não me satisfazia. Reconhecia os aspectos sociais e históricos como fundantes dos processos psicológicos e passava a interpretar a realidade com outro olhar. Compreendia, também, a importância da abordagem teórica e como a mesma expressava uma visão de ser humano e de mundo, direcionando/circunscrevendo as formas/possibilidades de compreensão e de intervenção na realidade. Nesse contexto, para que estivesse em consonância com meus valores e ideais, considerei que deveria pesquisar a partir de uma perspectiva histórico-cultural.

Ao “descobrir” o Centro de Investigações em Desenvolvimento Humano e Educação Infantil (CINDEDI) e o trabalho da Profa. Dra. Ana Paula, pesquisadora do grupo, vislumbrei a possibilidade de realizar minhas pretensões. Estudando os trabalhos do CINDEDI e a Educação Infantil, percebi a riqueza das discussões teóricas e metodológicas realizadas pelos cinedianos, à luz da abordagem histórico-cultural e a importância das creches e pré-escolas no enfrentamento da violência doméstica contra a criança.

Os estudos sobre a violência doméstica apontavam as crianças da faixa etária atendida pela Educação Infantil como sendo as mais vulneráveis à violência familiar. No entanto, pesquisas sobre a Educação Infantil indicavam que profissionais de creches e pré-escolas possuíam dificuldades para a identificação do fenômeno e que havia, no Brasil, uma baixa participação dessas instituições na notificação de casos aos órgãos de proteção da infância.

O apontamento de tal realidade, pelas investigações científicas, despertou em mim o interesse de compreender como a problemática da violência familiar estava sendo significada e enfrentada pelas instituições de Educação Infantil. E foi com imensa felicidade que, ao ser acolhida pelo CINDEDI, planejamos e realizamos o presente estudo.

Apresentamos, neste trabalho, reflexões sobre a forma como profissionais de creches significam e lidam com a violência doméstica perpetrada contra a infância e buscamos compreender saberes, conflitos e dificuldades dos profissionais acerca dessa temática, no interior das instituições.

No *primeiro capítulo*, nos posicionamos a respeito de qual teoria relativa à violência doméstica contra a criança embasa o trabalho e, a partir de tal escolha, realizamos a conceituação do fenômeno. Nesse item, apontamos ainda: a complexidade e a persistência da violência contra a criança ao longo da história; modelos explicativos do fenômeno, existentes na literatura, e pesquisas que discutem a violência familiar e o papel da Educação Infantil nesse cenário.

No *segundo capítulo*, apresentamos o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho. No *terceiro capítulo*, indicamos: os pressupostos teórico-metodológicos que embasaram o desenvolvimento do estudo; os caminhos percorridos para a construção do *corpus* da pesquisa; as instituições e os participantes do estudo; os instrumentos utilizados para a coleta de dados e a metodologia de análise construída para o tratamento do material. Esse item constitui-se como uma tentativa de contextualizar o leitor sobre o percurso de desenvolvimento da pesquisa e sobre a teoria que iluminou tal caminho, configurando a forma de coleta e análise dos dados.

Já no *quarto capítulo* apresentamos os resultados e a discussão dos dados. Nessa parte do trabalho, indicamos os sentidos e práticas das creches relacionadas com a violência doméstica contra a criança e também com a violência institucional. Vale ressaltar que o tema da violência institucional emergiu como sendo importante questão de análise após a constatação de que, nas creches, havia a perpetração de práticas violentas contra as crianças.

Nesse item, discutimos ainda como as ações das creches - canalizadas/incentivadas/ justificadas por redes de sentidos existentes - assumem diferentes posições em um *continuum* proteção/vitimização.

No *quinto capítulo*, realizamos as considerações finais e tentamos apontar algumas contribuições que o presente estudo pode trazer para as discussões e práticas relativas ao enfrentamento da violência doméstica contra a criança e à melhoria da qualidade da Educação Infantil.

Boa leitura!

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A existência é o primeiro bem; e o segundo é o modo de existir.
Simón Bolívar, 1825

1.1. As violências contra a criança

No Brasil, a criança é constituída juridicamente enquanto sujeito de direitos nas décadas de 1980 e 1990. A aprovação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) inserem a criança no mundo dos direitos humanos e instauram a doutrina da proteção integral, considerando-a como prioridade nacional (SILVA et al., 2000). O reconhecimento da criança enquanto cidadã é resultado de transformações sociais, econômicas e políticas na sociedade. Destacam-se, neste contexto: o amplo processo de abertura política instaurado no bojo da derrocada do regime militar autoritário, que possibilitou uma maior organização e luta dos movimentos sociais pelos direitos humanos; a influência dos movimentos internacionais pela defesa do direito da criança com a promoção de convenções das quais o Brasil é signatário e cujas deliberações imprimiram caráter de lei no país (GUERRA, 1998).

As mudanças sociais, econômicas e políticas na sociedade brasileira, nas décadas de 1980 e 1990, foram influenciadas e, concomitantemente, influenciaram avanços científicos na área da infância, principalmente com os estudos da Psicologia do Desenvolvimento que trouxeram novos olhares relativos à criança (PINTO, 1997) e da Sociologia da Infância cuja consolidação veio reforçar a valorização da criança enquanto ator social (SARMENTO, 2005; SIROTA, 2001).

A emergência de uma nova concepção de infância, no entanto, vem confrontando-se com uma cultura adultocêntrica e polissêmica, constituída ao longo da história, na qual coexistem diferentes significações, valores e ideais relacionados à criança e a seu desenvolvimento e que implicam, muitas vezes, em práticas de cuidado e educação diferenciadas e até mesmo contraditórias com o discurso acadêmico e legal sobre esta temática.

No Brasil, ainda nos deparamos com uma infância vítima de diversas violências para a qual a maioria dos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente ainda não passou de promessa. Como ressalta Guerra (1998, p. 156), "a criança tem apregoado os seus direitos, os

quais, na verdade, são solapados freqüentemente, uma vez que ela continua sendo até hoje o mesmo oprimido e marginalizado".

Dentre os tipos de violência que atingem a infância, desrespeitando seus direitos adquiridos, pode-se identificar a violência advinda das conjunturas sociais, políticas e econômicas, a qual impõe às crianças e a suas famílias precárias condições materiais de existência.

Azevedo e Guerra (1997) afirmam que além da macroviolência ou vitimação, a infância é ainda atingida pelo que denomina de microviolência ou vitimização. Este tipo de violência seria aquela que ocorre no âmbito privado, das instituições, no plano das relações interpessoais. Destaca-se, neste cenário, a violência interpessoal doméstica que atinge crianças e que ocorre no âmbito familiar.

1.2.A violência doméstica contra a criança

Pode-se afirmar que a violência doméstica contra a criança é um fenômeno que vem sendo compreendido por diferentes referenciais na literatura brasileira. Um deles é o da perspectiva sócio-histórica, adotada também no presente estudo. Importantes reflexões sobre a temática, a partir desse referencial, são realizadas por Azevedo e Guerra (1989, 1997) e Guerra (1998).

Guerra (1998) aponta que a violência doméstica é intersubjetiva, apresenta relação com a violência estrutural e consiste:

- ✚ numa *transgressão do poder disciplinador* do adulto, transformando a diferença de idade, adulto-criança/adolescente, numa *desigualdade* de poder intergeracional;
- ✚ numa negação do valor de *liberdade*: ela exige que a vítima seja cúmplice do adulto, permanecendo silenciada;
- ✚ num processo de *vitimização*: submete a vítima ao poder do adulto com o intuito de coagi-la a satisfazer os interesses, desejos e expectativas deste.

Baseando-se nessa visão, a autora propõe a seguinte definição do fenômeno:

A violência doméstica contra crianças ou adolescentes representa todo ato ou omissão praticados por pais, parentes ou responsáveis contra crianças/adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação dos direitos que crianças e adolescentes têm de serem tratadas como

sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento (GUERRA, 1998, p.32).

A autora afirma que existem os seguintes tipos de violência doméstica contra a criança e o adolescente:

- ✓ *Violência física* - abrange atos nos quais há a utilização intencional da força física por pais ou responsáveis contra a criança ou adolescente que resulta em ferimentos, lesões, sofrimento psicológico e até morte da vítima;
- ✓ *Violência sexual* - envolve atos ou jogos sexuais realizados entre adultos e crianças ou adolescentes, em relação heterossexual ou homossexual, objetivando estimular sexualmente a criança ou adolescente ou utilizá-los para obtenção de estimulação sexual para si e/ou outros;
- ✓ *Violência psicológica* - envolve atos de depreciação da criança ou adolescente e/ou ameaças de abandono, realizadas por adultos, que prejudicam a auto-aceitação das vítimas e causam sofrimento psicológico;
- ✓ *Negligência* - ocorre quando há uma omissão, por parte de adultos, na satisfação das necessidades físicas e emocionais de crianças e adolescentes. Tal ato não advém das condições de vida impostas aos mesmos.

Neves (2004) pontua que, apesar da divisão didática, as modalidades de violência encontram-se muitas vezes sobrepostas, podendo ser observada, em um único caso, a ocorrência de mais de um tipo de violência. A mesma autora ressalta ainda que a violência doméstica contra a criança pode ser observada em diferentes camadas sociais e em períodos históricos diferenciados.

Um breve olhar na história permite vislumbrarmos a persistência de práticas rígidas dirigidas à infância no âmbito familiar, - atualmente consideradas como violência doméstica contra a criança -, ao longo da história da humanidade e, mais especificamente, ao longo da história do Brasil, conforme apresentado no próximo item.

1.3. Resenha histórica da violência doméstica contra a criança

1.3.1. A violência doméstica contra a criança no mundo

Pode-se afirmar que a realização de práticas pelos adultos que, atualmente denominamos de violência doméstica contra a criança, esteve presente em diferentes períodos da trajetória da humanidade, de acordo com registros existentes.

Segundo Assis (1994), os relatos históricos apontam que, nas sociedades antigas, o infanticídio, ou seja, o assassinato de crianças pequenas pelos pais era uma prática utilizada. De acordo com Ariès (1981), nas civilizações antigas, o infanticídio era considerado um meio para eliminar crianças que nasciam com defeitos físicos. O abandono e a morte de crianças também ocorriam visando ao equilíbrio de sexos, cortes de despesas financeiras, por motivos religiosos e por ter o pai o direito sobre a vida ou a morte do filho.

Assis (1994, p. 127) apresenta trecho bíblico (II Reis 6: 26-29) sugerindo que o povo hebreu, diante da miséria, comia filhos mais novos: “Dá cá o teu filho para que hoje o comamos, e amanhã comeremos o meu filho. Cozemos pois, o meu filho, e o comemos” .

Richard e Lyman (1991) afirmam que, com o tempo, porém, há o surgimento de recusas e punições por membros da sociedade a estes comportamentos contra a criança. Na Itália, nos anos de 315-329 d.C., criou-se uma lei que propunha punir os pais que praticassem o infanticídio. No entanto, somente após 374 d.C. é que o infanticídio foi declarado delito punível. No século XII, a Inglaterra promulgou a primeira lei que igualou a morte de crianças ao homicídio de adulto.

Na Antigüidade, a aplicação de castigos pelos pais e responsáveis às crianças que os desobedecessem é também citada. No livro bíblico (DEUTERONÔMIO 21: 18-21), menciona-se que uma lei hebraica do período 1250-1225 a.C. instrui que, “caso os filhos não dêem ouvidos às recomendações paternas, cabe aos anciões da cidade puni-los, expondo-os para que sejam apedrejados pelos homens até a morte” (ASSIS, 1994, p.127).

Nos séculos IV e V da era cristã, relata-se uma amenização das práticas disciplinares, visando à educação das crianças, propagadas pelos padres: “Castigá-los, umas vezes com um olhar severo, outras com palavras incisivas, outras com repreensão; em outras ocasiões conquistá-los com amabilidade e promessas... É preferível que em todo o momento tenham os golpes, mas sem recebê-los” (RICHARD; LYMAN, 1991, p.110).

No século XVII, a aplicação de práticas disciplinares rígidas é novamente ressaltada por Guerra (1998, p.52). De acordo com a autora, nessa época, havia uma atenção aos dizeres

bíblicos, especialmente por parte dos puritanos: “Aquele que poupa a vara, quer mal ao seu filho, mas o que o ama, corrige-o continuamente” (PROVÉRBIOS 13:24), “Castigando-o com a vara, salvará sua vida da morada dos mortos” (PROVÉRBIOS 23:14).

Porém, nesse mesmo período, outros discursos bíblicos, referentes à punição corporal das crianças no ambiente familiar, eram propagados: “Corrige teu filho enquanto há esperanças, mas não te enfureças até fazê-lo perecer” (PROVÉRBIOS 19:18). Defendia-se, dessa forma, a punição física como método disciplinar, mas não aquela que pudesse levar a criança à morte (GUERRA, 1998).

Alguns historiadores demonstram que, no século XVII, o castigo corporal era utilizado para disciplinar as crianças. De acordo com Ariès (1981), nesse século, a família, a Igreja e os moralistas utilizaram, com as crianças, o chicote e as correções aplicadas aos condenados das classes mais populares. No entanto, a aplicação destas punições traduzia, segundo este autor, um amor obsessivo à criança.

DeMause (1991) afirma que, de acordo com seus estudos relativos aos métodos disciplinares infantis, é possível acreditar que uma grande porcentagem de crianças, antes do século XVIII, era o que hoje chamaríamos de “crianças espancadas”. DeMause informa ainda que documentos escritos em período anterior ao século XVIII, referentes à educação das crianças, aprovavam castigos corporais. Os instrumentos usados nestes espancamentos incluíam chicotes, pedaços de bambu, de ferro, bastões, paus, etc. O relato abaixo menciona o espancamento de Luís XIII, uma criança que pertencia à realeza francesa.

Seu pai tinha junto de si, na mesa, um chicote, e já aos 17 meses o delfim sabia que não devia chorar quando era ameaçado. Aos 25 meses iniciaram os açoitamentos sistematicamente, muitas vezes com o delfim despido. Ele tinha freqüentes pesadelos relacionados aos açoitamentos, que lhe davam pela manhã, ao acordar. Sendo já rei continuava acordando de noite, aterrorizado pela idéia do açoitamento matutino. No dia da coroação, com 8 anos, foi açoitado (...) (DEMAUSE, 1991, p.73).

O mesmo autor afirma que, ao longo dos séculos, a disciplina baseada em práticas violentas foi permitida, sendo o protesto público raro. O espancamento de crianças era aprovado até mesmo por humanistas e professores, com grande reputação na sociedade.

No século XVII, havia a defesa do castigo também por importantes filósofos, que abordaram a temática educação de filhos. Dentre estes, destacam-se John Locke que, em 1693, publicou sua obra sobre a infância – *Da Educação das Crianças* que se tornou um livro bastante popular. Para John Locke, os castigos físicos deviam ser aplicados imediatamente,

para evitar a repetição, pelas crianças, de comportamentos indesejados. Para o filósofo, o condicionamento moral se daria principalmente pela ação de fazer a criança sentir culpa ou vergonha pelas suas ações e não tanto pelo espancamento. A aplicação exclusiva do espancamento podia tornar a criança rebelde (GUERRA, 1998).

Outros filósofos, entretanto, defendiam um conjunto diferenciado de idéias. Destaca-se, neste contexto, Jean-Jacques Rousseau que, em 1762, na França, lançou a obra intitulada *Emílio ou Da Educação* e estabeleceu um debate teórico com Locke. Rousseau defendia o pressuposto de que não deveria existir castigo físico na educação das crianças. Este autor tentou questionar, por meio de sua obra, um sistema pedagógico autoritário, baseado na intimidação moral e no castigo físico (GUERRA, 1998).

A aplicação de castigos físicos às crianças também é evidenciada nos séculos XVIII e XIX. De acordo com Newson e Newson (1974), registros relativos à Inglaterra apontam que, nesse período, as práticas disciplinares rígidas eram amplamente divulgadas, principalmente pelos evangélicos, e eram claramente relacionadas com a expectativa de morte da época. Os evangélicos utilizavam as crenças referentes ao céu e ao inferno para motivar e direcionar a punição das crianças pelos adultos.

Os estudos científicos também indicam o uso de castigos físicos às crianças ao longo da história. Segundo Roche et al. (2005), a primeira pesquisa científica que aponta a problemática da violência contra a criança, intitulada *Étude médico-légale sur les sevrices et mauvais traitements exercés sur des enfants*, foi realizada pelo médico-legista francês Ambroise Tardieu, em 1860, no qual se estudaram 32 casos de crianças vitimizadas. De acordo com Guerra (1998), o trabalho de Ambroise Tardieu mostrava uma realidade intensamente vivida pelas crianças francesas do século XIX.

A partir de 1850, surgem, na França, as primeiras “sociedades protetoras da infância”. Respondendo às pressões das sociedades, de acordo com Donzelot¹ (1980 apud GUERRA, 1998, p. 69),

(...) surgem as leis de 1889 e de 1898. A lei de 1889 decide que poderá decretar a perda dos direitos dos pais ou mães que, por sua embriagues habitual, maus procedimentos notórios e escandalosos, maus-tratos, comprometam tanto a segurança como a saúde e a moralidade de seus filhos. Por esta lei o juiz tinha o poder de confiar a guarda de uma criança à assistência pública, a uma pessoa ou a uma sociedade caridosa, em todos os casos de delitos cometidos por crianças ou contra crianças, permitindo que as situações relativas à infância fossem verificadas, entrando-se, então no recesso familiar. A outra lei, de 19.04.1898, introduz sanções penais contra

¹ DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

os pais responsáveis por sevícias ou violências dirigidas a seus menores de idade.

Segundo a autora, do ponto de vista científico, após o trabalho de Tardieu, não se registraram, na França, contribuições significativas, no século XIX e começo do século XX, considerando-se os registros disponíveis para análise.

Nos Estados Unidos, de acordo com Formosinho e Araújo (2002), a problemática da violência doméstica contra a criança teve amplo destaque a partir do século XIX, principalmente após o caso de Mary Elen Wilson. Este caso envolveu uma criança com oito anos de idade que era vítima de violência física grave por parte dos pais. Notificações foram realizadas a órgãos de proteção, mas na época não existiam aparatos legais de defesa da criança e nenhuma providência foi realizada. O caso só foi apresentado à justiça a partir da mediação da Sociedade Americana para Prevenção da Crueldade contra os Animais, que alegou que Mary Ellen, como humana, pertencia ao reino animal, e que deveria também ser protegida. Diante do caso, a justiça, em 1874, emitiu a primeira sentença condenando genitores por perpetrar violência contra uma criança. Como repercussão do caso, criou-se, em 1875, em Nova Iorque, a *National Society for Prevention of Cruelty to Children* (NSPCC), fundada também em Londres em 1884.

No século XX, outros estudos científicos vieram a contribuir com a discussão sobre a temática da violência doméstica contra a criança. Segundo Delgado e Fisberg (1990), foi o radiologista norte-americano Caffey que, em 1946, chamou a atenção pela primeira vez, para fraturas de ossos e hematomas associados a lesões estranhas na pele de bebês que as mães atribuíam a traumas menores, como queda do berço. Vários outros autores, como Silverman, Parker e o próprio Caffey, associaram depois estas lesões a violências sofridas por estas crianças, em suas próprias casas. Em 1962, Kempe alarmou a opinião pública denominando este “quadro clínico” como Síndrome do Bebê Espancado, ou SIBE.

De acordo com Deslandes (1994), a partir do reconhecimento da SIBE, as violências ganharam um maior destaque nas discussões relativas à saúde da criança. Uma década após sua definição, alguns países reconhecem, em nível mais amplo, a violência perpetrada contra a criança como um sério problema de saúde pública. Nos EUA, por exemplo, na década de 1970, são criados programas nacionais de prevenção primária e secundária, além de centrais de notificações de casos, tornando público um problema considerado “particular”.

Nos séculos XX e XXI, observa-se a estruturação de movimentos, de abrangência internacional, contra as diversas violências dirigidas à criança. As preocupações

internacionais pela defesa dos direitos da criança resultaram na celebração, em 1979, do Ano Internacional da Criança e na elaboração de importantes documentos de caráter mundial, tais como as Regras de Beijing; as Diretrizes de Riad; as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade; a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança; a Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança e o Plano de Ação para sua implantação. Ainda pode-se destacar o Encontro Mundial da Cúpula pela Criança, em Nova Iorque, que contou com a presença de presidentes e chefes de Estado e de representantes de diversos países (GUERRA, 1998).

Apesar da crescente mobilização internacional, ocorrida nos séculos XX e XXI, no que tange à violência contra a criança, nota-se ainda a persistência de altos índices de violência doméstica contra a criança em todo o mundo.

Na Espanha, uma pesquisa realizada na Catalunha, em 1991, junto a vários setores da sociedade (saúde, educacional, judiciário e social), indicou que 5% das crianças com menos de 16 anos vivenciavam violência no ambiente familiar. Os tipos mais frequentes foram abandono físico (78,5%), maus-tratos emocionais (43,6%) e maus-tratos físicos (27%), sendo que 16% das ocorrências relacionavam-se a crianças menores de dois anos (BRIGIOTTI, 2000).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 2006), crianças de diferentes nacionalidades sofrem frequentemente violências no âmbito familiar. Estima-se que, anualmente, 133 a 275 milhões de crianças em todos os lugares do mundo testemunham violência doméstica.

Dessa forma, nota-se que a realização de ações pelos adultos que são atualmente denominadas como violência doméstica contra a criança atravessou diferentes períodos históricos da humanidade, atingindo diversas camadas sociais.

1.3.2. A violência doméstica contra a criança no Brasil

A história do Brasil pode ser dividida em três períodos distintos: o Brasil Colônia (1500 a 1822), o Brasil Império (1822 a 1889) e o Brasil República (1889 até a atualidade).

Alguns registros e estudos científicos nos permitem refletir e discutir sobre a realização de práticas realizadas no âmbito familiar, hoje vistas como abusivas em relação à criança, em distintos momentos da história do país.

De acordo com Chaves² (1995 apud GUERRA, 1998), os relatos dos padres em diversas capitanias apontam que os índios não utilizavam castigos físicos para o disciplinamento dos filhos. Foram os primeiros padres da Companhia de Jesus, em 1549, que introduziram a idéia da aplicação de castigos físicos em crianças no Brasil Colonial.

Outros registros do período colonial vêm destacando a adoção de práticas rígidas no trato com as crianças. Freyre (1946) afirma que os filhos precocemente se acostumavam ao empreendimento de castigos físicos extremamente violentos nos quais se utilizavam palmatórias, varas de marmelo (com alfinetes nas pontas), cipós, galhos de goiabeira, etc. Os espancamentos tinham o intuito de ensinar às crianças que obedecer aos pais era a única forma de não sofrerem punições.

Em relação às crianças escravas, Neves (1992) destaca que estas eram vítimas de castigos físicos, bem como de estupros realizados por rapazes brancos. Como as crianças escravas tinham um menor valor no mercado, as violências sofridas pelas mesmas eram muitas vezes mais cruéis do que as empreendidas contra os adultos, podendo até mesmo levá-las à morte. A denúncia de tais fatos ocorria, mas nenhuma ação era realizada pelas autoridades competentes para inibir e/ou punir os violentadores.

Registros dos séculos XVI e XVII apontam que, nessa época, além dos castigos físicos que podiam resultar na morte de crianças, outra prática adotada era o abandono de crianças. De acordo com Venâncio (1997), nesse período, o abandono selvagem foi muito utilizado. Crianças recém-nascidas eram deixadas em calçadas, praias, terrenos baldios, lixeiras. Esta prática, contudo, passou a incomodar a sociedade que optou pela construção das rodas dos expostos, nas quais as crianças podiam ser deixadas sem que a pessoa autora do ato fosse reconhecida. Este autor afirma que as motivações para o abandono na roda dos expostos podiam ser diversas, tais como: a pobreza, a modificação nos arranjos familiares e a condenação moral às mães solteiras que eram, muitas vezes, de camadas sociais mais altas. Algumas crianças mortas também eram deixadas na roda, o que poderia ser explicado pela ausência de condições dos pais de arcarem com as despesas do velório que, nesta situação, ficava sob a responsabilidade da Igreja. Porém, nestes casos, a hipótese de infanticídio também é levantada.

As crianças abandonadas, nessa época, podiam ser criadas por outros adultos. Relata-se, porém, que muitas amas costumavam escravizar as crianças, vendê-las e, às vezes, até matá-las. Outra prática empreendida era a mistura de aguardente ao leite para acalmar as

² CHAVES, A. M. A. *Infância abandonada no Brasil*. Bahia, 1995. (mimeo)

crianças mais rapidamente. Esta prática era tão difundida que levou à elaboração de uma lei prevendo 30 dias de prisão para quem a utilizasse (PAIVA³, 1790 apud VENÂNCIO, 1997).

Guerra (1998) afirma que todas essas atrocidades vivenciadas pelas crianças brasileiras, de todas as classes sociais, na maioria das vezes, não eram punidas pelas autoridades da época. Até a década de 1980, de certa forma, estes comportamentos eram até “aceitos” juridicamente. De acordo com a autora, o Código Penal Brasileiro, de 1830, previa punições para castigos excessivos, justificando o crime quando consistisse em castigos moderados. O Código de 1890 não fez referências ao assunto. Já o primeiro Código de Menores (Mello Matos), de 1927, introduziu a matéria. O Código de Menores de 1979 não garantia tratamento diferenciado às vítimas de violência doméstica, enquadrando o problema como “situação irregular”, a mesma denominação dada a autores de infração penal.

Na década de 1980, porém, nota-se uma maior mobilização da sociedade brasileira na luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Há, nesse período, um intenso questionamento da “Política Nacional do Bem-Estar do Menor” e do “Código de Menores” o que culminou na aprovação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Na Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 148), considera-se que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Já no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, p. 9), afirma-se que:

Art. 3º- A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que se trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art.4 - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

³ PAIVA, M. J. H. **Das fraudes das amas de leite**. Lisboa: Typ. Numesiana, 1790.

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

As legislações acima mencionadas inserem a criança brasileira no mundo dos direitos humanos e determinam políticas de atendimento e de proteção à criança e ao adolescente, sendo especificadas ainda medidas de punição aos agressores.

No entanto, apesar dos notórios avanços no que se refere ao reconhecimento da criança como cidadã, estudos realizados evidenciam a permanência da violência doméstica contra a criança brasileira e permitem que tenhamos uma visão, ainda que fragmentada, da magnitude deste fenômeno no país, nos séculos XX e XXI.

De acordo com Deslandes (1994), a Associação Brasileira de Crianças Abusadas e Negligenciadas estima a ocorrência, por ano, de 4,5 milhões de crianças vítimas de abuso e negligência no país. Segundo a autora, estatísticas do Serviço de Advocacia da Criança (SAC) de São Paulo registraram, no período de 1988 a 1990, o atendimento de 6.056 crianças vítimas de violência na capital. Destes casos, 64% eram de violência doméstica.

Entre 1996 e 2007, os pesquisadores do LACRI - Laboratório de Estudos da Criança (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2007) realizaram um levantamento do número de casos notificados de violência doméstica contra a criança, em três meses do primeiro semestre de cada ano, nas instituições de proteção das cidades de origem de alunos inscritos no telecurso por eles oferecido, por meio de um instrumento padronizado. O levantamento compreendeu 182 municípios de 25 Estados. Os resultados obtidos apontam para 159.754 casos notificados.

Matias (2004) investigou, a partir de relatos de profissionais de instituições de Educação Infantil, a prevalência de maus-tratos domésticos para a população de crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches e pré-escolas públicas e particulares de Ribeirão Preto/São Paulo. Os resultados indicaram a existência de 239 casos de maus-tratos numa amostra de 3.022 crianças, o que equivale a uma prevalência de 8%, estimando-se para a população uma prevalência, segundo intervalo de confiança de 95%, entre 7% e 9%. Utilizando metodologia semelhante, Faleiros (2006) buscou mensurar a prevalência de maus-tratos, por amostragem, em crianças matriculadas de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental nos estabelecimentos educacionais da rede pública e particular da mesma cidade. Os resultados apontaram a existência de 152 casos de maus-tratos numa amostra de 3.885 crianças, estimando-se uma prevalência de 3,9% que, calculada para a população, varia entre 3,3% e 4,6%.

Dessa forma, nota-se que, na atualidade, há a persistência da vitimização das crianças no ambiente familiar, demonstrando a fragilidade da infância brasileira que pode ter seu desenvolvimento comprometido. Azevedo e Guerra (1989), Bittencourt (1995), Ferreira e Schramm (2000), Formosinho e Araújo (2002) e Papalia e Olds (2000) afirmam que os atos violentos podem ser letais ou trazerem sérias conseqüências físicas, psicológicas e sociais para as vítimas a curto, médio e longo prazo, circunscrevendo trajetórias pessoais.

A persistência e a gravidade do fenômeno da violência doméstica contra a criança vêm estimulando a realização de pesquisas que visam à compreensão das causas relacionadas com a ocorrência deste fenômeno.

1.4. Modelos explicativos da violência doméstica contra a criança

Algumas das pesquisas realizadas na área propuseram modelos unidimensionais para a explicação da violência doméstica contra a criança. De acordo com Azevedo e Guerra (1997), estes modelos basearam-se no pressuposto determinista da causalidade linear e defenderam a tese de que o componente responsável pela perpetração da violência contra a infância e adolescência seria o desvio (ou doença) de natureza individual (modelo psicopatológico) ou o desvio social (modelo social), incidente *nos* ou *sobre* os agressores.

Algumas críticas, porém, foram realizadas no que tange à validade dos modelos unidimensionais. Gomes et al (2002) ressaltam que para explicar e compreender a violência familiar dirigida à criança é necessário admitir a interação entre fatores sócio-culturais, psicossociais, psicológicos e até mesmo biológicos.

De acordo com Azevedo e Guerra (1997), visando à superação dos modelos unidimensionais, estudos baseados na Teoria Sistêmica e nos trabalhos de Bronfenbrenner (1979), Belsky (1980) e Ochotorena (1988) propõem um *modelo interativo* ou *multicausal* para explicação da violência doméstica contra a criança, sendo este o mais utilizado na literatura internacional. O modelo interativo possui os seguintes pressupostos:

As forças ambientais, as características do agressor e as características da criança ou adolescente vítima atuam de maneira dinâmica e recíproca neste processo;... a realidade familiar, a realidade social e econômica e a cultura estão organizadas como um todo articulado e como um sistema, composto por diferentes subsistemas que se articulam entre si de maneira dinâmica;... os maus-tratos infantis resultam da determinação de maneira múltipla de forças que atuam na família, no indivíduo, na comunidade e na cultura em que este indivíduo e a família estão implicados (AZEVEDO; GUERRA, 1997, p. 43).

No entanto, as autoras ressaltam que o modelo interativo não é satisfatório para o entendimento do fenômeno, já que se apóia no mesmo marco referencial empírico-analítico dos modelos unidimensionais e incorpora uma postura positivista que resulta na fragmentação da realidade em *fatores e variáveis*.

Nesse contexto, Azevedo e Guerra (1997) propõem que a violência doméstica contra a criança seja compreendida a partir de uma Teoria Crítica, estando esta embasada numa teoria crítica da infância, da sexualidade, da criminalidade, da família e da violência, já que esses vários domínios do conhecimento mantêm interface com o fenômeno.

Segundo Guerra (1998), essa Teoria propõe que se compreenda a violência à luz de determinantes materiais e políticos de uma sociedade.

A compreensão da díade infância-violência doméstica só pode ser conseguida a partir das determinações estruturantes do *desenvolvimento histórico objetivo*. Uma delas decorre das *condições materiais de existência* e outra das *relações de poder* (responsável pela estruturação das sociedades humanas em grupos nem sempre antagônicos de *detentores do poder e excluídos do poder*, poder esse decorrente da conversão de diferenças de gênero, geração, etnia, etc. em *desigualdades* e, portanto, em pretexto de dominação, opressão, exploração dos *fracos* pelos fortes) (GUERRA, 1998, p.194, grifos da autora).

Observando os modelos unidimensionais e os modelos multidimensionais, notamos que tanto aspectos individuais como sociais e culturais são evocados para o entendimento da violência doméstica dirigida à infância.

No que tange aos aspectos sociais, Panúncio-Pinto (2006) afirma que a violência doméstica pode estar ligada ao estresse resultante da miséria, desemprego, falta de perspectiva. No mesmo sentido, Marmo, Davoli e Ogido (1995) afirmam que a violência é mais evidenciada nos países subdesenvolvidos, uma vez que o estresse, decorrente das dificuldades econômicas das famílias, contribui para seu surgimento. As Organizações das Nações Unidas (ONU, 2006) afirmam que a Organização Mundial de Saúde estima que a taxa de homicídios de crianças em 2002 foi duas vezes mais alta em países de baixa renda do que em países de renda alta.

No entanto, a relação entre condições sociais e a violência familiar dirigida à criança é alvo de ponderações e críticas por alguns autores. Queiroga Neto (1993) afirma que o aumento da miséria constitui fator de possível crescimento da violência em diferentes níveis. No entanto, ressalta que esta associação indiscriminada pode gerar uma criminalização da

pobreza, colocando segmentos sociais inteiros como suspeitos ou vulneráveis a julgamentos prévios.

Defendemos a idéia de que as condições socioeconômicas não são determinantes para a ocorrência da violência doméstica contra a infância. Assis (1995) também reafirma tal concepção. A pesquisadora, a partir da realização de uma pesquisa epidemiológica com adolescentes estudantes das escolas públicas estaduais e particulares do município de Duque de Caxias/Rio de Janeiro, constatou que as diferentes condições de vida nos dois grupos sociais estudados não refletiram na frequência e forma pela qual a violência doméstica se expressou.

Dessa forma, é necessário enfatizar que a violência doméstica não está ligada exclusivamente às condições socioeconômicas, ou seja, não é privativa das famílias de camadas populares e está presente em todas as classes sociais indistintamente. Riva (2005), examinando o relacionamento de pais e filhos em cinco famílias de baixa renda cujos genitores foram advertidos no Juízo da Vara da Infância e Juventude em Votuporanga/São Paulo por serem negligentes no cuidado com os filhos, constatou a existência do descaso e desinteresse dos pais em relação aos filhos unicamente na família que possuía melhores condições materiais de vida.

O apontamento das famílias de camadas populares como *locus* privilegiado para a ocorrência da violência doméstica contra a criança pode estar relacionado com o fato de que a identificação da violência em famílias pobres é mais fácil em função de suas condições materiais de existência: casas com grande proximidade, sem muros, com muitas pessoas dividindo o mesmo espaço (PANÚNCIO-PINTO, 2006). Neves e Romanelli (2004) ressaltam que a violência doméstica aparece em todas as camadas sociais, mas que nas camadas populares ela se torna explícita em função da maior notificação de casos aos órgãos públicos, já que as famílias de classe média e alta contam com mecanismos que lhe garantam o sigilo.

Nota-se, portanto, como o entendimento da violência familiar dirigida à criança implica que reconheçamos a abrangência e a complexidade do fenômeno.

1.5.O enfrentamento da violência doméstica contra a criança

Pode-se afirmar que o entendimento do fenômeno da violência dirigida à criança no âmbito familiar constitui-se como uma difícil tarefa, bem como o planejamento e execução de ações visando ao seu enfrentamento. No entanto, é nítido o fato de que é necessário, justamente em função de sua complexidade e das implicações que o fenômeno inflige às

vítimas, promovermos reflexões e planejarmos ações visando ao rompimento do ciclo da violência que vem sendo propagada ao longo do desenvolvimento da humanidade.

A Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) consideram como sendo dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança seus direitos, bem como colocá-la a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Como afirma Assis (1994), a questão da violência contra crianças é o grande desafio colocado nos anos de 1990 para todos os segmentos da sociedade. A atuação frente à violência deixa de estar nas mãos apenas dos serviços de segurança pública e justiça, para se distribuir entre os diversos segmentos da sociedade civil e demais setores governamentais.

Dessa forma, a responsabilidade pela luta contra a violência doméstica dirigida à criança deve ser, atualmente, compartilhada pelas diversas instituições sociais como, por exemplo, as instituições educacionais. Como resultado deste processo, espera-se que ocorra a inclusão da defesa dos direitos da criança enquanto objetivo a ser contemplado pelas mesmas.

Pode-se afirmar que as instituições educativas infantis, neste contexto, têm enorme destaque por se constituírem enquanto um dos principais ambientes que trabalham diretamente com a criança, em especial nos anos iniciais da infância. Considera-se ainda que as creches e pré-escolas, por oferecerem atendimento integral, são as que têm, dentro do sistema de educação, grande influência e responsabilidade na promoção do desenvolvimento infantil.

1.6.O papel da Educação Infantil no enfrentamento da violência doméstica contra a criança

Com a promulgação do art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, afinado aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Educação Infantil passou a ter como finalidade “o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

A defesa das instituições de Educação Infantil como espaços de promoção do desenvolvimento integral da criança fomentou discussões e a realização de ações visando à modificação nas funções assistencialistas e compensatórias, constituídas historicamente em relação a essas instituições (CRAIDY; KAERCHER, 2001; OLIVEIRA, 2002; SOUZA; KRAMER, 1988). As creches e pré-escolas passaram a ter como meta o cuidado, a educação

e a proteção da criança, a partir da realização de uma prática consonante com a defesa dos direitos da infância e contrária a qualquer forma de violência dirigida à criança, seja ela produzida no interior das creches e pré-escolas ou proveniente de outras instituições e pessoas com as quais a criança tenha contato e que a instituição educativa toma ciência.

A violência (re)produzida pelos equipamentos educacionais é definida por Charlot (2002) como uma violência institucional, simbólica, que se expressa através da maneira como a instituição e seus agentes tratam as crianças e adolescentes (modos de composição de classe, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelas crianças como racistas, injustos...). Pode-se afirmar que, nas últimas décadas, despontam pesquisas nacionais buscando compreender o fenômeno da violência institucional própria da escola e sua articulação com a violência extramuro (AQUINO, 1998; SPOSITO, 2001). Contudo, ainda são poucos os estudos sobre essa temática na Educação Infantil (SOARES-SILVA; FRIEDMANN, 2006).

Também são incipientes as pesquisas que buscam compreender a responsabilidade e o papel das creches e pré-escolas na defesa dos direitos das crianças e, conseqüentemente, sua inserção no sistema de proteção da infância, compreendendo inclusive sua articulação e relação com a família, com a comunidade e, principalmente, com os órgãos governamentais responsáveis pelo recebimento e encaminhamento dos casos de vitimização da criança. Considera-se necessária, nesse contexto, a realização de pesquisas que se proponham a estudar as creches e pré-escolas como espaços de proteção à criança no que se refere à violência doméstica.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998a) o enfrentamento deste fenômeno deve se constituir como objetivo institucional a ser contemplado pelas creches e pré-escolas, que deverão dar toda a ajuda possível “às famílias que porventura tiverem dificuldades em cumprir qualquer uma de suas funções para com as crianças” (BRASIL, 1998a, p. 84). Também as reflexões de Sekkel (1998) indicam para as possibilidades de uma educação que nos convida a refletir sobre o papel pedagógico potencial da Educação Infantil no enfrentamento da violência contra a criança. Esta autora afirma que a superação do problema da violência deve constituir-se como um dos objetivos fundamentais a nortear a ação educativa das creches e pré-escolas e defende uma proposta educativa que pretende promover, em meio às contradições que a realidade traz e que envolve crianças, pais e funcionários, o acesso amplo e efetivo à cultura, à formação de cidadãos e à convivência entre crianças de diferentes classes sociais.

A relevância das instituições de Educação Infantil, enquanto protagonistas na luta contra a violência doméstica dirigida à criança, é ressaltada por três importantes conjuntos de pesquisas.

O primeiro justifica a necessidade desse protagonismo em função de uma maior vulnerabilidade da faixa etária de 0 a 6 anos (público-alvo destas instituições) para a ocorrência das violências (AGRAN et al., 2003; FORJUOH, 2000). Deslandes (1994), analisando a atuação dos Centros Regionais de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (Cramis), localizados nos municípios de São Paulo, constatou que a faixa de 0 a 6 anos, durante o período de 1988 a 1992, ocupou um percentual muito elevado dentre as vítimas de violência intrafamiliar, variando de 41% a 45% dos casos.

O segundo conjunto de pesquisas afirma que as crianças mais novas são as mais vulneráveis a terem o tempo de abuso prolongado, por possuírem, em função de sua fase desenvolvimental, uma menor capacidade cognitiva e verbal para reclamar dos atos violentos, o que pode contribuir para uma identificação postergada dos casos (VOGELTANZ; DRABMAN⁴, 1995 apud BRINO; WILLIAMS, 2003a). Por exemplo, no caso da violência sexual, de acordo com Cunningham e Sas⁵ (1995 apud BRINO; WILLIAMS, 2003a), a média de idade das crianças abusadas aparece elevada nas pesquisas, indicando que, do primeiro contato até a revelação, pode ter decorrido muito tempo.

Já o terceiro conjunto de pesquisas aponta os professores como tendo uma posição privilegiada na sociedade no que diz respeito à identificação das violências dirigidas à infância em razão do contato cotidiano com as crianças na sala de aula, no pátio e nas cantinas e, com seus familiares (CANADA, 1999; DE LA BARRA et al., 1998; DELFINO, 2006; DELFINO; BIASOLI-ALVES, 2003; FALEIROS, 2006; MATIAS, 2004; MATIAS; BAZON, 2005).

Por outro lado, apesar dessa importância, o que se verifica são obstáculos enfrentados pelas instituições de Educação Infantil na defesa efetiva das crianças contra a violência que ocorre no lar. Dois outros conjuntos de estudos científicos vêm apontando para essa problemática.

O primeiro é constituído por pesquisas que evidenciam a existência de alguns limites na capacidade de identificação das violências pelos professores como: as crenças equivocadas referentes às conseqüências comportamentais resultantes da violência; a dificuldade de aceitar

⁴ VOGELTANZ, N. D.; DRABMAN, R. S. A Procedure for evaluating young children suspected of being sexually abused. *Behavior Therapy*, n. 26, p.579-597, 1995.

⁵ CUNNINGHAM, A. H.; SAS, L. D. **Tipping the balance to tell secret: the public discovery of child sexual abuse**. Ontario: London Family Court Clinic, 1995.

o fato, resultando na negação do fenômeno; o não-reconhecimento dos diferentes sintomas relativos aos diversos tipos de violência (YANOWITZ; MONTE; TRIBBLE, 2003). Anser, Joly e Vendramini (2003) destacam que o reconhecimento deste fenômeno pode ser influenciado pela concepção sobre violência destes profissionais que pode ser percebida e compreendida como inevitável e inerente ao contexto. Nesse contexto, os propósitos da violência são socialmente aceitos, dentro dos padrões morais do grupo.

Já o segundo grupo de estudos vem apontando uma baixa notificação e encaminhamento dos casos identificados pelas instituições educativas aos órgãos de proteção. Um estudo descritivo dos registros de violência doméstica no Conselho Tutelar de Niterói, realizado por Cavalcanti (1999), revela que, da totalidade de 128 notificações recebidas no período de 1993 a 1995, somente 5,5% foram efetivadas por escolas. Na pesquisa realizada por Deslandes (1994), acima mencionada, sobre a atuação dos Centros Regionais de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (Cramis), a participação da escola na efetivação de notificações aos diferentes Cramis apareceu entre 4% e 10% no conjunto de notificantes.

A não-notificação dos casos de violência é de extrema gravidade e constitui-se como infração, na medida em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) determina, em seu artigo 13, que "os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais".

No Estado de São Paulo, a importância e o caráter compulsório da notificação, aos órgãos de proteção, de casos de violência contra a criança, pelas instituições de educação, são ressaltados e regulamentados na Lei 10.498, aprovada no ano 2000 (SÃO PAULO, 2000).

Assis (1995) indica a presença de fatores que colaboram para a baixa participação de professores do Ensino Fundamental e Médio na notificação da violência dirigida à criança, como a desinformação, o medo de se envolver em "conflitos particulares", o receio de represálias, o não-reconhecimento do papel do professor neste problema.

No que tange à Educação Infantil, Brino e Williams (2003b) apontam alguns limites na capacidade de educadoras de escolas municipais de Educação Infantil, em uma cidade de médio porte, na identificação e notificação de casos de violências domésticas sexuais contra crianças. As pesquisadoras constataram que a maioria, das 20 participantes do estudo, possuía informações insuficientes e equivocadas acerca do tema, incluindo as relacionadas com a identificação das violências, adotando procedimentos inadequados diante dos casos de crianças que sofreram abusos sexuais.

Miller (2008) menciona as seguintes barreiras que impedem a notificação, por profissionais da Educação Infantil, de violência familiar perpetrada contra a criança: medo de que a criança seja retirada da instituição; medo de ter ameaçada sua segurança pessoal, podendo sofrer represálias dos possíveis pais agressores; medo de causar problemas desnecessários para as famílias, caso a suspeita não seja confirmada; receio de contrariar normas culturais; medo de perder a matrícula e por acreditarem que os órgãos de proteção à infância não acompanharam casos encaminhados ou que agiram inadequadamente diante de casos notificados anteriormente pela instituição.

Nesse contexto, alguns questionamentos relativos ao enfrentamento da violência doméstica dirigida à infância pela Educação Infantil são levantados: A Educação Infantil vem se constituindo como espaço de proteção da criança no que tange à violência familiar? O enfrentamento da violência contra a criança praticada pelos pais é objeto de preocupação e ação do(s) funcionários da Educação Infantil? Como eles significam e lidam com a violência doméstica contra a criança? Como se dá a relação das instituições com a criança, com a família e com os órgãos de proteção em casos constatados? Quais os saberes, conflitos e dificuldades dos profissionais acerca dessa temática nas instituições?

É nesse cenário - onde estão presentes discussões sobre a importância e responsabilidade da Educação Infantil no enfrentamento da violência doméstica contra a criança e concomitantemente questionamentos sobre a existência/formas de protagonismos dessas instituições educativas na luta contra esse fenômeno que vitimiza tantas crianças - que emerge o objeto de estudo da presente pesquisa. Defendemos a idéia de que são necessários o conhecimento e a superação dos limites e contradições encontrados neste campo pela Educação Infantil, para que ações possam ser efetivamente realizadas por creches e pré-escolas visando ao cuidado, à educação e à proteção da infância.

CAPÍTULO 2

OBJETIVOS

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

- Compreender como os profissionais de instituições de Educação Infantil significam e lidam com a violência doméstica contra a criança.

2.2. Objetivos Específicos

- Investigar os sentidos dados por profissionais de creches à *Educação Infantil; família; infância; educação; violência doméstica contra a criança; órgãos de proteção da criança; Estatuto da Criança e do Adolescente*;
- Investigar as ações realizadas pelos profissionais e pelas instituições nos casos de violência doméstica notificados ou não;
- Compreender os saberes, conflitos e dificuldades dos profissionais acerca dessa temática, no interior das instituições.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

3. METODOLOGIA

*As técnicas de interpretação nos dizem respeito e nós, como intérpretes,
temos que nos interpretar a partir dessas técnicas.
Foucault, 1987*

3.1. O referencial teórico-metodológico da pesquisa

Para a realização do presente estudo, foram adotados os pressupostos teóricos e metodológicos da Rede de Significações, elaborada por Rossetti-Ferreira et al. (2004).

A perspectiva da Rede de Significações (RedSig) ancora-se em autores histórico-culturais como Vygotsky, Wallon, Bakhtin e Valsiner e vem se constituindo como um importante instrumento para a investigação científica e para a compreensão do desenvolvimento humano.

De acordo com a perspectiva teórica da Rede de Significações, os processos de desenvolvimento humano

(...) se dão a partir de reconfigurações de **redes de significações**. Estas seriam compostas por elementos de ordem pessoal, relacional e contextual, atravessados pela cultura, pela ideologia e pelas relações de poder, isto é, pelo que denominamos de matriz sócio-histórica de natureza semiótica e polissêmica, a qual tem concretude e se atualiza no aqui e agora da situação, no nível dialógico das relações (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004, p. 17, grifo nosso).

A matriz sócio-histórica é composta por práticas discursivas e por elementos sociais, econômicos, políticos e culturais, historicamente construídos e em contínua construção.

Para as autoras da RedSig, as configurações das redes de significações circunscrevem as possibilidades de produção de sentidos pelas pessoas. Para Vygotsky (1987, p. 125), o sentido de uma palavra é entendido como “a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência”.

Segundo Rossetti-Ferreira et al. (2004, p. 29), os sentidos produzidos “canalizam as ações/emoções/concepções em determinadas direções, mais do que em outras; promovem certas práticas sociais; delimitam certas zonas de possibilidades de atuação dos parceiros em interação”.

Nesse contexto, o estudo do processo de significação é de fundamental importância para a compreensão de como as pessoas pensam, sentem e agem nas situações interativas.

Baseando-se nessa visão, e objetivando a compreensão das ações realizadas pelas instituições de Educação Infantil em relação à violência doméstica contra a criança, é que nos propusemos a investigar os **sentidos** dados por profissionais de creches a: Educação Infantil; família; infância; educação; violência doméstica contra a criança; órgãos de proteção da criança; Estatuto da Criança e do Adolescente. Partimos do pressuposto de que tais sentidos poderiam influenciar/canalizar a forma como os profissionais lidam ou justificam suas ações, no âmbito institucional, em relação à violência familiar dirigida à criança.

Para ampliar a compreensão da forma como as instituições vêm enfrentando a violência doméstica contra a infância, nos propusemos ainda a estudar as ações dos profissionais e das instituições nos casos de violência doméstica notificados ou não, bem como os saberes, conflitos e dificuldades dos profissionais em relação à violência familiar contra a criança.

Para o estudo do tema proposto, utilizamos os pressupostos metodológicos da RedSig. De acordo com esta abordagem,

(...) o objetivo da coleta e análise dos dados... deve ser o de apreender vários dos elementos presentes em determinadas situações interativas, buscando analisar os vários significados e sentidos que se destacam na situação, para as várias pessoas participantes do processo, acompanhando ainda seus movimentos de transformação e procurando interpretar os processos pelos quais as significações emergem (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004, p. 31).

As autoras defendem que, no processo de investigação, é necessário que o pesquisador mergulhe na situação da pesquisa, de modo a apreender os vários elementos da realidade pesquisada que circunscrevem os sentidos ali produzidos, permitindo o entendimento dos possíveis cursos de afeto, cognição e ação dos sujeitos investigados.

Considerando os pressupostos teóricos da RedSig acima apresentados e o objeto de estudo da presente pesquisa, optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa.

De acordo com Bogdan e Biklen (1997), na pesquisa qualitativa, há um nítido interesse pelo conhecimento do processo e não somente pelos resultados e produtos de uma ação. O estudo dos **sentidos** produzidos pelas pessoas, no que tange às situações vivenciadas, possui assim enorme relevância (BOGDAN; BIKLEN, 1997). Os mesmos autores afirmam ainda que, na pesquisa qualitativa, as ações humanas devem ser estudadas em seu local habitual de manifestação, visando a uma maior compreensão das mesmas. O contexto, neste tipo de abordagem, tem papel fundamental na medida em que se considera que o mesmo

influencia o comportamento das pessoas. Dessa forma, a fonte direta dos dados é o ambiente natural, sendo o investigador o principal instrumento da pesquisa.

Nas pesquisas qualitativas, diversos instrumentos podem ser manipulados pelo pesquisador para a coleta de dados. De acordo com Mayan (2001), o investigador recolhe dados diferenciados, para responder a sua pergunta de investigação. O autor afirma ainda que os dados podem ser primários, provenientes de materiais recentemente coletados, e/ou secundários, originários de materiais preexistentes. Os dados secundários podem ser obtidos em vários documentos como periódicos, publicações industriais, estatísticas nacionais, dentre outros. Já para coleta de dados primários podem ser realizados grupos focais, observações, videogravação, fotografias e/ou entrevistas.

Na presente pesquisa, utilizamos, para responder às perguntas de investigação, *a observação participante e a realização de entrevistas*. A escolha pela utilização de diferentes instrumentos no processo de investigação foi realizada por considerarmos que tal estratégia é relevante e até mesmo necessária, dependendo do objeto de investigação e podendo resultar na produção de dados ricos e reveladores.

As autoras da RedSig afirmam que

(...) a depender de suas perguntas, diferentes procedimentos podem ser utilizados, de modo isolado ou associado... A diversidade das técnicas justifica-se pela dependência entre o objeto de estudo, os procedimentos e os aspectos da configuração das redes de significações que se pretende analisar (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004, p. 32).

Conforme pontuam Taylor e Bogdan (1998), é necessária a utilização de diferentes métodos em pesquisa qualitativa, evitando a restrição a um repertório limitado de técnicas investigativas.

Abaixo tecemos algumas considerações a respeito dos procedimentos empregados para a coleta de dados no presente estudo.

3.1.1. A observação participante

De acordo com Mayan (2001), a observação participante é uma ação na qual o pesquisador imerge em um cenário específico por um período de tempo determinado para adquirir uma perspectiva interna do contexto e da cultura do grupo estudado.

Angrosino e Pérez (2000) afirmam que a observação participante é relevante, pois permite que o pesquisador vivencie a complexidade e contradições do contexto estudado e

busque os sentidos que os sujeitos produzem sobre sua realidade. Mayan (2001) ressalta que a realização da observação participante é importante para o levantamento de informações que não poderiam ser obtidas por meio da utilização de outras técnicas tais como entrevistas, grupos focais e análise de documentos.

Bogdan e Biklen (1997) pontuam que a eficácia da utilização da observação qualitativa é garantida pela elaboração de *notas de campo* detalhadas e claras, após a realização das observações. Os mesmos afirmam que as notas de campo são relatos escritos do que o pesquisador ouve, vê, experiencia e pensa durante a pesquisa, bem como das reflexões incitadas pelos dados.

Mayan (2001) enfatiza que as notas de campo são relevantes, pois permitem que o investigador tenha uma melhor compreensão do contexto investigado e dos dados coletados através de outras técnicas, além de ser útil para a promoção de reflexões que podem auxiliar no delineamento da pesquisa.

3.1.2. A entrevista

A entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente utilizada pelos investigadores visando à compreensão dos mundos dos entrevistados e de grupos sociais específicos (BAUER; GASKELL, 2002). Através da análise da linguagem das pessoas, o pesquisador pode desenvolver uma idéia referente às formas como as pessoas interpretam a realidade (BOGDAN; BIKLEN, 1997).

No mesmo sentido, Silva (2003) afirma que a entrevista é considerada como um artefato científico que possibilita a compreensão das perspectivas dos entrevistados. Pontua, porém, que a entrevista, enquanto momento de interação humana, se apresenta ainda, para as pessoas envolvidas (entrevistado/entrevistador), como uma possibilidade de (re)construção dos sentidos sobre *si*, sobre o *outro* e sobre o *mundo*.

As entrevistas de investigação podem ser classificadas segundo sua estruturação ou não, ou o grau de sua estruturação.

Segundo Patton⁶ (1990 apud VALLES, 1997), as entrevistas podem ser classificadas em quatro modalidades:

- *A entrevista conversacional informal*, na qual as perguntas surgem e são realizadas no contexto e no curso natural da interação.

⁶ PATTON, M. Q. *Qualitative Evaluation and research methods*. London: Sage, 1990.

- A *entrevista baseada em um guia*, caracterizada pela elaboração de um guia de temas a serem abordados.
- A *entrevista estruturada aberta*, caracterizada pela utilização de uma lista de perguntas organizadas e redigidas igualmente para todos os entrevistados, mas com resposta livre ou aberta.
- A *entrevista estruturada fechada*, na qual há o emprego de uma lista de perguntas ordenadas e redigidas igualmente para todos os entrevistados, porém de resposta fechada.

Valles (1997) afirma que somente os três primeiros tipos apresentados de entrevistas nesta classificação podem ser considerados qualitativos.

As entrevistas podem também ser classificadas de acordo com o número de participantes, em entrevista individual ou de profundidade e entrevista grupal.

A entrevista individual ou de profundidade pode ser definida como

uma conversação entre duas pessoas, um entrevistador e um informante, dirigida e registrada pelo entrevistador com o propósito de favorecer a produção de um discurso conversacional, contínuo e com uma certa linha argumental... do entrevistado sobre um tema definido no marco da uma investigação (GRELE⁷, 1990 apud DELGADO; GUTIÉRREZ, 1995, p. 228).

De acordo com Valles (1997), as entrevistas em profundidade são relevantes, pois possibilitam uma interação mais flexível e íntima entre pesquisador e participantes do estudo, viabilizando o aprofundamento e clarificação de questões, bem como a obtenção de informações restritas.

Na presente pesquisa, optou-se pela realização de *entrevistas individuais baseadas em um guia*⁸.

Bauer e Gaskell (2002) afirmam que o guia da entrevista é uma parte vital do processo de pesquisa e necessita de atenção detalhada.

(...) Em sua essência, ele é planejado para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa. Ele se fundamentará na combinação de uma leitura crítica da literatura apropriada, um reconhecimento do campo (que poderá incluir observações e/ou algumas conversações preliminares com pessoas relevantes), discussões com colegas experientes, e algum pensamento criativo. Como ideal, o tópico guia deveria caber em uma página. Ele não é

⁷ GRELE, R. J. La historia y sus lenguajes en la entrevista de historia oral: quién contesta a las preguntas de quién y por qué. **Historia e fuente oral**, n.5, p.106-127, 1990.

⁸ O guia de entrevista da pesquisa encontra-se como apêndice A no presente trabalho.

uma série extensa de perguntas específicas, mas ao contrário, um conjunto de títulos de parágrafos (BAUER; GASKELL, 2002, p. 66).

De acordo com Valles (1997), o guia de entrevista contém temas e subtemas que devem ser investigados, de acordo com os objetivos da pesquisa, e que não induzam a respostas específicas e nem contenha perguntas prontas. O autor afirma que o guia é um esquema com pontos a serem abordados, mas que não é fechado e cuja ordem não tem de ser necessariamente seguida.

À medida que o tópico-guia é formulado, ele se torna um lembrete para o pesquisador de quais questões devem ser abordadas. Dessa forma, ele funciona como um esquema preliminar para análise das transcrições (BAUER; GASKELL, 2002).

3.2. Produção do *corpus* pesquisado

A coleta de dados da presente pesquisa foi feita em duas creches localizadas na cidade de Ribeirão Preto/São Paulo: uma que possuía caso de violência doméstica contra a criança já notificado no Disque Denúncia da cidade, e outra que não tinha realizado notificação ao Disque Denúncia e/ou Conselho Tutelar. A escolha deste critério para seleção das instituições justificou-se como uma tentativa de compreender como funcionários de instituições que possuem experiências diferentes frente ao fenômeno, pelo menos no que tange à notificação dos casos de violências contra a infância, significam e lidam com esta problemática. Além disso, o fato de escolhermos uma instituição que já tinha notificado casos de violência doméstica, provavelmente, evitaria a negação do fenômeno pelos sujeitos da pesquisa, viabilizando uma coleta de dados e a realização de reflexões calcadas na experiência sobre as possibilidades das instituições de Educação Infantil se constituírem enquanto espaços de defesa e proteção da criança.

Vale ressaltar que, para que pudéssemos escolher as duas instituições-alvo da pesquisa, foi realizado um levantamento junto ao Conselho Tutelar I e Programa Disque Denúncia de Ribeirão Preto.

Para a realização da pesquisa no Conselho Tutelar I, primeiramente, foi realizado um contato telefônico com a instituição, esclarecendo-se os objetivos da pesquisa. Posteriormente, a pedido do coordenador da instituição, promoveu-se uma reunião com todos os funcionários do Conselho na qual se explicou o estudo, esclareceram-se dúvidas e obteve-se a aprovação por parte da equipe, sendo assinado o Termo de Consentimento. Já para o

desenvolvimento da pesquisa no Disque Denúncia, foi solicitada autorização à Secretaria Municipal da Cidadania e Desenvolvimento Social, sendo esta concedida.

Após a obtenção das autorizações para o desenvolvimento do estudo, foram feitas visitas ao Conselho Tutelar I e ao Programa Disque Denúncia nas quais se realizou o levantamento de todos os casos encaminhados e seus respectivos notificadores, no período de outubro de 2005 a setembro de 2006. A escolha do período mencionado para o levantamento dos dados nos órgãos de proteção da infância objetivou o estudo de ações e experiências recentes das instituições.

Os dados obtidos permitiram a escolha das duas instituições-alvo da pesquisa, que denominamos de *creche A* e *creche B*. O detalhamento do processo de seleção das instituições, a partir do levantamento realizado nos órgãos de proteção à infância, acima mencionados, será apresentado nos itens 3.3 (A pesquisa no Conselho Tutelar) e 3.4 (A pesquisa no Programa Disque Denúncia).

Após a seleção das creches para o desenvolvimento da pesquisa, foram feitos contatos telefônicos, por meio dos quais se confirmou o interesse das direções em participar do estudo.

Considerando que a *creche A* é municipal, enviou-se um pedido de autorização à Secretaria Municipal de Educação de Ribeirão Preto para a realização da pesquisa. A Secretaria mencionada respondeu afirmativamente ao pedido realizado, solicitando o envio à mesma dos dados obtidos na ocasião da finalização da pesquisa.

Na *creche B*, que é filantrópica, a coordenadora administrativa afirmou ter consultado os demais funcionários da instituição sobre a proposta, obtendo aprovação de todos.

Após o contato inicial com as creches e obtenção de aprovação do projeto pelas direções das mesmas e pela Secretaria Municipal de Educação, houve a visita da pesquisadora às instituições para um maior esclarecimento do estudo, bem como para a assinatura dos Termos de Consentimento.

Com a obtenção dos Termos de Consentimento autorizando a realização da pesquisa, houve a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, sendo o mesmo aprovado. Cumpriram-se, assim, os procedimentos previstos na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Vale ressaltar que, em função das deliberações do Comitê de Ética, só foi possível a submissão do projeto ao órgão após a seleção das creches e a obtenção da autorização das instituições para a realização da pesquisa, sendo necessária, portanto, a realização anterior do levantamento dos casos notificados de violência doméstica contra a criança no Conselho Tutelar I e no Programa Disque Denúncia.

As visitas às creches ocorreram durante *5 meses* e possibilitaram que a pesquisadora entrasse em contato com os funcionários das instituições e estabelecesse vínculos de confiança com os mesmos. Houve, ainda, durante esse período, a explicação e o esclarecimento de dúvidas relativas à pesquisa e um maior conhecimento do universo pesquisado, fazendo com que o mesmo se tornasse familiar para a pesquisadora. Diversos aspectos das creches foram observados, tais como estrutura física, rotina da instituição, atividades com as crianças, relação entre funcionários e crianças e entre funcionários e as famílias das crianças atendidas. Vale ressaltar que *notas de campo* foram elaboradas após a realização das observações nas instituições.

Após um maior contato com as direções das instituições, solicitou-se a permissão para fotocopiar os Projetos Político-Pedagógicos das mesmas. No que se refere à *creche A*, obteve-se acesso ao Projeto Político-Pedagógico de 2002 e aos anexos do Projeto Político-Pedagógico de 2007. O Projeto Político-Pedagógico de 2007 encontrava-se na Secretaria Municipal de Educação.

No que tange à *creche B*, obteve-se o Projeto Político-Pedagógico de 2005 e ainda o Projeto de Trabalho do ano de 2007.

As informações registradas nas notas de campo e nos documentos institucionais levantados permitiram a caracterização das instituições pesquisadas, que é apresentada no item 3.5 (As instituições-alvo da pesquisa).

Durante as visitas às creches, a pesquisadora estabeleceu contato com todos os funcionários das instituições. No período estipulado para o agendamento das entrevistas, houve o estabelecimento de uma maior interação com as participantes do estudo, sendo explicado às mesmas, mais detalhadamente, o projeto de pesquisa. Nesses momentos, ressaltou-se a importância da participação das funcionárias e enfatizou-se que as entrevistas seriam realizadas de acordo com a disponibilidade das mesmas. Durante o processo de agendamento, a pesquisadora buscou marcar as entrevistas em locais e/ou horários diferentes daqueles de trabalho das participantes. No entanto, a maioria das funcionárias optou pela realização das entrevistas na própria instituição e, no caso das educadoras, em horários que não estariam com as crianças.

O Quadro 1 apresenta o caminho percorrido para a realização da pesquisa:

MÊS	ATIVIDADE(S)
Setembro de 2006	Autorização para a realização da pesquisa no Conselho Tutelar
	Coleta de dados no Conselho Tutelar
Outubro de 2006	Autorização da Secretaria Municipal da Cidadania e Desenvolvimento Social para a realização da pesquisa no Programa Disque Denúncia
	Coleta de dados no Conselho Tutelar e Programa Disque Denúncia
	Autorização da Secretaria Municipal de Educação para a realização da pesquisa nas creches
Novembro de 2006	Visita às creches e obtenção dos Termos de Consentimento
Fevereiro de 2006	Coleta de dados nas creches
Março de 2007	Aprovação do Projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP
	Coleta de dados nas creches
Abril de 2007	Coleta de dados nas creches
Mai de 2007	Coleta de dados nas creches
Junho de 2007	Coleta de dados nas creches
	Realização das entrevistas
Julho de 2007	Realização das entrevistas

QUADRO 1 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA PESQUISA

3.3. A pesquisa no Conselho Tutelar

Na cidade de Ribeirão Preto, existem os Conselhos Tutelares I, II e III, responsáveis pelo atendimento, respectivamente, de 98, 41 e 45 bairros.

O levantamento dos casos de violência contra a criança foi realizado no Conselho Tutelar I, escolhido aleatoriamente. O Conselho Tutelar I localiza-se no centro de Ribeirão Preto. As notificações recebidas por este órgão, de acordo com informações fornecidas pelos Conselheiros Tutelares, são registradas em um *caderno*, no qual constam informações básicas sobre os casos (data da denúncia, número do prontuário, nome, idade e endereço da criança, denunciante, tipo de violação). Posteriormente, são abertos *prontuários* para todos os casos registrados. Nos prontuários, existe uma ficha de registro que contém diversos itens, tais como: data da abertura do prontuário; conselheiro responsável; nome, data de nascimento, sexo e cor da criança/adolescente; nome e endereço dos pais; descrição da violação, agente violador, solicitante/denunciante e local dos fatos; medidas aplicadas/encaminhamentos; encerramento. Há ainda uma *ficha* para relato do atendimento. Alguns prontuários contêm também outros documentos relativos aos casos atendidos, tais como descrição de atendimentos anteriores, resultados de exames médicos, documentos dos envolvidos e ofícios encaminhados por e/ou a outros órgãos.

Os prontuários são arquivados por ano e número de registro, separando-se os casos encerrados dos em andamento. Vale ressaltar que a instituição não possui um banco de dados informatizado.

Consultando o caderno de registros de casos, constatou-se que o Conselho Tutelar I de Ribeirão Preto recebeu, no período de outubro de 2005 a setembro de 2006, 705 notificações. Porém, foram localizados somente 507 prontuários.

Dessa forma, foram analisados **507 prontuários**, sendo 96 de 2005 e 411 de 2006. Inicialmente, um *estudo-piloto* foi realizado, sendo analisados 50 prontuários, com o intuito de verificar a possibilidade e viabilidade de coleta de todas as informações contidas na ficha de registro. No entanto, verificou-se que, na maioria dos prontuários, somente as seguintes informações foram registradas de forma sistemática: ***sexo, violação, solicitante/denunciante, agente violador e bairro***. Neste contexto, o levantamento dos dados referentes aos casos notificados restringiu-se às variáveis anteriormente mencionadas.

Vale enfatizar que os dados foram obtidos a partir da análise da *ficha de registro dos prontuários*, não sendo analisados os dados contidos nos relatos de atendimento e em outros documentos dos prontuários. Pontua-se que a falta de registro de dados relativos aos casos pode ter prejudicado a obtenção das informações necessárias para a seleção das creches.

O levantamento dos dados no Conselho Tutelar I permitiu a constatação de que não havia tido nenhum caso notificado de violência doméstica por creche a este órgão. Neste contexto, decidimos selecionar, na região atendida por este Conselho, uma creche que não tinha experiência de notificação.

O critério de seleção da creche foi a demonstração de maior interesse em participar da pesquisa. Para a seleção da instituição, foram feitos telefonemas a sete creches nos quais se explicavam os objetivos da pesquisa e se perguntava sobre o interesse da instituição como participante do estudo⁹.

A partir dos contatos telefônicos, selecionou-se uma das instituições para participar da pesquisa (***creche A***).

Visando à seleção de uma creche que já havia notificado violência doméstica aos órgãos de proteção da infância, decidimos realizar um levantamento junto ao Programa Disque Denúncia de Ribeirão Preto. No Programa Disque Denúncia, em função do tempo disponível, do grande número de notificações (1.439 casos) e do objetivo do estudo, decidiu-

⁹ A relação das creches localizadas na região, foco do trabalho do Conselho Tutelar I, foi obtida a partir da consulta ao banco de dados da pesquisa realizada por Luciana Bobato Martins, em 2006 (ainda não publicada), com o intuito de verificar onde estão as crianças com necessidades educativas especiais no sistema de ensino e que resultou no mapeamento das creches existentes em Ribeirão Preto.

se levantar informações apenas dos registros dos casos de *violência doméstica* contra a criança.

3.4. A pesquisa no Programa Disque Denúncia

O Programa Disque Denúncia de Ribeirão Preto é um serviço de atendimento emergencial, mantido pela Prefeitura Municipal, cuja sede funciona no mesmo prédio no qual se localiza o Conselho Tutelar I.

O Disque Denúncia recebe notificações sobre crianças e adolescentes vitimizados, através de ligações gratuitas. Após receber a notificação, este serviço a encaminha às instâncias competentes, tais como Conselhos Tutelares e programas municipais de assistência à criança vítima de violência (RIBEIRÃO PRETO, 2007).

De acordo com as informações fornecidas pelas funcionárias do serviço, as denúncias recebidas são registradas em um *caderno* no qual constam as seguintes informações: data da denúncia; número do caso; nome, idade e endereço da criança; denunciante e tipo de violação. Além do registro no caderno, há ainda o preenchimento de uma *ficha*, a qual contém outros dados, além dos anotados no caderno de registro, tais como: horário da notificação, nome do atendente, natureza da solicitação de serviços, histórico, dados do solicitante, encaminhamento de origem. Ressalta-se que o caderno, com a relação das notificações, encontra-se no próprio serviço. No entanto, as fichas dos casos são enviadas e arquivadas na Secretaria de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

De acordo com os dados contidos no *caderno* de registro, o Disque Denúncia recebeu, no período de outubro de 2005 a setembro de 2006, **1.439** notificações. Da totalidade de notificações, apenas **4** tiveram como solicitante/notificante instituições de Educação Infantil, sendo **3** realizadas por **EMEI**s e **1** por **creche**. As notificações realizadas pelas EMEIs se referiam, em 2 casos, ao não-comparecimento de responsáveis às instituições para a busca de suas crianças no horário estipulado para saída das mesmas, e 1 dos casos notificava violência doméstica física. Já a notificação realizada pela creche referia-se à violência doméstica contra a criança (abuso sexual).

A partir da pesquisa no Programa Disque Denúncia localizamos, portanto, uma creche que já havia realizado notificação de violência doméstica contra a criança, sendo essa então definida como a segunda creche-alvo da pesquisa (*creche B*).

3.5. As instituições-alvo da pesquisa

Para uma maior compreensão dos contextos estudados na presente pesquisa, algumas informações relativas às creches são apresentadas abaixo, tais como: período de funcionamento, faixa etária/ número de crianças, nível socioeconômico das famílias atendidas, estrutura física, quadro dos funcionários.

Vale ressaltar que informações adicionais sobre as creches são apresentadas no apêndice B, tais como: agrupamento de crianças por turma, atividades planejadas pelas instituições, número e formação dos profissionais das creches. Nesse tópico é ainda realizada uma descrição de aspectos relativos às relações creches e famílias.

3.5.1. A creche A

A *creche A* é uma instituição municipal, fundada na década de 1990, que atende, em período integral, crianças de 4 meses a 3 anos e 11 meses.

A maioria das famílias das crianças da instituição é de camada média, havendo algumas famílias de camada popular.

A creche atende em torno de 110 crianças, possuindo, porém, uma lista de espera por vagas. Para o atendimento das crianças, a instituição possui 11 turmas, de diversas faixas etárias.

Apesar de o número de turmas ser 11, o número de salas na instituição é 5. Dividem o mesmo espaço e realizam as mesmas atividades: os berçários IA, IB e IC; os berçários IIA e IIB; os maternais IA e IB; os maternais IIA, IIB; os maternais IIC e IID.

No que tange aos dias de funcionamento, a *creche A* atende as crianças de segunda-feira a sexta-feira, com exceção dos feriados e períodos de recesso. Alguns eventos dirigidos à comunidade são realizados aos sábados. A instituição cumpre, anualmente, 208 dias letivos.

O horário de funcionamento da creche é das 07h00min às 17h00min, sendo que o horário de entrada é das 07h00min às 07h30min e de saída das 16h00min às 17h00min.

No que se refere a sua estrutura física, a creche possui 1 diretoria; 1 almoxarifado para materiais administrativos e pedagógicos; 1 lactário; 2 solários; 7 banheiros para atendimento infantil e 1 banheiro administrativo; 1 refeitório; 1 cozinha; 1 despensa; 1 lavanderia; 1 *playground* com tanque de areia e brinquedos; 1 *playground* com pedrinhas e brinquedos; 1 galpão coberto e 5 salas (1 para o Berçário I, 1 para o Berçário II, 1 para o Maternal I, 1 para o Maternal II e 1 sala de brinquedos).

Para a realização de suas atividades, a *creche A* tem, no seu quadro de funcionários: diretora coordenadora, cozinheira, auxiliares de serviço, jardineiro, estagiárias da pedagogia, auxiliares de limpeza, merendeira, agentes de ação comunitária, atendentes infantis e educadoras. Há ainda dois funcionários da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto que vigiam a creche 24 horas. Os funcionários da instituição trabalham 8 horas diárias.

3.5.2. A creche B

A *creche B* é uma instituição filantrópica, fundada na década de 1980, que atende, em período integral, crianças de 2 a 6 anos de idade. A instituição é vinculada à Secretaria de Educação do município.

As crianças que freqüentam a instituição são de camadas populares. A creche busca atender as famílias que possuem condições de vida mais precárias.

Para o atendimento das crianças, a creche possui 5 turmas, de faixas etárias diferenciadas, sendo que cada turma possui uma educadora responsável. A creche se propõe a atender **92** crianças. Vale ressaltar que a proporção de crianças por educadoras *planejada* pela creche (Apêndice B) está de acordo com a indicada na legislação de Ribeirão Preto/São Paulo referente à Educação Infantil e que fixa normas para o funcionamento de creches e pré-escolas no município (RIBEIRÃO PRETO, 2001).

No entanto, *na prática*, a instituição aceita um pouco mais de crianças. A creche matriculou, em 2007, **105** crianças. Essa aceitação é resultado da grande procura por vagas, que ocorre o ano inteiro e que resulta na elaboração de uma longa lista de espera.

Em relação aos dias de funcionamento, a *creche B* atende as crianças de segunda-feira a sexta-feira, com exceção dos feriados e períodos de recesso. Algumas atividades, tais como reuniões com pais e reuniões pedagógicas com os funcionários, são realizadas aos sábados. A instituição cumpre anualmente 200 dias letivos.

Conforme consta no Projeto Político-Pedagógico da creche (2005), a rotina de trabalho da instituição inicia às 07h00min, com a acolhida das crianças, indo até as 17h30min.

No que se refere a sua estrutura física, a creche possui 5 salas de aula, 2 parquinhos, 1 campo de futebol, 1 refeitório, 1 cozinha, 1 depósito de alimentos, 1 consultório odontológico, 5 sanitários infantis, 1 sanitário adulto, 1 sala de professores, 1 sala para a coordenação, 3 áreas abertas para atividades variadas, sendo 2 delas utilizadas para o agrupamento das crianças no período de entrada e saída.

Para a realização de suas atividades, a *creche B* possui, no seu quadro de funcionários, coordenadoras administrativa e pedagógica, educadoras, estagiárias em Pedagogia, cozinheira, funcionárias de serviços gerais, dentista e voluntária. A maioria dos funcionários da creche reside no bairro no qual a instituição se localiza.

As educadoras trabalham 5 horas diárias, sendo que cada uma possui um horário diferenciado de trabalho na instituição. Em função dos horários diversificados de trabalho das educadoras, que não abrangem todo o período que as crianças ficam na creche, há a necessidade de um rodízio de funcionárias nas turmas.

3.6. Os participantes da pesquisa

Na presente pesquisa, foram entrevistados representantes das várias categorias profissionais que atuam nas instituições, já que defendemos a idéia de que uma das principais formas de levantamento de informações, baseada na perspectiva de Rede de Significações, consiste em considerar “as várias configurações das redes de significações envolvidas em uma situação” e “a existência de múltiplos pontos de vista” (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004, p. 33). Essa forma de levantamento mostra-se necessária, quando se busca compreender o olhar de uma instituição sobre uma temática determinada. Há que construir o *corpus* da pesquisa por meio da colaboração de diferentes atores que, ao ocuparem posições institucionais variadas, permitem, ao mesmo tempo, uma análise da particularidade de cada perspectiva e da representatividade frente às significações gerais que circulam naquele contexto.

Na *creche A*, foram realizadas 8 (oito) entrevistas, sendo 2 com funcionárias dos serviços gerais, 5 com as educadoras e 1 com a diretora. Já na *creche B*, foram realizadas 9 (nove) entrevistas, sendo 2 com funcionárias dos serviços gerais, 6 com educadoras e 1 com a coordenadora administrativa da instituição.

3.7. Metodologia de análise

Os dados obtidos no levantamento realizado no Conselho Tutelar foram analisados quantitativamente. Inicialmente, todas as informações foram armazenadas em um banco de dados criado por meio do programa *Access*. Após a organização dos dados, os mesmos foram analisados em termos de frequência e porcentagem.

Os dados das observações foram analisados qualitativamente. Para tal análise, foram realizadas leituras exaustivas das *notas de campo*, destacando-se aspectos relativos às dinâmicas das instituições no que se refere à temática estudada. Nesse momento, também a violência institucional se apresentou como importante questão a ser discutida na medida em que se constatou a utilização de práticas violentas contra as crianças nas instituições.

As entrevistas foram analisadas qualitativamente. Foram analisadas *dez* entrevistas, sendo *cinco* de cada creche: 1 (diretora/coordenadora), 1 (funcionária de serviços gerais), 3 (educadoras).

Para a seleção das *três entrevistas das educadoras*, buscamos duas entrevistas em que havia mais relatos de casos de violência doméstica contra a criança e 1 entrevista que havia relato de caso(s) de violência institucional contra a criança. Para a seleção da *entrevista da funcionária de serviços gerais*, buscamos a que havia tido mais relatos de casos de violência doméstica contra a criança. Em relação à *entrevista com a diretora/coordenadora*, a seleção não foi necessária, já que havia somente uma em cada instituição.

Os dados das entrevistas foram analisados em três momentos. No **primeiro momento**, a partir da realização de diversas leituras do material, realizamos os seguintes procedimentos:

- 1) Buscamos, nas entrevistas, trechos nos quais eram discutidas as seguintes temáticas: *Educação Infantil; família; infância; educação; violência doméstica contra a criança, órgãos de proteção à criança; Estatuto da Criança e do Adolescente e violência institucional*. Utilizando o recurso computacional “*Novo comentário*”, anotamos, ao lado dos trechos das entrevistas, as temáticas identificadas nos mesmos.

Exemplo:

Trecho de uma das entrevistas da *creche B*:

{Pesquisadora: O que que você acha que é educar uma criança? O que que seria pra você, assim? [...]

Entrevistada: É conscientizar a criança, né? das, conscientizar dos limites, do que ela tem, né?, dos limites dela, do próximo, né?...}

<u>Temática:</u> Educação

- 2) Posteriormente, identificamos em cada trecho das entrevistas, relativo a uma temática específica, o sentido presente.

Exemplo:

Trecho de uma das entrevistas da *creche B*:

{**Pesquisadora:** O que que você acha que é educar uma criança? O que que seria pra você, assim? [...]

Entrevistada: É conscientizar a criança, né? das, conscientizar dos limites, do que ela tem, né?, dos limites dela, do próximo, né?...}

Temática:
Educação
Sentido:
Educar é estabelecer limites

- 3) Com o intuito de visualizar todos os sentidos identificados e os trechos nos quais os mesmos apareceram nas entrevistas, bem como perceber como esses sentidos eram compartilhados ou não pelas funcionárias, montamos quadros para cada temática estudada.

Exemplo:

Creche B

Temática: Educação

Sentidos	Entrevistada 1	Entrevistada 2	Entrevistada 3	Entrevistada 4	Entrevistada 5
Educar é estabelecer limites	<i>Pesquisadora: O que que você acha que é educar uma criança? O que que seria pra você, assim? [...]</i> <i>Entrevistada: É conscientizar a criança, né? das, conscientizar dos limites, do que ela tem, né?, dos limites dela, do próximo, né?...</i>	<i>Entrevistada: Eu acho que limite dentro da, da, da, da infância, é o ponto crucial pra que se tenha uma, uma educação assim, não digo perfeita, mas equilibrada...</i>	<i>Entrevistada: [...] Educar é estar aprendendo, a se a se limitar [...] eu acho que educar é isso, estar se educando alguma coisa, estar se, se adaptando aquela coisa, sabe? É... acho que é isso...</i>		
Etc.					

- 4) O material obtido na fase 3 ficou bastante extenso. Para apresentação desse material, optamos por fazer:

- *Quadros com os sentidos mapeados nas creches* (Apêndices C e D). Dessa forma, o leitor poderá visualizar o resultado do mapeamento dos sentidos.

- *Discutir os sentidos mapeados* nos itens 4.2 (relativo à violência doméstica) e 4.3 (relativo à violência institucional). Nessas partes do trabalho, são apresentados os sentidos identificados e trechos das entrevistas nos quais tais sentidos estão presentes. Vale ressaltar que selecionamos alguns trechos para a apresentação, visando a facilitar a leitura do material.

No **segundo momento** de tratamento do material das entrevistas, analisamos casos de violência doméstica e de violência institucional narrados por entrevistadas. Adotamos tal estratégia por reconhecermos que os relatos dos casos aglutinavam diversos sentidos (referentes à *Educação Infantil; família; infância; educação; violência doméstica contra a criança, órgãos de proteção à criança, violência institucional*), permitindo uma maior compreensão de como os mesmos atravessavam/influenciavam/justificavam as ações dos profissionais diante da violência contra a criança. Os mesmos também evidenciavam saberes, conflitos e dificuldades dos profissionais acerca dessa temática, no interior das instituições.

A análise dos casos é apresentada nos itens 4.2 (análise dos dados relativos à violência doméstica contra a criança) e 4.3 (análise dos dados relativos à violência institucional). Vale ressaltar que, no item 4.2., os dados das creches são apresentados separadamente. Já no item 4.3, optou-se pela análise conjunta dos dados das creches, visando à preservação dos profissionais das instituições, caso haja a leitura do material por membros das mesmas. A opção por não identificarmos, ao longo do trabalho, os relatos das entrevistadas, mesmo com nomes fictícios, também se ancora nessa justificativa.

Para o tratamento dos dados referentes aos casos de violência doméstica contra a criança, foram construídas as seguintes categorias de análise: 1) *relação da creche com a criança*; 2) *relação da creche com a família*; 3) *relação da creche com os órgãos de proteção da criança*.

Já os casos de violência institucional foram analisados buscando-se compreender as diferentes concepções das entrevistadas em relação à temática, quando se referiam a: 1) *práticas de terceiros*; 2) *suas próprias práticas*.

A análise dos casos de violência doméstica e de violência institucional nos apontou as *principais ações* defendidas/realizadas pelas creches nos casos de violência doméstica (em relação à criança, à família e aos órgãos de proteção) e de violência institucional (no que tange à criança). O questionamento, pela pesquisadora, durante as entrevistas, sobre: quais ações que as funcionárias utilizariam diante de um caso constatado, na instituição, de violência doméstica contra a criança; as formas de enfrentamento da violência familiar dirigida à infância; o papel da creche diante da problemática, também possibilitou a identificação das ações defendidas pelas entrevistadas em relação à violência doméstica.

Diversas leituras dos materiais indicaram ainda que: 1) as ações defendidas/realizadas pelas funcionárias estavam ancoradas em diversos sentidos relativos à *educação; Educação Infantil; à infância; à família; aos órgãos de proteção da infância; à violência doméstica; à violência institucional contra a criança*; 2) que tais sentidos se configuravam em redes.

Ao percebermos a relação entre as ações e os diversos sentidos, acima mencionada, ingressamos no **terceiro momento** de tratamento do material. Com o intuito de dar visibilidade às ações das funcionárias (em relação à criança, à família e aos órgãos de proteção) e às redes de sentidos relacionados com tais ações, utilizamos as seguintes estratégias de apresentação do material:

1) *Construímos quadros*

Nesses quadros estão presentes as ações defendidas/realizadas *pelas e nas* instituições nos casos de violência doméstica e institucional, bem como os sentidos relacionados com tais ações. Essa forma de apresentação do material permite vislumbrarmos como sentidos específicos podem estar relacionados com uma ou mais ação das funcionárias nas creches.

Modelo do quadro:

Sentidos Ações	Violência Doméstica contra a Criança			Violência Institucional
	Ação em relação à criança	Ação em relação à família	Ação em relação aos órgãos de proteção	Ação em relação à criança
Sentido 1		X	X	
Sentido 2	X			X
Etc.				

2) *Construímos figuras*

Nas figuras, representamos separadamente as ações defendidas/realizadas pelas funcionárias em relação à criança, à família e aos órgãos de proteção. Vale enfatizar que a apresentação separada das ações das creches em relação à violência doméstica, e também das ações relativas à violência institucional, foi feita com intuito didático. Porém pontuamos que tais ações estão intrinsecamente ligadas, sendo que uma incentiva/ampara/justifica a outra.

Exemplo da figura:

Acreditamos que a utilização dos recursos gráficos citados poderá facilitar a visualização dos dados obtidos no estudo.

Dessa forma, apresentamos, na presente pesquisa, **a análise dos dados obtidos no levantamento realizado no Conselho Tutelar** (item 4.1), **a análise dos dados relativos à violência doméstica** (o mapeamento dos sentidos existentes e casos identificados/relatados de violência doméstica - item 4.2) e **a análise dos dados relativos à violência institucional** (item 4.3).

No item 4.4 apresentamos, utilizando recursos gráficos (quadros e figuras), **a análise das redes de sentidos e das práticas institucionais** relativas à violência doméstica e violência institucional.

CAPÍTULO

4

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

... *Esse estranho essencial que é o outro.*
Wallon, 1986

4.1. Os casos de violência doméstica contra a criança, notificados ao Conselho Tutelar

A coleta de dados no Conselho Tutelar teve como principal objetivo a seleção das instituições-alvo da pesquisa. No entanto, a análise dos dados coletados permitiu ainda:

- Compreender como os casos de violência doméstica contra a criança se apresentam no contexto geral de notificações de violência contra a infância;
- Evidenciar o número de notificações relacionadas com a faixa etária atendida pela Educação Infantil, ou seja, crianças de 0 a 6 anos;
- Verificar quais foram os solicitantes/notificantes dos casos de violência familiar contra as crianças de 0 a 6 anos.

4.1.1. A violência doméstica contra a criança, no contexto geral de notificação de violência contra a infância

Os dados obtidos apontam que, dos 507 casos notificados ao Conselho Tutelar I, 26,4% (n=134) referiram-se a casos de *violência doméstica*. Caracterizaram-se como casos de violência doméstica aqueles cujo agente violador foi algum membro responsável pela criança e/ou da família da vítima, tal como genitor, genitora, irmãos, tios, padrasto, madrastra, etc. Em 10,1% (n=51) dos casos, não havia registro do violador/agressor, o que inviabilizou a identificação da modalidade de violação ocorrida. As demais notificações analisadas (63,5%, n=322) relacionaram-se a violações/solicitações de outra natureza, tais como: evasão escolar; comportamento inadequado da criança ou adolescente; violência institucional; regularização de responsabilidade legal; falta de acesso à alimentação, moradia, saúde, educação e trabalho (Tabela 1). Vale ressaltar que as 507 notificações realizadas referiram-se a 560 violações ocorridas, já que em alguns casos houve a perpetração de mais de uma violação contra a criança ou adolescente.

Tabela 1 – Violações notificadas no Conselho Tutelar I no período de outubro 2005 a setembro de 2006

VIOLAÇÃO	NÚMERO DE NOTIFICAÇÕES	PORCENTAGEM
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA	134	26,4
VIOLAÇÃO SEM ESPECIFICAÇÃO DO AGRESSOR	51	10,1
OUTROS TIPOS DE VIOLAÇÃO/SOLICITAÇÃO	322	63,5
TOTAL	507	100

Fonte: Arquivo do Conselho Tutelar I de Ribeirão Preto (2006)

O levantamento das notificações encaminhadas ao Conselho Tutelar aponta a existência de vitimação (violência macrosocial) de crianças na cidade de Ribeirão Preto e reafirma o ambiente familiar também como local de experiências violentas para a infância. No mesmo sentido, Bazon (2008), a partir da realização de um levantamento dos casos notificados no Conselho Tutelar de Ribeirão Preto por um período de *quatro anos*, também constatou a ocorrência de violências dirigidas à infância tanto macro como microsociais, sendo que 43,4% das notificações correspondiam à violação dos direitos básicos, tais como educação, saúde e assistência social, e 44,1% referiam-se à violência doméstica.

Tal fato é grave e torna-se ainda mais dramático se considerarmos que os casos acompanhados pelos órgãos de proteção à criança correspondem apenas a uma pequena parcela dos casos ocorridos, caracterizando o que a literatura denomina de ponta de um *ice-berg* (MATIAS, BAZON, 2005).

4.1.2. A notificação de casos de violência familiar contra a criança de 0 a 6 anos

Tabela 2 – Faixa etária das vítimas de violência doméstica

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
0 – 3	32	23,9
4 – 6	17	12,6
7 – 9	25	18,6
10 -12	21	15,7
13 – 15	20	15,0
16 – 18	11	8,2
NC	8	6,0
TOTAL	134	100,0

Fonte: Arquivo do Conselho Tutelar I de Ribeirão Preto (2006)

Das notificações de violência doméstica contra a criança (n=134), dados analisados apontam que a faixa etária de 0 a 3 anos obteve um maior número (23,9%, n=32). Os casos

envolvendo crianças de 4 a 6 anos atingiram 12,6% (n=17) do total de notificações. Dessa forma, a faixa etária alvo da Educação Infantil foi responsável por 35,6% (n=49) dessas notificações (Tabela 2).

Uma grande porcentagem de notificações relativas à faixa etária de 0 a 6 anos também foi encontrada por Deslandes (1994) que, analisando a atuação dos Centros Regionais de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (Cramis/São Paulo), constatou que essa faixa etária, durante o período de 1988 a 1992, ocupou um alto percentual dentre as vítimas de violência intrafamiliar, variando de 41% a 45% dos casos.

4.1.3. Os solicitantes/notificantes dos casos de violência familiar contra as crianças de 0 a 6 anos

No que se refere ao solicitante/notificante, nota-se que em 24,5% (n=12) dos casos não havia explícita esta informação. As instituições de saúde foram responsáveis pela maioria das notificações (24,5%, n=12). Parentes, genitores, genitoras e Poder Judiciário foram responsáveis, respectivamente, por 18,2%; 10,2%; 6,2% e 6,2% das notificações, conforme consta na tabela abaixo.

Tabela 3 – Solicitante/Denunciante

SOLICITANTE/DENUNCIANTE	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
INSTITUIÇÃO DE SAÚDE	12	24,5
PARENTE	9	18,2
GENITOR	5	10,2
GENITORA	3	6,2
PODER JUDICIÁRIO	3	6,2
ABRIGO	2	4,1
PROGRAMA SOCIAL MUNICIPAL	2	4,1
BABÁ	1	2,0
NADA CONSTA – NC	12	24,5
TOTAL	49	100,0

Fonte: Arquivo do Conselho Tutelar I de Ribeirão Preto (2006)

Dessa forma, constatamos que não houve nenhum caso notificado de violência doméstica por instituições de Educação Infantil ao Conselho Tutelar I, no período analisado.

Alguns estudos apontam que as instituições brasileiras de educação têm tido pouca participação na notificação dos casos de violência contra a criança (CAVALCANTI, 1999; DESLANDES, 1994).

Bazon (2007) afirma, a partir da realização de pesquisas em instituições educativas na região de Ribeirão Preto, que os educadores/professores conhecem casos de violência contra a

criança. Pontua, porém, que tais profissionais não realizam notificação aos órgãos de proteção, o que resulta na falta de conhecimento e acompanhamento dos casos pelos órgãos responsáveis.

A mesma autora estima que, na cidade de Ribeirão Preto, 97% dos casos de violência doméstica contra a criança de 0 a 6 anos não são notificados (BAZON, 2007).

Vale enfatizar que, em alguns países, as instituições de educação são as principais protagonistas na identificação dos casos de violência contra a criança (SEDLAK; BROADHURST¹⁰, 1996 apud KRISTENSEN; OLIVEIRA; FLORES, 1999).

No presente levantamento, as instituições de saúde destacaram-se como principais notificantes de casos de violência familiar contra a criança de 0 a 6 anos. A maior participação dos profissionais de saúde na notificação de violência contra a criança talvez se justifica pelo fato de que, nessas instituições, há o atendimento freqüente de casos graves de crianças vitimizadas com a ocorrência de fraturas, escoriações e queimaduras que podem levar inclusive ao óbito. No entanto, ressalta-se que alguns autores vêm apontando algumas dificuldades encontradas pelos profissionais de saúde no que tange à notificação de casos de violência doméstica contra a infância. Tais profissionais, muitas vezes, acreditam que a violência familiar é um problema de âmbito privado, temem possíveis transtornos legais advindos da notificação e receiam estar quebrando o sigilo profissional (DESLANDES, 1995; GONÇALVES; FERREIRA, 2002).

4.2. A Educação Infantil e a violência doméstica contra a criança

4.2.1. A creche A

4.2.1.1. O mapeamento dos sentidos

Conforme já mencionado anteriormente, na análise das entrevistas, foi realizado, primeiramente, um mapeamento dos sentidos referentes à: *Educação Infantil; família; infância; educação; violência doméstica contra a criança; órgãos de proteção da criança; Estatuto da criança e do adolescente* (Apêndice C). Os sentidos mapeados foram analisados e discutidos abaixo.

¹⁰ SEDLAK, A.; BROADHURST, D. D. **Executive summary of the third nacional incidence survey of child abuse and neglect**. Washington: U. Department of Health and Human Services, 1996.

➤ Sentidos sobre Educação Infantil

De acordo com as entrevistadas¹¹ da creche A, a Educação Infantil tem uma função educacional/assistencialista, conforme aponta o relato abaixo.

“... (A creche) Serve para... a gente tem um trabalho pedagógico [...] Eu acredito que ela não é só o lugar aonde os pais vêm para poder trabalhar, um lugar para deixar os filhos. A gente tem a parte do cuidar da criança, mas aqui também a gente tem a parte de educar! [...] Tem a parte é... pedagógica [...] Tem a parte emocional que a gente cuida... Eu acho que a creche é para o desenvolvimento total da criança, integral...”

Segundo uma das funcionárias, o trabalho educativo da instituição é importante, pois ajuda a criança a se desenvolver, formando-a para uma vida futura.

“... Olha, uma instituição para mim, além dela... assim apoiar as crianças que os pais trabalham, ela tem aquela função social. Então, de... é, ajudar a família a tornar essa criança no futuro, né?, um homem digno, direito e aceito nessa sociedade...”

Entrevistadas pontuaram que, para a realização de um bom trabalho pela creche, é necessária a realização de diálogos entre a instituição e a família, já que o trabalho de ambas, em relação à criança, se complementa.

“... Educar... tem que começar lá na família, e aqui para nós é complementar o que a família faz...”

“... a gente tem contato diário com os pais [...] quando o pai não frequenta muito a gente procura chamar, tem casos que a gente chama, assim, a criança está com alguns probleminhas, a gente chama então aqui é um diálogo constante...”

“... a primeira reunião geralmente a gente passa para os pais o que vai ser trabalhado durante o ano, que é o nosso projeto [...] para os pais também se se interagir, saber o que que é, que a gente está dando para a criança [...] Então, a gente aproveita na hora da reunião dos pais para perguntar... E aí, as mães contam como que a criança está, para gente, se está evoluindo, se não está, como que está sendo o comportamento dela em casa [...] Então, essas trocas que a gente faz, geralmente nas reuniões...”

Conforme demonstram os relatos acima, a instituição afirma que busca conversar com a família quando a mesma não frequenta a creche, quando a criança está dando problemas na instituição e/ou para que haja troca de informações sobre a criança e o trabalho da creche. A

¹¹ Vale pontuar que, para nos referir às entrevistadas das creches (de todas as modalidades profissionais), utilizamos também o termo *funcionárias*.

concepção de que há uma responsabilidade pela criança que é compartilhada entre creche e família parece estar presente.

➤ Sentidos sobre família

No que tange à estrutura da família, algumas entrevistadas afirmaram que a mesma pode possuir diversos arranjos, conforme apontam os relatos abaixo.

*“... Bom, família para mim é aquela pessoa que te dá o amor, o carinho, a educação, que está sempre junto. **Que nem sempre é o pai e a mãe** [...] Que tem aquela criança que ela não tem nem o pai, não tem a mãe, mas ela tem a avó, ela tem o tio...”*

*“... **família é aquela pessoa que você conta em um momento que está sempre aberto pra você** [...] eu acho que é isso, é esse diálogo, esse vínculo de carinho [...] às vezes até assim, não é da sua família, mas você se apega à pessoa e, e se transforma na sua família, não é ali aquele vínculo de sangue, aquelas coisas assim, mas se apega, né?...”*

Apesar do reconhecimento da existência de diversos arranjos familiares por algumas entrevistadas, esteve presente em alguns relatos a defesa do modelo de família nuclear.

*“... Uma família estruturada, eu acho que é aquela **aonde tem pai, aonde tem a mãe**...”*

Independente do modelo de família defendido, as entrevistadas ressaltaram que a família é uma instituição muito relevante para a criança, pois lhe dá apoio, amor, carinho.

*“... eu acredito que família é a **base de tudo**, é... é na família que a gente aprende muito...”*

*“... Tudo! **Família é tudo!** Tudo, tudo, tudo, tudo! **A pessoa que tem um apoio familiar...** a pessoa que tem a família [...] é... estrutura, é formação mesmo, ela... ela tem tudo, porque... ela sabe que tanto os acerto como os erros, ela pode... ela **tem em quem se apoiar**...”*

*“... Bom, família para mim é **aquela pessoa que te dá o amor, o carinho, a educação**, que está sempre junto...”*

As funcionárias afirmaram que a família é um modelo para a criança, tendo a função de educá-la e desenvolver sua personalidade, formando-a para futuro.

*“... **a família é modelo** [...] Então, ela tem esse modelo e... **a família estruturada tem os filhos estruturados**. Isso não quer dizer que eu estou falando assim que... se a família for*

desestruturada, ela vai ser desestruturada, não! Porque te... a pessoa, ela tem a personalidade...”

*“... **Educar... tem que começar lá na família...**”*

*“... É a família que **ajuda a gente a... a ser alguém no futuro...**”*

Devido a sua importância para a criança, funcionárias ressaltaram a necessidade de a família ser unida e ter diálogo.

*“... Eu acho que família tem que **ser bem unida**, né? Todo lugar que você vai passeia junto, tem bastante contato, assim... um ajuda o outro...”*

*“... **diálogo**, carinho, companheirismo, eu acho que é isso que é família...”*

Uma das funcionárias manifestou dúvidas sobre a possibilidade/legitimidade da interferência de terceiros na dinâmica familiar, conforme aponta o relato abaixo.

*“... **Posso me intrometer assim tanto na vida de uma outra pessoa assim? Vendo que uma criança está sendo agredida (na família) [...] o que eu vou fazer? Não sei...**”*

No entanto, a concepção de que a família não tem plenos poderes sobre a criança, devendo haver interferência, no âmbito familiar, nos casos de violência contra a criança também foi defendida.

*“... porque se você vê alguma (violência doméstica dirigida à criança), **não vai deixar a pessoa ficar violen... né?, com violência com aquela criança...**”*

Ao abordarem a questão da violência doméstica dirigida à criança, entrevistadas afirmaram que a “desestruturação” da família é uma das causas implicadas na ocorrência do fenômeno.

*“... (Acontece violência familiar) **Por desestrutura na família. Eu acho que assim... o fator maior é a desestrutura [...] Eu acredito que as famílias mais estruturadas aconteçam menos e as menos estruturadas acontecem mais...**”*

A discussão sobre o que são famílias “estruturadas”/“desestruturadas” encontra-se nos relatos abaixo.

“... (Família desestruturada) *É uma família [...], mas não é uma família. É uma família que eles, eles têm, é... uma composição lá de pai e mãe e filho, mas [...] ninguém dá importância pro outro [...]* Não tem aquela importância, não tem aquele valor. ‘Ah, olha, o que você quiser é problema seu, o que eu faço é problema meu’, *e a criança tem aquele modelo e, e... e ela não tem, não tem um modelo a seguir [...]* Porque o que é certo pro pai, é verdadeiro, é verdade pra mãe, o que é verdade pra mãe é errado pro pai. Então, a criança não tem o modelo. Por isso que eu falo que a família é tudo [...] Então, a, a criança, ela não tem um... ela não tem um modelo certo pra seguir [...] É complicado porque ela pode ser um adolescente problema, né?...”

“... (Família estruturada) *É. Onde tem o pai, onde tem a mãe, uma casa... onde eles tenham uma rotina... onde um dos dois trabalhem... que eles consigam comprar o que eles precisam, que eles consigam pagar suas dívidas [...]* Onde *tenha amor, onde tem respeito... aonde tem... uma religião, que eu acho que Deus em uma família também muda muita coisa. Uma não estruturada... eu acho que... não pode nem chamar de família, é... uma menina que tem filhos, eles não moram juntos... não precisa ser uma menina, uma mulher, né? Eles não moram juntos, fica um pai em um lugar, a mãe em outro lugar, essa criança não tem contato com os dois, que eu acho muito importante, de ter a figura do pai, ter a figura da mãe junto [...]* onde não tenha rotina, onde se acontece qualquer, qualquer tipo de coisa [...] onde entra cerveja, onde entra qualquer tipo de coisa, entre e sai qualquer pessoa... eu acho que é assim...”

Nota-se que, no primeiro relato, a “desestruturação” da família foi relacionada com a falta de atenção dos familiares uns com os outros. Já no segundo relato, o qual parece ancorar-se em princípios religiosos, a desestruturação da família foi relacionada com o desemprego, as condições econômicas, a separação dos pais e o arranjo (não nuclear) da família.

Vale enfatizar que a maioria das famílias atendidas pela creche foi descrita pelas entrevistadas como sendo “estruturadas”.

“... Eu acredito que aqui as crianças, *as famílias são estruturadas... pelo menos a maioria delas [...]* eu acredito que aqui, nessa escola, eu acho que a maior parte das famílias são estruturadas, a meu ver...”

Nesse contexto, as entrevistadas consideraram que a maioria das famílias atendidas pela creche é “estruturada”, o que poderia, de acordo com relatos das mesmas, justificar uma menor possibilidade de ocorrência de atos de violência contra a criança nessas famílias, “... *Eu acredito que as famílias mais estruturadas aconteçam menos (violência doméstica dirigida à criança) e as menos estruturadas acontecem mais...*”.

➤ Sentidos sobre infância/criança

De acordo com entrevistadas, a infância é um período no qual as crianças devem brincar, ter liberdade, amor, carinho, respeito.

“... Infância? É o tempo que a gente tem para brincar, que a gente não tem que pensar em problema [...] É o tempo de liberdade, que a gente faz o que a gente quer, a gente que não tem problema [...] acho que é o tempo que a gente curte a vida. Eu acho que é um tempo assim, mais gosto, prazeroso...”

“... acho que toda criança tem direito a carinho, amor, é, respeito...”

Funcionárias afirmaram que, na infância, a criança é indefesa e dependente do adulto.

“... a criança é tão indefesa...”

*“... a criança é um ser que **depende** de alguém para comer, para tomar banho [...] para os horários, que eu acho que a criança tem que ter rotina...”*

As entrevistadas ressaltaram que a criança deve ter cuidado e proteção.

*“... Ela (a criança) tem... lógico que ela **tem que ter os cuidados essencial de saúde, alimentação, de... estudo**, ela **tem que ir pra escola**, ela tem que ter **atendimento médico**, quando ela precisar ela tem que ter tudo isso...”*

*“... eu acho que infância é isso, **não tem que ter aquela é... responsabilidade de nada**, eu acho que **alguém tem que estar responsável por você** [...] ter a obrigação assim, de alimentação, ter a necessidade disso **e ter alguém que seja responsável por isso...**”*

A necessidade de a criança ter limites e saber as regras sociais também foi indicada por entrevistadas.

*“... Tratar bem (uma criança)? [...] É dar atenção, é educar, é **mostrar o que é certo, o que é errado para a criança**... Isso é tratar bem, porque às vezes você corrige ela, você está corrigindo para o bem dela [...] Assim, **a partir do momento que você está mostrando o que é certo, o que é errado, você está dando uma diretriz para aquela criança**, você está tratando ela bem [...] porque é só assim que ela vai saber discernir o que é certo, o que é o errado...”*

“... hoje você percebe que as crianças são insatisfeitas, porque elas têm tudo. Os pais satisfazem eles porque deixam na escola, acham que têm que compensar de uma outra forma,

dando tudo o que eles querem [...] Então, acaba assim, não colocam no limite que é o essencial...”

As entrevistadas afirmaram que a garantia de uma boa infância é importante, pois essa fase é um período de preparação para o futuro, havendo a formação da personalidade da criança nos anos iniciais.

*“... É a família que **ajuda (a criança)...** a ser alguém no futuro...”*

*“... A criança, **ela forma a personalidade dela de zero a seis... a seis anos...**”*

➤ **Sentidos sobre educação**

Segundo entrevistadas, educar é transmitir conhecimentos, conforme consta no relato abaixo.

*“... Educar para mim é... é ensinar a criança, **passar aquilo é... os seus conhecimentos para a criança** de maneira, na linguagem deles, para que eles possam entender, porque isso vai ser muito importante para ele...”*

As funcionárias afirmaram que a educação também inclui a ação de cuidar e dar afeto para a criança.

*“... eu acho que o educar tem o **afeto** [...] não é só o **cuidado**...”*

*“... **Quando você está dando afeto, você está educando**, porque você está [...] fazendo essa criança ser mais mansa, ser mais compreensiva, porque ela também vai [...] estar dando esse afeto pra outra pessoa. Então, você educou ela nesse sentido...”*

Entrevistadas afirmaram que o educar é também estabelecer limites para as crianças.

*“... Eu acho assim você **não pode deixar eles fazer tudo o que quer...**”*

*“... Quer dizer, se eu não chamar, explicar e corrigir na hora certa, eu não estou educando. **É que nem eu deixo eles à vontade, brincar, subir na mesa, pular, isso é educar? Não, não é educar**, porque ele não está sabendo. Para ele, ele está fazendo porque está achando bom demais, né?, mas não está sabendo se está certo, se está errado. Então, eu não estou educando ele...”*

Além de discutirem o que é educar, funcionárias também mencionaram formas de educar a criança, que foram as seguintes:

➡ Pelo exemplo

*“... Eu acho que (se educa a criança) **em primeiro lugar dando o exemplo...** porque a gente aprende, eu posso falar: ‘Ah, não faz isso’, mas se eu faço... a criança vai ver... e falar assim: ‘Ai, a senhora pode fazer por que que eu não posso?’. **Então, acho que o exemplo é a primeira coisa...**”*

➡ Conversando

*“... **para educar a criança, é a partir do diálogo...**”*

➡ Cuidando

*“... **Quando você está alimentando essa criança [...] você está mostrando pra ela que a alimentação é saudável, ela tem condição de chegar em casa e passar isso pra família. Você educou essa criança...**”*

➡ Através de atividades orientadas e brincadeiras

*“... (Educar é) **Quando você ensina a parte sistematizada, né?, que é a parte toda, português, matemática [...]** Então, tudo isso daí... Isso tudo é educar...”*

*“... só dá pra educar mostrando **através, de, de brincadeiras**, que eu não deixo de dizer assim que quando a gente, a gente está expondo o assunto, a gente tem que mostrar no real, às vezes a gente tem que estar vestindo aquela, aquela, **trabalhando o corpo...**”*

➡ Estabelecendo limites

*“... Quer dizer, se eu não chamar, explicar e corrigir na hora certa, eu não estou educando [...] **Para educar, pelo menos, você tem que dar uma diretriz, você tem que mostrar para eles os pontos e o porquê daquilo. Se não, também, fica em vão...**”*

Uma das entrevistadas mencionou o uso da punição física como forma de educar a criança. No entanto, para a mesma, tal ação, para que não se constitua como violência contra a criança e sim como prática educativa, deve ser utilizada em circunstâncias em que a criança “merece”.

*“... Violência contra criança? **Bater, em momentos que não são necessários** [...] Eu acho que isso é uma violência de uma pessoa que não sabe educar...”*

Tal relato nos aponta para a idéia de que a violência pode ser justificada, dependendo do contexto em que é aplicada.

No entanto, ressaltamos que outra entrevistada afirmou que a punição física não é uma forma de educar a criança, apontando o diálogo como uma forma eficaz de educação.

*“... **Bater é educar? Não, bater não é educar. Judiar da criança é educar? Não, não é educar. Então, a criança só vai entender o que é certo e errado, se ela está educando ela a partir do momento que você tem muito diálogo com essa criança. É conversando e explicando para ela o porquê das coisas, se não, não vai adiantar nada...**”*

➤ **Sentidos sobre violência doméstica contra a criança**

As entrevistadas, ao falarem sobre a temática da violência doméstica contra a criança, citaram exemplos e definições que permitiram classificar o fenômeno em diferentes modalidades. As funcionárias mencionaram, ainda, possíveis conseqüências para as vítimas, as possíveis causas implicadas na perpetração do fenômeno e formas de enfrentamento da problemática. Abaixo apresentamos as *modalidades, conseqüências, causas e formas de enfrentamento* da violência familiar dirigida à criança.

As violências domésticas citadas foram classificadas nas seguintes modalidades:

✓ **Física**

“... É, tem, tem sim, vários tipos de violência, né?, mas... eu acho assim as mais graves, né?, eu acho que é essa de bater, de... acorrentar...”

✓ **Psicológica**

“... A violência não é só aquela que bate, que machuca, mas... As palavras também, depende como você colocar, você também machuca mais do que se você levasse um tapa...”

✓ **Negligência**

*“... mas essa questão de **deixar, sabe?, algumas necessidades básica da criança** que é o vestuário da criança eu acho que também não deixa de ser uma, uma violência...”*

✓ **Abandono**

*“... eu acho que é assim violência, para criança, eu acho que é [...] uma mãe que descuida ou tantas que a gente vê na TV que **larga o filho em qualquer lugar...**”*

✓ **Sexual**

*“... Tem... **tem a violência sexual** que tem muitas que passam a ser violentadas, essa doença... Essa é a mais grave de todas...”*

✓ **Conflito familiar**

*“... (Violência doméstica contra a criança é) Brigar assim, né? **Muita briga em casa...**”*

Uma das entrevistadas afirmou ainda, apresentando uma conceituação mais geral sobre o fenômeno, que *“... **Tudo o que não for um ato de amor. Não for assim, pra educar (a criança), pra um... uma educação saudável dela, ela está sofrendo uma violência [...]** E **tudo o que a família não faz pra favorecer isso, ela está... violentando essa criança...**”*.

Vale ressaltar que, ao relatarem as violências domésticas dirigidas à criança, entrevistadas apresentaram diferentes posicionamentos sobre qual modalidade de violência que seria a mais grave: *“... É, tem, tem sim, vários tipos de violência, né?, mas... eu acho assim as **mais graves, né?, eu acho que é essa de bater, de... acorrentar...**”, “... **tem a violência sexual [...]** Essa é a mais grave de todas...”*.

No que tange à violência física, as entrevistadas mencionaram que a mesma é uma forma inadequada de o adulto se relacionar com a criança (ver *Sentidos sobre Educação*). As funcionárias se posicionaram também contra as demais modalidades de violência dirigida à criança, alegando que as mesmas podem acarretar consequências para as vítimas, tais como:

▪ **A criança vitimizada pode naturalizar e reproduzir os comportamentos violentos.**

*“... se ela sofre a violência quando ela criança, ela passa pra vida adulta, ela naturaliza aquilo lá [...] ela, **ela fica insensível a tudo. Então, ela passa a fazer...**”*

▪ **A criança vitimizada pode ter problemas de saúde.**

*“... depende de como você bate, **você machuca a criança, né?...**”*

Além de discutirem sobre os tipos de violência familiar e suas conseqüências para as crianças, as entrevistadas também apontaram as possíveis causas para a ocorrência do fenômeno. Tais explicações incidiram sobre a *criança* e a *família*. No que tange à *criança*, funcionárias afirmaram que a violência familiar pode ocorrer pelo fato de a criança ser indefesa, inocente em relação ao adulto.

“... Bom, (ocorre violência familiar contra a criança) porque a criança, ela é sens... não tem como se defender de um adulto. Como que ela vai se defender de um adulto? Não tem como. O adulto é mais forte que ela ou até mesmo na sedução, ele, ele... seduz a criança, até com docinho ele consegue seduzir uma criança, né?...”

O relato acima indica que, em função de características da criança, pode haver um abuso de poder do adulto em relação à mesma.

A concepção de que a criança pode ter merecido a repreensão/violência do adulto, talvez em função de seu comportamento, também parece estar presente no relato abaixo no qual há a defesa da idéia de que a agressão física é violência somente quando é aplicada em circunstâncias “erradas”.

“... eu acho que a agressão física pode acontecer em casa, como essa que eu já até citei, né?, das crianças apanharem às vezes nas horas erradas...”

As entrevistadas apontaram ainda o uso de drogas (álcool) e a presença de doenças psicológicas na *família* como desencadeadores da violência doméstica.

“... Ah, (ocorre violência familiar contra a criança porque) tem pai que [...] os homens principalmente, quando fica muito... bebe muito, né? Fica muito...”

“... Ah, eu acho assim, eu, às vezes eu penso que é uma doença psicopática, sei lá [...] uma pessoa, quem tem consciência não faria, muitos casos assim que a gente ouve, eu acho que é essa questão de estar com o psicológico afetado... com raiva do mundo...”

Além da presença de doenças psicológicas e uso de drogas no âmbito familiar, as entrevistadas afirmaram que a violência doméstica pode ser desencadeada também em função das condições de vida da família, conforme já discutido no item *Sentidos sobre Família*.

Uma das entrevistadas pontuou que as condições macroestruturais poderiam incidir sobre as famílias, influenciando a forma como os pais se relacionam com os filhos e que, às vezes, pode se constituir como uma violência.

“... É, que que eu... outro dia eu vi uma reportagem assim que eu achei que... que chocou foi... é... a mãe [...] ela deixou até acorrentado o menino [...] Dentro de casa para poder ir trabalhar. É uma violência. Na cabeça dela pode até ser que não seria, entendeu? **Foi um meio dela segurar o filho dela dentro de casa para que ela trabalhasse... mas foi uma violência contra a criança** [...] É bem complicado, né? Porque a gente observar, falar é fácil, mas você está ali, vivendo aquilo, né?, a pessoa está vivendo aquilo...”

No relato acima, a entrevistada pareceu refletir sobre a dificuldade de julgarmos alguns comportamentos realizados pelos pais em relação aos filhos, sem que entendamos as reais motivações/causas relacionadas com tais atos.

Dessa forma, fatores como a composição (não nuclear) e condições de vida da família como o desemprego, dificuldades econômicas e baixo nível de escolaridade foram relacionados com a ocorrência da violência familiar. As entrevistadas defenderam a idéia de que algumas dessas condições de vida das famílias, que afetam as famílias de camadas populares, como desemprego e pobreza, acarretam *estresse* nos adultos, resultando na falta de paciência dos mesmos na relação com as crianças. Nesse contexto, a associação entre classe social e ocorrência da violência doméstica é defendida. As famílias de camadas populares/“desestruturadas” são vistas como *locus* propício para a perpetração da violência contra a criança.

Levantamos a hipótese de que tal concepção de violência doméstica pode atuar no sentido de prejudicar/inibir a identificação da violência doméstica nas famílias atendidas pela creche. As entrevistadas consideraram que a maioria das famílias atendidas pela instituição é “estruturada”: possuem emprego, melhores condições econômicas, são instruídas, e que, por isso, não praticam violência doméstica dirigida à criança, conforme consta nos relatos abaixo.¹²

“... (não acontece violência contra a criança nas famílias atendidas pela instituição porque) é uma família **mais estruturada** [...] Que, que pode ser que não tenha planejado para ter o filho, mas... mas aceitou o filho, cuida do filho... tenta passar tudo de bom para esse filho...”

“... (As famílias aqui têm uma relação boa com as crianças porque) o pai tem uma, tem uma **instrução melhor, ele tem seu emprego, a mãe tem um emprego, eles têm um, um padrão melhor, eles são mais calmos, porque sabem trabalhar melhor com as relações.** [...] Eu acho assim, **quanto menos problema você tem em casa, menos violência você tem.** Você não ter os problemas e ter um pouco de orientação... vai ter menos [...] **A pessoa instruída, ela está sabendo o que que ela está fazendo...**”

¹² Ressaltamos que, no início da pesquisa, quando era exposto o tema do projeto, as funcionárias da creche, mesmo as que já trabalhavam há mais tempo na instituição (até 16 anos), argumentaram que ali não havia casos de violência doméstica contra a criança, já que atendiam famílias de camadas médias.

*“... (O pessoal aqui) é **mais instruído**, entendeu? É, é... Têm uns que são dentistas... outros... é um pessoal mais assim...”*

No entanto, vale enfatizar, que uma das entrevistadas, após afirmar que na creche não ocorriam casos de violência familiar devido às condições socioeconômicas das famílias, fez a seguinte ponderação: “... *apesar de que não tem classe para acontecer a violência...*”. Porém, tal visão foi defendida pontualmente, prevalecendo nas entrevistas a associação entre as más condições socioeconômicas das famílias e a ocorrência da violência familiar.

Nesse contexto, nota-se que as entrevistadas mencionaram sentidos existentes no que se refere às modalidades, conseqüências e causas da violência familiar. A discussão sobre as possíveis formas de enfrentamento da problemática também foi realizada, sendo indicadas as seguintes ações:

- **Notificação ao Conselho Tutelar**

*“... Eu acho que tem assim, você vê (violência doméstica contra a criança), você não tem que fingir que não viu aquilo, né?, **tem que denunciar...**”*

- **Melhoria das condições de vida das famílias**

*“... Então, sei lá, eu acho que o governo tinha que **dar mais emprego...**”*

“... Às vezes a mãe quer trabalhar, está precisando... não pode porque não tem lugar para deixar essa criança. É onde vai gerar a violência porque ela fica nervosa em casa, porque ela quer trabalhar...”

- **Orientação das famílias**

*“... Ai, eu acho que assim, deveria ter assim um trabalho com essas pessoas [...] **orientação**, porque muitos não têm orientação nenhuma...”*

A ação de abrigamento da criança foi apontada como não sendo uma ação adequada nesses casos.

*“... Igual muitos casos, **tira a criança de dentro de casa e soca numa instituição. Ai... eu não concordo**, eu acho complicado, eu acho que tem que tirar a pessoa que agrediu e deixar ela*

com alguém dentro da família, que esteja, que tenha condições de criar, amenizar esse problema que a criança vivenciou...”

Considerando as ações indicadas acima, visando ao enfrentamento da violência familiar, as entrevistadas afirmaram que os responsáveis pela realização das mesmas seriam o Estado (melhoria das condições de vida das famílias), especialistas (orientação das famílias) e a sociedade de uma forma geral.

*“... Então, sei lá, eu acho que **o governo** tinha que **dar mais emprego...**”*

*“... Ah, eu acho que tinha que ser assim **profissional**, sabe? Eu acho tipo... o profissional de **psicólogo**... porque ele é o ideal para poder ver onde é que está realmente. Ué, que a gente que é o professor, mas eu não sou **médico**, não sou **psicóloga**, não entendo dessa parte!...”*

*“... Eu acho que independente de instituição, qualquer coisa, o ser humano em si, mesmo que seja seu vizinho ou coisa, você tem... **acho que todas as pessoas é uma responsabilidade da gente**, a gente tem que... não deixar acontecer esse tipo de coisa, não só a instituição, mas **a gente como pessoa também não deve deixar não**. Tipo assim, passar em branco, né? [...] tem que denunciar, tem que... né?, eu acho isso. Eu acho que assim não é só obrigação da instituição, não é só obrigação, **é de todos nós...**”*

Vale ressaltar que a atuação de especialistas para orientação da família, como forma de enfrentamento da violência familiar dirigida à criança, foi amplamente defendida pelas entrevistadas. Talvez tal defesa esteja relacionada com a concepção apresentada por funcionárias de que o fenômeno pode estar associado a doenças psicológicas dos agressores.

O papel da creche como protagonista no enfrentamento da violência familiar foi discutido, quando houve o questionamento direto pela pesquisadora sobre essa atuação. Diante do questionamento, entrevistadas afirmaram que a instituição deve: **identificar** casos, **investigar** a violência junto à família, **encaminhar** casos aos órgãos de proteção/especialistas.

*“... **você tem que estar atenta**, né? [...] lógico, você tem que **estar atenta para ver se está tendo alguma violência**, para você também... se realmente constatar que está tendo alguma violência, a creche tomar os devidos... é, providência, né?...”*

*“... a criança está aqui, né? [...] e **você tem como ter mais contato com a família... saber o que que está acontecendo**, sabe?, então... eu acho que ela ajuda muito sim, a creche...”*

“... Se chega para nós uma criança, que, que a gente pode achar que aconteceu alguma

coisa, eu acho que... a gente leva para coordenação e a coordenação tem que ver se, se leva para um órgão competente. Eu não sei ou se chama a família primeiro para saber se aconteceu alguma coisa [...] Mas eu acho que se a gente vê, a gente não pode ficar... fingindo que não viu. Eu acho que a gente tem que tentar descobrir o que que está acontecendo, porque se a criança realmente está sofrendo uma violência, eu acho que a gente, como educadora, a gente tem que tentar fazer alguma coisa...”

“... a educadora junto com a instituição toda, eu acho que tem que buscar essa, esse outro profissional...”

A ação de orientação da família pela creche também foi apontada por duas entrevistadas como forma de prevenir e inibir a violência doméstica dirigida à criança.

“... Eu acho assim, é... quando a instituição percebe que está ocorrendo muito, eu acho que tem que fazer um trabalho de conscientização, ali dentro expondo vários problemas, não assim, dizendo que ali tem, eu acho que um trabalho em grupo de conscientização com os pais, mas aí se, se não conseguir ali eu acho que tem que abranger pros outros profissionais, eu acho que tem que direcionar pra pessoa mais responsável nessa questão...”

“... Assim... eu acho assim, nesse ponto da violência, eu acho que tem aquilo que eu te falei, eu acho que teria que ter alguém para estar instruindo. Agora, a creche o que que ela pode fazer? É só dar orientação naquilo que é possível que esteja dentro do nosso alcance, entendeu? Mas nem sempre tudo está dentro do nosso alcance. Porque depende do assunto que você vai entrar, a pessoa vai te perguntar assim: ‘Mas... você é formado para isso? Você entende?...’. Entendeu? Então, nem tudo você... pode ficar perguntando, que você é questionada...”

Nota-se nos relatos acima que, ao falar do uso da ação de orientação das famílias pela creche, nos casos de violência familiar, as entrevistadas apontaram dilemas/possíveis limites que podem surgir na relação creche e família. A falta de “competência”/autoridade dos profissionais da instituição, para lidar com questões dessa natureza, e a possibilidade de questionamento pela família sobre a adequação da ação de orientação pela creche são indicados como limitadores da realização de tal procedimento pela instituição.

Nesse contexto, apontamos que o receio da orientação das famílias, nos casos de violência familiar, poderia estar incentivando a defesa pela realização de outras ações pelas funcionárias. Ao serem questionadas sobre o que fariam diante de um caso identificado na creche, três entrevistadas afirmaram que seria importante conversar com a família para confirmar ou não a vitimização e que, se violência fosse confirmada, a notificação ao órgão de proteção deveria ser realizada; uma entrevistada indicou que notificaria o caso ao órgão de proteção, não mencionando a ação de investigar o caso junto à família e uma funcionária

afirmou que não saberia como proceder diante de casos dessa natureza. Os relatos abaixo ilustram tais idéias.

*“... eu acho que (diante de um caso de violência doméstica contra a criança iria) **conversar com a família**, não assim, declaradamente que eu estou achando que tem uma... atitude de violência com a criança, tentar [...] um vínculo maior, um diálogo até você conseguir alguma coisa, eu acho que é bem complicado pra gente, mas acho que tem que ser nessa parte... **tentar descobrir**, tentar ver se é verdadeira o que você está desconfiando, né? E aí se ninguém tomar a atitude que deveria ser da direção, que eu acho que aí você mesmo, eu acho que o educador pode estar informando um órgão competente, eu acho que é isso...”*

*“... Aí, eu acho que... aí, eu **ligo pro Conselho Tutelar** pra ver se resolve alguma coisa assim...”*

*“... (Se a coordenadora não tomasse nenhuma providência) Não sei... Eu **tentaria conversar com a mãe**, então [...] Se realmente fosse... se a mãe inventasse uma desculpa, que a gente não acreditasse, falasse: ‘Não, isso não pode ter acontecido. Deve ser realmente o que a gente está pensando. A criança foi espancada, alguma coisa assim...’, mas **eu não sei o que faria, eu não sei quem procurar**. Se eu procurar a coordenadora, e ela não tomar atitude, aí eu não sei quem eu procuraria, não sei mesmo...”*

Pontuamos que duas das entrevistadas, que defenderam a idéia de que nos casos de violência doméstica seria importante confirmar e notificar a violência, afirmaram que tais procedimentos deveriam ser realizados pela direção da instituição, *“... Ah, eu acho que eu comunicaria a **direção**, e ela deveria tomar as atitudes...”*.

Dessa forma, nota-se que as principais ações defendidas pelas entrevistadas, a serem utilizadas pela creche diante de casos de violência familiar, foram: conversar com a família visando à constatação da violência e, caso confirmada, encaminhar o caso aos órgãos de proteção da infância. No entanto, pontua-se que, diante de um caso identificado de violência doméstica na creche, de uma criança pertencente à família de camada popular, a ação de orientação da família foi defendida e utilizada¹³ (ver item 4.2.1.2).

¹³ Ressaltamos que a ação de conversar com a família, narrada por funcionárias da creche A, em casos hipotetizados de violência doméstica contra a criança, parece se ancorar na intenção de buscar mais informações sobre o caso. Porém, no caso concreto, narrado por entrevistadas, a ação de conversar/orientar a família pareceu se constituir como formas de intervir na família, “conscientizá-la”, com o intuito de cessar os atos de violência dirigidos à criança. Na creche B, conforme será discutido no item 4.2.2, as ações de conversar/ orientar a família parecem ter, fundamentalmente, a intenção de “conscientizá-la”, visando a romper o ciclo da violência.

➤ Sentidos sobre órgãos de proteção da criança

No que tange aos órgãos de proteção da criança, as entrevistadas revelaram saber sobre a existência do Conselho Tutelar e de um abrigo da cidade. Em relação ao Conselho Tutelar, as funcionárias apresentaram visões positivas e negativas do órgão.

Os sentidos mencionados que estariam relacionados com uma visão mais positiva do Conselho Tutelar foram: é responsável por proteger a criança; ajuda as famílias; é competente/eficiente.

“... se a criança está sendo vítima, está sendo violen... violência, aí, você pode acionar. Eu acho que a tutelar está aí é para isso, né? Que é para ver, tomar as cabíveis... que a gente vai fazer o quê? A gente tem que pedir para o órgão competente, que seria ela, para poder tomar as devidas providências, não é? Então, é acionado o tutelar...”

“... Eu sei que você... por exemplo, se a criança não... falta, você aciona o Conselho Tutelar, eles vão fazer uma... uma... uma pesquisa da família, vão visitar a família, tudo... e procurar adequar essa família com o que é certo...”

“... (Tive contato com o Conselho Tutelar) [...] Eu, fui tratada bem. A gente foi tratada com muita atenção [...] E aí, o problema foi resolvido [...] Então, eu acredito que é um órgão competente [...] Foi eficiente...”

Os sentidos citados por entrevistadas, que estariam relacionados como uma visão mais negativa do Conselho Tutelar, foram: é ineficaz; utiliza, em ocasiões impróprias, a política de institucionalização da criança em abrigos.

“... O que que a gente pode fazer (diante de um caso de violência doméstica contra a criança)? Se eles (Conselhos Tutelares) não faz nada, que eles estão ali pra isso?...”

“... eu acho assim, ó... eu acho que tem que investigar, ver, saber, eu acho que tem sim, tem que ver [...] Só que eu acho meio contraditório, sabe?, às vezes, têm casos que eu acho que não era necessário você tirar a criança da família, mas sim orientar a família [...] Porque, gente! Tirar um filho de uma mãe ou de um pai... a minha mãe pode ser a prostituta, mas é minha mãe! Ninguém substitui a mãe, a mãe, principalmente a mãe da criança...”

A crítica realizada sobre a colocação da criança em abrigos pelo Conselho Tutelar talvez esteja relacionada com a importância dada à família (ver item *Sentidos sobre Família*) e, ainda, com a visão negativa que entrevistadas demonstraram possuir de um dos abrigos da cidade. Pontuamos que as falas sobre o abrigo citado se basearam na experiência de uma das funcionárias que trabalhou no mesmo.

*“... Ai... o (abrigo) é um **lugar triste**, que lá ficam as crianças que não têm família ou têm família, mas a família não tem condições de cuidar. Eles tentam fazer do (abrigo) um lar, onde as crianças têm os cuidados que as cria... que eles precisam. Onde vai ter a educação também que eles precisam... **Mas não é como a casa, como a família mesmo...**”*

No entanto, apesar de apresentarem críticas em relação ao abrigamento, entrevistadas apontaram também o abrigo como tendo função importante, conforme indica o relato abaixo.

*“... (O abrigo) não é como a casa, como a família mesmo. Mas eu acho que eles tentam! É um lugar onde eles tentam é... com que aquelas crianças **não fiquem lá na marginalidade** [...] **É bom. Eu acho que é bom...**”*

No trecho acima, a institucionalização da criança é defendida como ação para evitar a marginalidade da criança.

Outro aspecto observado nos relatos, no que tange aos órgãos de proteção da criança, foi a menção, por entrevistadas, à falta de informações sobre os mesmos e, ainda, a existência de informações equivocadas referentes à temática, conforme ilustram os trechos abaixo.

*“... **Eu não conheço muita coisa do Conselho Tutelar não...**”*

*“... O que eu escuto... do Conselho Tutelar é... que vai pegar as crianças, que estão sobre... sobre risco, né? **Então, o Conselho Tutelar vai lá tirar as crianças da família que estão sobre risco.** É o que a gente escuta [...] As pessoas até tiram, tiram sarro, né? Falam assim: ‘Ó, você não bate no seu filho que se não a gente chama o Conselho Tutelar para você!’. Então, é esse tipo de comentário que eu escuto...”*

➤ **Sentidos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**

No que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente, quatro funcionárias relataram que o conheciam, e uma afirmou que não teve contato com a legislação.

Funcionárias que afirmaram que conheciam a legislação ressaltaram que a mesma é importante, pois garante os direitos das crianças.

*“... (O bom do Estatuto da Criança e do Adolescente é) que **dá os direitos da criança**, né? [...] **de alimentação, de cuidado, de carinho**, tem que ter um, porque tem pessoas que não, assim, não valoriza isso, eu acho que esse, quando isso é brecado, quando é negligenciado, eu acho que **o Estatuto está ali mostrando que isso está correto e que ela tem alguns direitos, né?...**”*

Porém, apesar de mencionarem sua importância, enfatizaram que existem alguns aspectos negativos do Estatuto, tais como: é inadequado, é mal interpretado.

*“... eu acho ele (O Estatuto da Criança e do Adolescente) às vezes **meio contraditório, né?** Ao mesmo tempo que ele fala uma coisa, ele já... fala outra, então... Assim, **depende de como a pessoa vê também, interpreta aquilo que está escrito, né?** [...] Então, eu acho que vai muito da interpretação dele também. Fica às vezes meio... [...] É, sim, eu acho que ele é um pouco contradit... Porque eu acho assim, **só vai mostrando os deveres! Os direitos! Os direitos, os direitos! E os deveres? É onde que fica?...**”*

*“... Então, eu acho que (o Estatuto da Criança e do Adolescente) tinha que ser uma coisa muito bem... esclarecida [...] Então, por isso que eu acho que ele é um pouquinho exa... **não sei se ele é exagerado ou mal esclarecido** [...] **Mal esclarecido, é. Eu acho que fica no mal esclarecido...**”*

A análise das entrevistas apontou que funcionárias possuem, porém, informações equivocadas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, o que nos leva ao questionamento sobre até que ponto realmente conhecem/compreendem a legislação.

*“... aquela parte (do Estatuto da Criança e do Adolescente) que tem momento que tem que tirar a criança do lar [...] **agora pai e mãe não serve, já tira, já põe em uma instituição, eu acho que não...**”*

4.2.1.2. Um caso de violência doméstica contra a criança

A partir da análise de **cinco** entrevistas da creche A, constatamos que apenas **um** caso de violência doméstica contra a criança foi citado, o de Neli. Esse caso, narrado por três entrevistadas, é apresentado abaixo.

O caso de Neli

“... Essa era, é uma menininha... Ela já sofre primeiro por ter uma deficiência física, depois por ser rejeitada pela mãe, a mãe já teve vários filhos e sempre deu, então, ela já mora com uma tia, eu acho que já é uma outra violência [...] Essa tia ela pegou por pegar! Acho que só para não deixar a menina na rua, mas a menina eu acho que vive da mesma forma que ela tivesse na rua [...] ela não é cuidada, ela vivia cheia de piolho... ela... as roupinhas dela era tudo suja... às vezes funcionário que levava para lavar. Ela nunca usava calcinha [...] Ela... essa mãe, que é a tia, ela... só tratava com ela nos berros. E ela... ela chorava muito, ela era muito agressiva... Eu acho que já por ela viver tudo isso, né? Aí ela já... refletia para nós... ela não tinha uma carinha de criança feliz. Ela era assim muito agressiva, batia, mordida em todo mundo...”

Esse caso refere-se a uma menina, que chamaremos de Neli, cuja família, ao contrário da maioria das crianças da instituição, pertencia às camadas populares. De acordo com as entrevistadas, Neli foi vítima de negligência e violência psicológica na família durante todo o

período em que permaneceu na instituição (a criança teria entrado na creche com 1 ano e ficado até uns 4 anos). Vale pontuar que, de acordo com os relatos, a família com a qual a criança vivia era adotiva, já que a mãe biológica da criança a havia abandonado quando ainda era bebê. Dessa forma, a tia de Neli (que chamaremos de mãe/tia) é quem assumiu a guarda da criança.

Para o tratamento dos dados relativos ao caso de Neli, as seguintes categorias de análise foram construídas: *a relação da creche com a criança*, *a relação da creche com a família* e *a relação da creche com os órgãos de proteção da infância*.

➤ A relação com a criança

De acordo com as entrevistadas, Neli sofria violência psicológica e negligência na família, conforme apontam os relatos abaixo:

“... ela sofria muitos tipos de violência...”

“... ela não é cuidada, ela vivia cheia de piolho... ela... as roupinhas dela era tudo suja [...] Ela nunca usava calcinha...”

“... a mãe não era mãe mesmo, então, ela judia muito, sabe? É só. Judiava muito da menina, porque é sobrinha, não era dela [...] Fala na cara da menina que a menina não é filha... [...] Ela falava aqui, falava pra gente mesmo, perto da gente...”

No que tange à negligência sofrida por Neli, uma das entrevistadas manifestou dúvidas se tal violência estava associada à incapacidade da família de cuidar da criança, em função de suas condições financeiras, ou se constituía como uma omissão por parte dos familiares nos cuidados com a criança.

“... não sei se ela (mãe/tia de Neli) fazia até o ponto que ela podia mesmo (cuidar da criança), porque não era uma situação boa que vivia, nem, nenhum deles, né? [...] Então, sei lá, não sei se era só até o ponto que ela podia chegar mesmo, né? Eu não sei...”

No entanto, em alguns relatos, a entrevistada se posicionou no sentido de afirmar que realmente havia uma negligência por parte da família em relação a Neli. A entrevistada pontuou que a mãe/tia de Neli, inclusive, tratava melhor os filhos biológicos.

“... por mais que você pensa: ‘Ah, ela está em uma situação de miséria’, assim, **mas eu acho que essa parte, essa negligência existia, sabe?...**”

“... (a forma como cuidava dos outros filhos) era um pouquinho parecido, mas com ela (Neli), foi mais assim, sabe?, foi mais forte [...] A Neli eu senti mais [...] **com a menina (prima de Neli), que foi a única menina, ela tinha muito zelo com a menina, muito cuidado, já com ela (Neli), já não, não era filha e tal...**”

Entrevistadas afirmaram que Neli, em função da vitimização familiar, apresentava alguns comportamentos tais como agressividade e tristeza.

“... E ela... **ela chorava muito, ela era muito agressiva...** Eu acho que já por ela viver tudo isso, né? Aí ela já... refletia para nós... **ela não tinha uma carinha de criança feliz.** Ela era assim **muito agressiva, batia, mordida em todo mundo...** eu acho que ela foi, é um exemplo de violência, que ela sofre violência...”

“... Então era extremamente, assim, uma criança, **difícil, totalmente carente**, a gente percebia...”

Os relatos acima apontam para a concepção, defendida pelas entrevistadas, de que a violência doméstica pode acarretar consequência para suas vítimas (ver item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*).

Funcionárias afirmaram que, em função da forma como Neli chegava à instituição (suja, com piolhos, sem roupas íntimas), as mesmas conversavam com a criança para obter mais informações sobre tal situação. Uma das entrevistadas afirmou ainda que, na **roda de conversa**¹⁴, tal assunto também era abordado.

“... a Neli também, às vezes falava assim: ‘Quem te deu banho?’, **a gente ficava perguntando**, porque às vezes você via que ela vinha sem o banho, ‘Não hoje, minha mãe não deu banho’, foi a... não sei o nome da irmãzinha, ‘É minha irmã’, que é um pouquinho maior que ela, assim, que é irmã, mas é prima, pra ela é irmã, essa questão assim, desses cuidados que a gente assim... de higiene, esse relacionamento mãe, acho que é só nessa parte que a gente sente na hora que está na **roda...**”

Além de conversarem com a criança, entrevistadas relataram que, diante das precárias condições que Neli chegava à creche, as funcionárias davam banho na criança, forneciam roupas e tratavam dos piolhos.

“... sempre assim **todo mundo ajudando**, sempre foi assim, **a gente dava roupa...**”

¹⁴ A roda de conversa, de acordo com entrevistadas das creches, é uma atividade promovida nas e pelas instituições na qual as crianças e educadoras sentam em roda para conversar sobre assuntos da rotina da criança.

“... é piolho, essas coisas ela tinha bastante, então a gente pedia, na assistente social pra mandar alguma coisa pra gente cuidar, tanto que ela saiu daqui praticamente sem nenhum piolho, ela saiu, a gente pedia pra cortar o cabelinho...”

Entrevistadas afirmaram que tais ações junto à criança eram utilizadas para evitar que a criança se sentisse mal na creche/se revoltasse, já que sua aparência diferenciava daquela dos colegas.

“... o choque era muito perante as outras crianças [...] no físico, vestuário, assim, sabe?...”

“... nessa da vestimenta como eu te disse, eu considero um pouquinho de violência sim, porque ela fica perante todas as crianças aqui, ela era diferente, entendeu?...”

“... A gente tentava fazer com que ela ficasse mais parecida com as outras, porque eu acho que é uma forma, de, de, de não deixar ela tão assim, mais revoltada, né?...”

No que tange aos comportamentos apresentados por Neli na instituição, em função da vitimização, as funcionárias afirmaram que discutiam em reuniões sobre como a educadora poderia lidar com a criança na creche.

“... Então... nas reuniões que a gente tem de professores, às vezes a professora expunha: ‘Ai, eu não sei mais o que fazer com ela, porque... ela está muito agressiva, ela só bate, ela só faz aquilo...’. Então, a gente tentava, orientar: ‘[...] faz isso, deixa ela ser só ajudante, quem sabe..., porque ela não parava na roda, quem sabe ela não melhora, fica mais calma’, ‘Ai, eu já tentei isso não dá certo’ [...] Então, a gente tentava... assim, falar para ela, tentar fazer alguma coisa para ocupar a criança, para ela não ficar tão agressiva, tão agitada dentro da sala...”

Uma das educadoras também afirmou que acreditava que havia tido o encaminhamento da criança para um atendimento psicológico, em função dos comportamentos apresentados por Neli na creche.

“... Eu acho que foi procurado um tratamento para ela, um psicólogo, um acompanhamento [...] mas aqui, eu acho que ele não chegou, enquanto ela estava aqui...”

Segundo uma das entrevistadas, o tratamento psicológico de Neli era importante para evitar que a violência sofrida pela criança não interferisse no seu desenvolvimento futuro. Tal afirmação aponta para a concepção de que a violência doméstica dirigida à criança pode trazer sérias consequências para suas vítimas (ver item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*).

*“... eu acho que ela no futuro ela **precisava ter um acompanhamento** porque, ela era mui, pela idade, **muito revoltada, muito agressiva** pela idade, então, **eu acho que ia interferir no desenvolvimento dela sim, tanto psicológico**, porque o que ela passou de pequenininha, né?, já sendo rejeitada...”*

➤ A relação com a família

De acordo com as entrevistadas, a família (adotiva) de Neli era uma família pobre, revoltada, “desestruturada”, sem estudo, conforme indicam os relatos a seguir.

*“... (a família de Neli) era **pobre, bem miserável**, vivia em uma situação bem ruim...”*

*“... A mãe (mãe/tia), a gente chama ela de mãe, né?, **revoltada**, tinha cinco filhos já, e ainda criava essa porque a cunhada (mãe biológica de Neli) acho que tinha problema, sabe?[...] **Não tinha nada, não tem nada quase, sabe? Quem vai dar o emprego pra ela? [...]** é uma pessoa que é difícil os outros dar emprego, né?...”*

*“... essa tia **não tinha uma estrutura muito legal**, porque **já tinha cinco filhos**, vivia numa **situação precária**, bem, bem ruim [...]. Essa, a mãe (mãe/tia) **não tinha uma estrutura...**”*

*“... ela (mãe/tia de Neli) era uma pessoa assim, **não tinha estudo...**”*

Vale ressaltar que características apresentadas pela família da vítima, como a pobreza, “deseestruturação”, desemprego, baixa escolaridade, foram relacionadas, pelas entrevistadas, com a ocorrência da violência doméstica (ver itens *Sentidos sobre Família* e *Sentidos sobre a Violência Doméstica contra a Criança*).

Devido às características da família de Neli é que, aparentemente, a ação de orientar a família foi adotada/justificada pela creche. Uma das funcionárias afirmou que a instituição conversava frequentemente com a mãe/tia da vítima, orientando-a para que modificasse sua relação com Neli. A entrevistada afirmou que, diante da intervenção da creche, a mãe/tia se mostrava aberta para as orientações.

“... e era uma pessoa que a gente conversava muito, sabe? Ela era muito aberta com a gente...”

*“... a gente **cobrava muito da mãe** [...] A gente começou a **falar de cuidado** com ela mesma, a mãe, sabe?...”*

“... a mãe sempre compreendeu a gente...”

No entanto, a entrevistada pontuou que, às vezes, em função da cobrança da creche, a mãe/tia de Neli reagia negativamente às intervenções da instituição.

“... Direto, a gente conversava (com a mãe/tia de Neli) quase todos os dias [...] ‘Mãe...’, sabe?, ‘Ah, eu estou fazendo o possível’, aí às vezes ela ficava um pouco brava porque a cobrança foi bastante em relação a ela, nesse sentido, então às vezes ela ficava meio assim...”

No que se refere à ação de conversar com a família de Neli, a entrevistada pareceu demonstrar que tal intervenção não obteve os objetivos almejados, resultando apenas em pequenas mudanças na relação da mãe/tia com a criança.

“... Você que, que leva, você dá as coisas, você pensa: ‘Ah, a pessoa vai cuidar’, você via que a pessoa no outro dia já estava sem aquela blusinha que você deu, entendeu? [...] É o cuidado da mãe, de, de preservar aquilo que às vezes ela não iria ter sempre, com aquilo que ela ganhou naquele momento, então era isso que a gente ficava triste, que a gente cobrava muito da mãe [...] então ela mudou, assim, um pouquinho, sabe, entendeu? A gente começou a falar de cuidado com ela mesma, a mãe, sabe?, essa pessoa, mesmo? Arrumar o cabelo, então, às vezes ela vinha sem tomar banho, então ela mudou... um pouquinho...”

Considerando a dinâmica da família de Neli, entrevistadas afirmaram que a mesma necessitava de orientação de especialistas.

“... É... Aí, eu penso nela, eu acho que aquela mãe deveria ter muita orientação, eu acho que ela deveria ter um acompanhamento assim semanal, para ver se está havendo progresso, ou se ela não muda mesmo, ou se ela é daquele jeito, daquele jeito continua...”

Uma das entrevistadas afirmou que a creche havia solicitado tratamento psicológico para a mãe/tia de Neli.

“... foi pedido (encaminhamento para tratamento psicológico) [...] pra mãe [...] A pessoa que cuidava dela...”

➤ A relação com os órgãos de proteção

As entrevistadas afirmaram que o caso de Neli já estava sendo acompanhado pelo Conselho Tutelar e relataram que não sabiam quem havia feito a notificação.

*“... O que que a gente pode fazer? Nós não fizemos nada. Não, assim, **já sabia que o Conselho, o Conselho Tutelar foi.** Já, não foi uma vez não, **acho que foi até mais.** O que que a gente pode fazer? Se eles não faz nada, que eles estão ali pra isso? Né?...”*

*“... **me falaram que já tinham ligado, sabe?... O Conselho Tutelar tinha ido lá...** nós falamos até pra assistente social que tinha aqui na época [...] Aí, elas resolveram... Mas assim, né?, ficou na mesma, porque... carrega essa menina pra todo lado. Vai em... assim, festa, tem um monte de gente, aquela bagunça, leva a menina. Então, **eles deixam** porque não tem... é melhor ficar com a família, eles falam, né?...”*

Nota-se, nos relatos citados acima, que entrevistadas achavam que o Conselho Tutelar acompanhava o caso baseando-se em relatos de terceiros e não porque mantiveram um contato com o órgão, *“... **me falaram que já tinham ligado, sabe?** (para o Conselho Tutelar)...”*. A visão negativa do Conselho Tutelar aparece em uma das falas, *“... **O que que a gente pode fazer? Se eles não faz nada, que eles estão ali pra isso?...”***.

4.2.2. A creche B

4.2.2.1. O mapeamento dos sentidos

Seguindo a mesma metodologia realizada na análise das entrevistas da *creche A*, na análise das entrevistas da *creche B* foi realizado primeiramente um mapeamento dos sentidos referentes à: *Educação Infantil; família; infância; educação; violência doméstica contra a criança; órgãos de proteção da criança; Estatuto da Criança e do Adolescente*. Os sentidos mapeados nas entrevistas encontram-se no apêndice D.

Após a realização do mapeamento de todos os sentidos, houve o destaque dos sentidos que estavam diretamente ligados à temática do projeto e que pareciam se relacionar com as ações das funcionárias na instituição em relação à violência doméstica e institucional. Tais sentidos são os que aparecem em negrito na tabela que se encontra no apêndice D. A discussão de tais sentidos encontra-se a seguir.

➤ Sentidos sobre Educação Infantil

As funcionárias da *creche B*, nas entrevistas, demonstraram possuir visões diferenciadas no que tange ao papel da instituição, sendo que algumas afirmaram que a mesma possui um papel educacional/ assistencialista, enquanto outras defenderam a idéia da creche como sendo uma instituição de caráter eminentemente assistencialista.

As entrevistadas, que defenderam a idéia de que a creche possui um papel educacional/assistencialista, afirmaram que:

*“... Olha, a função ali na creche, é... igual eu já te falei, **deixou de ser aquela parte só assistencialista e... a nova, a função é que está acolhendo essas crianças, dar a ela condições assim de se desenvolver global, desenvolvimento global da criança [...]** Estar acolhendo essas crianças, é... enquanto os pais trabalham, a gente pode estar desenvolvendo neles, é... todo, desenvolver toda a parte psíquica, física, cognitiva...”*

*“... é, eu acho que o grande objetivo (da creche), né? **É o educar e o cuidar que vem junto, né? Cuidar e educar, né?...**”*

Nota-se, nesse contexto, que funcionárias apontaram que creche tem a função de cuidar e educar a criança. Em relação à educação da criança na creche, vale pontuar que entrevistadas relataram a necessidade de a instituição estabelecer limites para a criança, visando ao seu crescimento.

*“... Eu acho que você tem que respeitar a criança, como ela te respeita [...] **E... dar limite. O melhor pra mim, a melhor forma de estar... é mantendo a organização [...] é o limite...**”*

As entrevistadas, que mencionaram a creche como sendo uma instituição de caráter eminentemente assistencialista, pontuaram que a mesma teria a função de atender mães que trabalham fora do âmbito doméstico e proteger a criança dos riscos da família e da comunidade. Ao falarem da *creche B*, afirmaram ainda que a instituição tem o papel de dar assistência na questão da alimentação das crianças nas famílias.

*“... Eu acho que assim, é lógico que (a creche) **serve hoje em dia pras mães que trabalham, né?, porque... as mães não tem com quem deixar em casa, eu acho também muito perigoso deixar em casa, deixar com qualquer pessoa dentro de casa, é uma coi, é uma coisa muito delicada...**”*

*“... você vê que tem muitas famílias que a criança fica com crianças menores dentro de casa porque não tem aonde deixar, não tem com quem deixar [...] **E é Deus no céu e o outro tomando conta dos outros [...]** Então a creche ela está em um lugar assim que atende, **que socorre**, porque você faz uma idéia, essa creche fecha com 110 crianças. Aonde eles vão ficar? Não tem onde deixar. Acabam ficando, pode até ficar com parente, com vizinho, nas rua...”*

*“... A gente vê quem que está precisando disso, disso e disso: ‘[...] tem alguma coisa sobrando?’, a gente pode dar para esta família tal, tal, tal. **Tem família, que a gente, ‘[...] ó, ali está precisando disso aqui’, ‘Então vamos levar’...**”*

No entanto, independente do papel atribuído à creche, entrevistadas defenderam concepções de que a família seria a *verdadeira* responsável pela criança. Uma das entrevistadas afirmou que a creche é responsável pela criança somente enquanto a mesma está na instituição.

*“... **Educar mesmo pra mim é a família, né?, o professor só vai complementar, porque obrigação da educação, pra mim, é da família! [...] O professor só vai ajudar em outras partes, mas a educação cabe quem? Aos pais. Nós, professores, passamos conceitos, passamos alguma coisa, mas a educação mesmo, vem de lá, né?, do berço...**”*

*“... **a creche é responsável, somos sim, enquanto a criança está aqui dentro você é responsável por tudo o que acontece com ele, só que, mas quem são os responsáveis pelas crianças são os pais. Então qualquer coisa que tem a gente chama o pai e a mãe, porque eles são os verdadeiros responsáveis. Ele tem autonomia de pegar seu filho e passar para ele não deixar para escola fazer a parte. A escola fez a parte dela, mas a educação o pai tem que saber educar essa criança...**”*

Os relatos acima afirmam o poder das famílias sobre as crianças. Talvez em função da atribuição desse poder é que entrevistadas defenderam a idéia de que a creche não deve interferir no âmbito familiar ou interferir com muito cuidado, inclusive em casos de violência doméstica. Tais concepções, no que se refere às intervenções na família, podem ser observadas nos relatos abaixo.

*“... **O educar uma criança é você passar para ela os seus conhecimentos, né? Você educar sem interferir na vida dela, que tem o pai e a mãe...**”*

*“... **Ai, quando a criança chega de casa e fala que bateu nela, eu não tento muito interv, não tento, só se, igual te falei, só se eu ver marca assim, alguma coisa, porque a gente não sabe assim se a família vai aceitar se você falar assim: ‘Ah, mas porque você bateu?’, entrar nessa parte. Então como eu não tive casos mais graves, eu nunca interfeirei não, eu tento conversar com a criança, saber, tudo, desmagoá-la... mas eu nunca me interfeirei com a família não...**”*

*“... **Facilidade (para enfrentar a violência doméstica) eu acho que ainda a gente não tem tanta, sabe? Porque... envolve muita gente, envolve... né? Também tem uma parte da família que você não pode penetrar, né?, que acho que a família tem sua autonomia e... tem seu jeito de educar, né?, porque a gente também tem que ir com muito jeito. Então, eu acho que tem essa do lado da família que a gente tem que respeitar, não é? E... você tem que ter jeito**”*

pra chegar até ela, né?, você não pode... você não é dona da família, você... os filhos, as filhas são deles...”

Ao contrário, uma das entrevistadas afirmou que a creche deve interferir nas relações violentas entre pais e filhos, questionando o poder familiar.

“... Não é porque eu sou mãe eu educo do jeito que eu quero, né? Dependendo do que está ocorrendo [...], e a gente vendo isso (violência doméstica contra a criança), sendo educador, vai falar: ‘Não, a gente não pode fazer nada, ela é mãe ela sabe o que faz’, né? [...] Eu não sei, mas eu acho que não, né?...”

Dessa forma, a intervenção da creche na família deveria acontecer, para uma das entrevistadas, nos casos de violência familiar. Para três entrevistadas, tal intervenção deveria acontecer também quando a criança está dando problemas na instituição.

“... Porque às vezes [...] está acontecendo alguma coisa, um bloqueio com aquela criança, não... não tem outra solução a não ser o trabalho com a família...”

“... E a gente procura assim... quando você vê que sai um pouquinho daquela estrutura, a gente passa para o pai. Chama, nós não estamos dando conta [...] quem são os responsáveis pelas crianças são os pais...”

“... é uma coisa, de, de, de estar sentando e conversando, principalmente quando é uma, uma família que não tem noção nenhuma...”

Para ajudar as famílias na relação com a criança, observa-se, nos relatos acima, que a ação defendida é que a creche converse, oriente a família. A creche parece assumir, nesse contexto, o papel de orientar as famílias para que elas cumpram suas funções em relação às crianças, solucione os problemas das crianças, já que são as famílias as responsáveis pelos filhos, “... quem são os responsáveis pelas crianças são os pais...”. Uma outra entrevistada apontou também a necessidade de orientação das famílias pela creche.

“... A gente percebe que elas (famílias atendidas) têm, né?, muita dificuldade em casa. Mas eu... agora nós contratamos a assistente social [...] Exatamente pra fazer uma parte técnica, né?, de acompanhamento... projetos... e... Mas a parte pastoral, a parte assim de, de contato, de orientação de vida, a gente não vai deixar essa parte, né? ...”

No entanto, em alguns relatos, o temor da interferência da creche na família é apontado em função do fato de as famílias atendidas serem vistas como perigosas.

“... É que o filho é do fulano, sicrano era traficante, então é umas coisas assim muito assim... aqui para gente, é bem difícil você querer se envolver. Você tem que ter um jogo de cintura muito grande, para você fazer um trabalho, mas que você não se envolva [...] Matéria de receber você assim, te recebe, uma maravilha. Desde que você não se envolva com ele. Como diz, né? Você não é espinho...”

Tal relato nos indica como a relação da creche com a família é descrita, por entrevistadas, como sendo circunscrita/limitada, nesse caso, em função de características das famílias atendidas pela instituição.

➤ Sentidos sobre família

No que se refere à família, três entrevistadas afirmaram que a mesma pode ter diferentes arranjos, conforme apontam os relatos abaixo.

“... Família? Pra mim é aquele núcleo onde a criança vive, né? Muitas vezes é, ele não é composto de pai ou mãe, né?, e filho. Às vezes, é composto de pai, mãe, avó, avô, tio... A gente percebe que a família não é mais aquela família assim fechada, onde era um pai, uma mãe e as crianças, os filhos. Hoje... está muito relativo isso, né?...”

*“... O meu interior seria família [...] onde você tem os pais, que vivem junto, a mãe, é a mãe, pai e os filhos [...] E ali se cria um laço onde tem o amor, onde tem a compreensão, onde tem... é o suporte, a família é o suporte. E hoje, a gente assim, mudando pro outro lado, eu vejo por esse lado, mas eu preciso ter abertura pros outros lados, porque **nem todo mundo tem uma família certa, tipo certinho igual eu penso, como a minha. Certinha que eu quero dizer: pai, mãe e filhos [...]** Vivendo no mesmo teto, lutando pelo mesmo ideal, aquela coisa toda [...] o conceito pra mim correto da família está em... está falido [...] Sabe? Está falido...”*

Nota-se, no último relato apresentado acima, que uma das entrevistadas, apesar de reconhecer a diversidade de arranjos familiares, pareceu defender o modelo de família nuclear como sendo o mais adequado: *“... O meu interior seria família [...] onde você tem os pais, que vivem junto, a mãe, é a mãe, pai e os filhos...”*. A defesa pelo modelo de família nuclear também foi realizada por outra entrevistada.

“... Bom eu acho que a família ela é uma base de tudo, né? Eu acho que o pai e a mãe são os centros da mesa. A partir da hora que um sai o outro assume, aquela, aquele centro da mesa. E, e saindo o pai e a mãe, se eles não tiveram uma boa estrutura, aquela família ela vai dissolver [...] Então, eu para mim a família é o pai e a mãe que são os centros da mesa, que são eles que são as base dos filhos...”

Independente do modelo de família defendido, todas as entrevistadas afirmaram que a família é uma instituição muito importante, que apóia e orienta seus membros.

*“... família é aquela que te dá certa **uma segurança** [...] É aquela que **apóia**, que não critic... critica, mas que seja uma crítica pra construção, né?...”*

*“... Família? Família eu acho que é **o alicerce**, assim, eu acho que é, é **o apoio**, né? [...] É uma coisa assim, é um fator importante na sua formação como ser humano...”*

Além da função de apoiar e orientar seus membros, a família também seria a verdadeira responsável pela criança, conforme já mencionado anteriormente (item *Sentidos sobre Educação Infantil*), tendo a função de educá-la e estabelecer limites para a mesma.

*“... (a criança) deveria [...] ter também um limite [...] Né? **E, e, os pais ser conscientizados dos limites, do, de, tanto dele quanto da criança...**”*

Nesse contexto, funcionárias defenderam a idéia de que a família deveria educar a criança, mas que não teria poderes ilimitados sobre a mesma. Outra entrevistada também defendeu tal concepção no relato: *“... Não é porque eu sou mãe eu educo do jeito que eu quero, né?...”*.

No que se refere às famílias atendidas pela creche, algumas funcionárias mencionaram que as mesmas são problemáticas. Vale ressaltar que as funcionárias que defenderam o modelo de família nuclear como sendo ideal foram as que mais destacaram as famílias atendidas pela creche como sendo “desestruturadas”, com diversas dificuldades. Os problemas, citados por entrevistadas, que afetariam essas famílias seriam: *os pais não são os responsáveis pelos filhos por algum motivo (trabalham, estão presos, perderam guarda...); são despreocupadas com os filhos; são inaptas para lidarem com as crianças, sem preparo; não têm conhecimento, formação; são agressivas, perigosas; são envolvidas com drogas; mãe com filhos de diversos parceiros, advindos de diferentes uniões; não têm estrutura; não têm tempo para os filhos; não dão a assistência necessária à criança que pode correr riscos em casa e/ou na rua.*

Alguns relatos referentes às famílias atendidas pela creche são apresentados abaixo.

*“... A gente percebe que elas (crianças) têm, né?, muita dificuldade em casa [...] A gente percebe (que têm dificuldades), porque, por exemplo, **a maioria [...] quem é responsável pela criança, na maioria das vezes, são os avós [...] Né? Por quê? Ou o pai trava... e mãe trabalham, ou a maioria... muitos são separados, é só a mãe que cuida, né?, e o pai já não***

vive mais com a família. E... ou porque ela trabalha ou porque ela deixou, abandonou a criança, ou porque está em prisão...”

“... Olha, com a família já é meio difícil [...] Não é aquela coisa, aquela preocupação que os pais vêm ver como está o seu filho [...] E os que mais precisam não vêm... As crianças que têm mais dificuldade... é sempre assim, muito difícil...”

“... Então, a estrutura que eles não têm, eu digo assim, é uma formação... porque a mãe ela trabalha o dia todo, ela vem cansada, ela passa aqui, passa a mão no menino, ela não quer nem escutar que que ele tem para falar [...] Eles não estão tendo mais estrutura assim, devido à correria, devido à necessidade também, e... devido ao estudo, que não tiveram uma orientação maior...”

“... têm pais que ficam pro lado de fora do muro, os pais que é invocado e fala assim: ‘Se fizer, se falar alguma coisa alto pro meu filho, eu estouro ela na bala!’. Você escuta cada coisa de vez em quando que você fica assim! [...] ‘Se você... Deixa essa tia engrçar com o meu filho’, como diz, né?, aquela gíria deles. Então, têm casos que você tem... até pavor de falar se a gente está dando trabalho [...] Por conta dessa questão, da violência que ele gera...”

As famílias atendidas pela creche, nesse contexto, foram avaliadas como tendo muitas dificuldades, muitas delas advindas de suas condições materiais de vida. Vale pontuar que as entrevistadas, ao falarem sobre a questão da violência doméstica contra a criança, descreveram *as famílias que praticam violência doméstica contra a criança* como problemáticas, atribuindo às mesmas características semelhantes às das *famílias atendidas pela creche/famílias de camadas populares*. Os problemas mencionados, por entrevistadas, em relação às famílias agressoras foram: *não têm estrutura; mãe com filhos de diversos parceiros, advindos de diferentes uniões; são afetadas pelo desemprego; vivem em situação de pobreza; não têm conhecimento, formação; estressadas; envolvidas com drogas; têm pouco tempo para os filhos, não tiveram uma estrutura familiar adequada.*

Os relatos abaixo apontam a menção, pelas entrevistadas, às famílias agressoras.

“... porque às vezes por causa do marido ou companheiro com que ela vive lá, que maltrata, então ela acaba passando tudo aquele sentimento para aquela criança, que vem vindo ali. Então a violência ela já começa por causa da estrutura que às vezes ela tem [...] E assim vai, às vezes ela cata aquela criança, ela doa aquela criança, que ela não pode ver porque ela, a revolta dela é tão grande com o companheiro, então ela prefere ficar livre da criança para não ver, para a raiva não aumentar mais...”

“... Ah, é muitos filhos [...] acha que pôr filho no mundo é isso [...] não teve informação, orientação, sei lá, pela história de vida dela, talvez, não sei, o que ela pode, como que ela foi criada, né?...”

*“... Ó, eu acho que a violência, desde a hora que a criança nasce, né?, que a mãe, que essa criança dependendo aonde ela foi gerada, com tudo aquilo, às vezes os transtornos que tem. [...] Então a violência ela já começa por causa da estrutura que às vezes ela tem [...] **falta das coisas**, não tem uma estrutura, **não estuda**, não, para você arrumar um emprego...”*

Nesse contexto, tal associação parece ocorrer: famílias atendidas pela creche→ famílias de camadas populares→ famílias agressoras.

Baseando-se na concepção de que as famílias de camadas populares/famílias atendidas pela creche/famílias agressoras são problemáticas/têm dificuldades, entrevistadas defenderam a idéia de que tais famílias devem ser orientadas, conforme indicado abaixo.

“... Olha, eu... até conversei muito isso (formas de educar as crianças) com as mães e os pais na primeira reunião que eu tive com eles...”

“... eu acho que tinha que ter apoio, porque família às vezes fica perdida também. Você vê que a família não sabe o que que faz [...] Ela acha que está certa, mas ao mesmo tempo ela sabe que está errada, mas ela precisa de um apoio, de uma ajuda, de, de alguém que chegue e dê uma mão [...] Tinha que ter uma psicóloga também, pra estar atendendo, pra estar ajudando as famílias [...] Eles estão, eles precisam de ajuda, eu acho...”

Apesar de citarem alguns problemas que podem ocorrer nas famílias e de mencionarem que a orientação dessas é necessária para a superação das dificuldades, algumas entrevistadas pontuaram que, às vezes, fatos familiares podem ficar restritos à mesma, serem desconhecidos por terceiros em função do caráter privado dessa instituição. Tal característica da família exigiria respeito, paciência no que se refere às intervenções da creche na família.

*“... Então, muitas vezes a família vem, dá alguns dados, algumas informações tudo, mas **tem todo um mundo de vida lá dentro da família que você desconhece**. Então... tem que ser devagar até você poder visitar, ver a família, **tem todo um caminhar de respeito, de espera, de paciência, né?...**”*

➤ Sentidos sobre infância/criança

As entrevistadas afirmaram que a infância é um período no qual a criança deve brincar, ter liberdade, ser cuidada, frequentar uma escola, conforme apontam os relatos abaixo.

*“... pra mim, infância, é **poder brincar, é poder ter liberdade...**”*

*“... acho que infância é esse primeiro tempo de vida da criança, né? **Onde ela depende muito, né?, dos cuidados de quem está com ela, que dá uma responsabilidade. E penso que é***

um tempo que a criança deveria ser mais cuidada, né? [...] Poder freqüentar uma escola, poder brincar, sobretudo brincar, porque eu acho que a criança, pra ela, a brincadeira é assim mais necessária até que do que a comida, né? Então, é uma época que eu penso, a criança deveria ter um suporte pra que ela cresça equilibrada, feliz...

As funcionárias ressaltaram que a criança deve também ter limites, ser obediente.

“... (a criança deve) ser respeitada e também ter limite, né?...”

De acordo com as entrevistadas, os anos iniciais da infância é o período no qual a educação da criança realmente ocorre, conforme aponta o relato a seguir.

“... E eles estão numa fase... que é do zero a seis anos, que é onde assimila tudo. Até os seis, você educa; depois você re-educa, então... eu acho que a fase principal deles está aqui...”

Para as entrevistadas, a vivência de uma boa infância e a boa educação da criança são importantes, já que consideram que a infância é a preparação para o mundo adulto.

“... Eu acho que a infância é a parte mais assim essencial, na vida do adulto [...] Porque é ali que ele se prepara pra ser um cidadão...”

“... A infância é uma preparação, que eu acho, para ele ser um adulto feliz...”

➤ Sentidos sobre educação

De acordo com entrevistadas, educar é buscar que a criança adquira conceitos, conhecimentos, habilidades e que enxerguem outras dimensões da vida, conforme indicam os relatos abaixo.

“... O educar é desde a hora que você começa [...] a mostrar pra criança conceitos [...] Então, eu acho que educar é isso [...] todo um conceito que eu consigo passar pra uma criança...”

“... O educar uma criança é você passar para ela os seus conhecimentos, né? [...] você vai procurar com que ela cresça, ela tenha assim, ela tenha uma visão diferente que às vezes daquela de fora que ela não tem...”

“... Eu penso que seria criar um ambiente pra criança [...] adquirir habilidades, né?, adquirir comportamentos desejáveis, né?, em relacionamento com o outro, é, o conhecimento da própria identidade...”

Entrevistadas afirmaram ainda que educar é buscar que a criança adquira ética, valores, respeito para a convivência social.

*“... O educar é desde a hora que você começa a... a mostrar pra criança conceitos, **ética**...”*

*“... Ai, educar? É você [...] **Estar é, mostrando é, valores [...] que o ser humano em si tem que ter, né? [...] é o respeito, tudo isso, conscientizando [...] de valores, eu acredito, né?**...”*

Para que o processo educativo seja eficaz, as entrevistadas afirmaram que é necessário que a criança tenha limites, conforme apontam os relatos abaixo.

*“... Eu acho que limite dentro da infância, **é o ponto crucial pra que se tenha uma educação assim, não digo perfeita, mas equilibrada**...”*

*“... aqui a gente trabalha com eles assim, você, eles dão trabalho? Dão, aí **você tem que fazer eles, que realmente eles tem que te obedecer na hora certa, fazer o que tem que fazer, que é para o crescimento dele**...”*

Nesse contexto, as funcionárias mencionaram suas concepções sobre **o que é** educar. Além disso, as entrevistadas citaram ainda **formas** de educar a criança. Algumas formas de educar foram mencionadas de modo pontual, tais como: ser autoritária em alguns momentos, vigiar/“controlar” a criança, mostrar regras sociais. Os relatos referentes a tais ações são, respectivamente, apresentados abaixo.

*“... É você... **tem que ser autoritária na hora que tem que ser, agradar na hora que é de agradar, né? Que é uma maneira de você educar**...”*

*“... eu acho que, uma forma assim de educar a criança, né?, é você, tipo assim, **policar ela**...”*

*“... Acho que não é só ensinando a, e, i, o, u, que está educando uma criança não [...] **é mostrando regras, o que ela pode, o que ela não pode, o que é certo, o que é errado**...”*

Ao contrário das práticas acima, o uso do exemplo como forma de educar as crianças foi mais defendido, sendo citado por três entrevistadas.

*“... Olha, o educar pra mim **é desde os pequenos gestos** [...] eu acho que acontece naturalmente. Eu acho que a educação [...] quando ela não é imposta, ela vai acontecendo; quando você impõe, talvez você não atinja teu objetivo [...] **pra mim, o educar... talvez esteja até nos meus atos, entendeu?** [...] Eu acho que educação vem de mim primeiro...”*

“... Eu acho que a educação se faz muito, muito pelo exemplo [...] porque não adianta tanto a gente falar [...] o que a criança aprende mesmo é aquilo que ela vê o adulto praticando...”

Entrevistadas indicaram o uso da punição física como sendo uma forma inadequada de educar a criança, conforme podemos observar no relato abaixo.

*“... mas tem a mãe que ela consegue passar toda aquela ira, raiva dela, que ela está desestruturada [...] então ela passa para a criança, ela bate, ela espanca [...] **Bater, a mãe que teria que apanhar no caso, né? Porque se ela bater em uma criança indefesa porque ela não tem reação nenhuma [...] Ela só vai apanhar, ela não vai reagir. Porque com o adulto, com o adulto é diferente...**”*

➤ **Sentidos sobre violência doméstica contra a criança**

As entrevistadas, ao falarem sobre a temática da violência doméstica contra a criança, citaram exemplos e definições que permitiram classificar o fenômeno em diferentes modalidades. As funcionárias mencionaram ainda possíveis conseqüências para as vítimas, possíveis causas implicadas na perpetração do fenômeno e formas de enfrentamento da problemática. Abaixo apresentamos as *modalidades, conseqüências, causas e formas de enfrentamento* da violência familiar dirigida à criança.

As violências domésticas citadas foram classificadas nas seguintes modalidades:

✓ **Violência física**

*“... eu acho que violência em casa, seria [...] **bater, espancar...**”*

*“... Acho que (violência doméstica) é [...] **castigar assim fisicamente...**”*

✓ **Violência psicológica**

*“... eu acho que **a violência está na própria, na própria palavra...**”*

“... às vezes (a família) fala cada coisa pra criança... Eu acho que isso é uma violência imensa pra criança...”

✓ **Violência sexual**

*“... Eu acho que a violência contra a criança é todo tipo. **O abuso, abuso sexual também...**”*

✓ **Negligência**

“... Acho que (violência doméstica) é [...] não cuidar da criança, da alimentação, da comida... [...] do vestuário, da limpeza, higiene [...] deixá-la na rua, assim... muito vulnerável a qualquer tipo de acontecimento que pode ocorrer, né?, pode vir a feri-la [...] às vezes levar pra prostituição ou levar pra droga...”

✓ **Abandono**

“... Eu acho que o abandono [...] É uma violência, né?...”

✓ **Conflito entre genitores e irmãos**

“... quando os pais brigam, eles chegam derrubados [...] Isso é uma violência grande contra a criança, na família...”

“... eu acho que violência em casa, seria briga dos pais. A... a falta de união entre os irmãos mesmo...”

✓ **Não ser cuidada por genitores**

“... Esse caso, por exemplo, que a mãe abandonou [...] é um caso de violência [...] Outros que os pais estão preso, quem cuida são os avós, também. Esse tipo de violência porque... porque a criança sofre muito com a ausência do pai ou da mãe. Ela se sente violentada quando ela não tem o pai e a mãe, ela fica meio solta assim, né?...”

Dessa forma, as entrevistadas mencionaram diversas modalidades de violência doméstica dirigida à criança, sendo que a violência psicológica (verbal) foi indicada por entrevistadas como sendo uma das formas mais graves de violência contra a criança, “... maior violência [...] eu acho que é a palavra contra a criança [...] às vezes uma palavra dói mais do que um tapa...”.

No que se refere à ocorrência das violências familiares com crianças atendidas pela instituição, além da menção a casos constatados na creche (discutidos no próximo item), as entrevistadas citaram a violência física como sendo freqüente nas famílias.

“... Violência física, sempre sai...”

“... É, as crianças contam também. Vira e mexe tem um ou outro falando, ‘Ê tia, meu pai ó, ele me bate de cinta, tia, meu pai faz isso comigo’...”

Apesar de mencionarem sua ocorrência no âmbito doméstico, entrevistadas pontuaram que o ato de bater não é a melhor forma de o adulto se relacionar com a criança, conforme já discutido anteriormente (item *Sentidos sobre Educação*). As entrevistadas apontaram ainda que as violências contra a criança são, de uma forma geral, formas inadequadas de lidar com a infância, podendo trazer conseqüências para as vítimas, tais como:

- **Prejudica os relacionamentos interpessoais presentes e futuros.**

“... Vai atrapalhar em todos os momentos da vida dela [...] Eu acho que na escola, no relacionamento com as crianças, em outros relacionamentos futuros...”

- **Prejudica o aprendizado escolar.**

*“... esse menino (que presenciava briga entre genitores), ele **tinha trauma na sala de aula**. Tinha trauma que jeito? Ele **não rendia**, ele não tinha um rendimento, porque... eu acho que ele ficava pensando no que tinha acontecido...”*

- **Afeta a auto-estima e a personalidade da vítima.**

*“... a criança que vem, por exemplo, suja, mal penteada, ou despenteada, essa **já vai sendo rejeitada pelas outras crianças** [...] Ninguém quer ficar perto de uma criança que cheira mal, que está com uma aparência muito... feia, assim, feia no sentido de suja, de... é... despenteada, mal vestida, vestida com a roupa rasgada... **Isso atenta contra a dignidade da própria criança, e os outros automaticamente vão se afastando** [...] isso também vai repercutindo na própria formação da identidade da criança, né? [...] vai formando nela: ‘Eu não sou uma pessoa atraente, eu não sou uma pessoa querida. As pessoas me evitam’, e depois isso vai fazendo parte da personalidade dela também...”*

- **A criança vitimizada fica revoltada e agressiva.**

*“... Os pais brigam, né? E eles se agridem entre eles na frente da criança e aí **a criança vendo tudo aquilo acaba levando aquilo pra vida dela, aquilo fica gravado na mente e tornando, dependendo da idade dessa criança, tornando ela até violenta também, né?** E é aonde às vezes ela, ela por ela viver daquela forma, vendo tudo aquilo, ela age da mesma forma e daí os pais não aceitam e aonde vai e é pancada em cima de pancada, né?...”*

- **A criança vitimizada fica apática e desatenta.**

*“... Porque às vezes as brigas dentro de casa, tudo influencia, tudo no comportamento da criança, né? [...] eles vê tudo isso aí, eles fica meio desnorteado. **Então a criança quando tira um pouco a atenção, você procura saber que que é, você pergunta para a mãe...**”*

▪ **A criança vitimizada entristece.**

*“... Porque eles (crianças) vêem, assistem tudo, mas **a criança entristece**, por mais que ele brinca, tudo, ele guarda tudo aquela, os focos que são passados para ele de violência, né?...”*

▪ **A criança vitimizada fica agitada, desnorteada e desestruturada.**

*“... uma criança que **ela fica meio desestruturada**, a tia ou ela toma conta dele ou ela continua [...] **Porque às vezes as brigas dentro de casa, tudo influencia, tudo no comportamento da criança, né?...**”*

▪ **A criança vitimizada pode ter problemas de saúde.**

*“... E casos que a gente já conversou com as mães, explicando o quanto que é importante a criança bem arrumadinha, vir limpa, é... **Uma pela saúde dela, né?, a própria saúde...**”*

Além de mencionarem as modalidades de violência doméstica e discutirem suas possíveis repercussões para as vítimas, as entrevistadas discutiram ainda as possíveis causas implicadas na ocorrência do fenômeno. As explicações sobre as causas relacionadas com a perpetração da violência doméstica dirigida à infância incidiram sobre a **criança** e a **família**.

No que se refere à **criança**, funcionárias afirmaram que a violência doméstica pode ser desencadeada por um comportamento da criança, conforme apontam os relatos abaixo relativos ao caso de Filipe, que será discutido mais aprofundadamente no próximo item.

*“... (Filipe) chega marcado de vez em quando [...] **E ele é danado mesmo, ele é uma criança muito ativa [...] E, e não gosta de, não tem limite, certo? Então, eu acho que por essa falta de limite dele, ele apanha muito! [...] só que bate violentamente...**”*

Alguns relatos apontam, ainda, que funcionárias pareceram defender, em algumas circunstâncias, a idéia de que talvez a criança tenha merecido a repreensão, o que poderia justificar o ato do adulto, considerando-o inclusive como não sendo um ato de violência.

*“... a violência que eu vi, que eu já vi assim, que as crianças contam é isso que o pai vai dá chinelada, dá cintada, **mas eu acho que é um absurdo, tem criança que não merecia...**”*

*“... mas eu acho que uma violência muito grande é a palavra, às vezes uma palavra dói mais do que um tapa, eu acho [...] **aquelas palavras assim... que servem pra repreender, mas na hora errada [...] Ela não estava esperando isso, eu num, aquela assim, você não sabe se criança estava preparada pra aquilo, eu acho...**”*

“... o grito, ele passa ser uma violência quando... eu acho que o grito também é uma violência, quando se grita sem... aquela criança merecer. Às vezes, não é aquilo: ‘Ah!’, gritou, a criança fez, assusta e não é nada com ela, tadinha, né? Não tem nada a ver...”

No que tange aos fatores da *família*, implicados na ocorrência da violência familiar dirigida à infância, entrevistadas pontuaram que o fenômeno pode ser resultado da não-compreensão da perspectiva da criança pelo adulto.

“... Violência, eu acho que assim, começa pelo fato de você não, não compreender o lado da criança, achar que a criança pensa que nem você, né?...”

Além da não-compreensão da perspectiva da criança, a dinâmica familiar problemática também foi indicada como sendo um dos fatores para a ocorrência da violência. Muitos dos problemas que atingiriam as famílias agressoras, citados por entrevistadas, parecem estar ligados às condições socioeconômicas das famílias (pobreza, baixo nível de escolaridade, desemprego), o que parece expressar uma concepção de que a perpetração da violência familiar contra a criança estaria ligada às famílias de camadas populares em função de suas condições de vida (Ver item *Sentidos sobre Família*). A fala de uma das entrevistadas, apresentada abaixo, evidencia essa associação.

“... mesmo quando eu trabalhava, né?, nas escolas, assim a gente não tinha esse tipo (de violência contra a criança) . A gente trabalhava com uma classe, né?, média, nunca percebi é, uma... uma situação assim...”

Nesse contexto, nota-se que as entrevistadas mencionaram sentidos existentes no que tange às modalidades, conseqüências e causas da violência familiar. A discussão sobre as possíveis formas de enfrentamento da problemática também foi realizada. Sobre essa temática, funcionárias afirmaram que o enfrentamento da violência doméstica envolve diversos atores, como instituições educativas, governo, famílias, conforme indicam os trechos abaixo.

“... eu acho que nós professores é um... um dos mediadores. Nós somos um mediador [...] Eu acho que tinha que ajudar também governo, tinha que ajudar a escola, a família, tinha que fazer... ou mesmo na cidade, se é um movimento municipal, por exemplo, fazer uma coisa ampla, passeata, vamo conscientizar os pais...”

“... Olha, eu acho que os atores somos todos nós, né?, somos todos nós. É... pais, mães, as professoras, as educadores em geral, o poder público, né?, as entidades filantrópicas –

como que é o nosso caso –, mas também o poder público, sobretudo, porque a responsabilidade é deles, né? Prefeitura, Estado, né?, o Conselho Tutelar... é de todo mundo [...] a gente faz nossa parte aqui [...] Mas é pequena. Nós precisamos que todo mundo arregace as mangas e trabalhe nesse sentido assim, se não... não vamos ter muita... muita, a nossa ação não vai ser tão eficiente, eficaz, né?, se a gente trabalhar isolado. Hoje a gente tem que trabalhar em rede, em parcerias, né?, se não a gente não atinge, né?...”

Durante as entrevistas, houve o questionamento direto pela pesquisadora sobre *o papel da creche* nesse contexto. Em relação a essa questão, entrevistadas deram as seguintes respostas:

“... eu acho que estar sempre atenta à criança pra estar percebendo o dia-a-dia dela também fora da creche, que, porque assim, se a gente não presta atenção nelas, a gente não vai saber se aconteceu alguma coisa de diferente, tudo, então eu acho que todo mundo tem que estar ligado ali nas crianças, pra estar ajudando depois, né?...”

“... É você estar acompanhando pelo menos as crianças que estão assistidas na entidade, você procurar estar acompanhando... se ela fica com a gente quatro anos, né?, esses quatro anos que ela fica aqui você procura dar uma estrutura para ela, uma base, estar acompanhando família, criança. Você vai acompanhando, mesmo de longe, talvez não interferindo tanto [...] Então esta pequena estrutura que a gente procura dar é da melhor maneira possível...”

“... eu acho que a gente tem [...] uma soma assim muito grande [...] Então, eu acho que... além dessas reuniões que a gente propõe de estar fazendo com os pais, poder estar... é conscientizando, também mostrar os direitos da criança [...] A creche tem que estar sempre atualizando e buscando... subsídios pra estar ajudando nessa... nessa área de não-violência com as crianças...”

Os relatos acima apontam que entrevistadas consideraram que o papel da creche seria importante na identificação de possíveis violências, no acompanhamento e na conscientização das famílias sobre os direitos das crianças.

No que se refere às intervenções a serem utilizadas com as *crianças* por *diferentes instituições*, outros relatos também apontam a necessidade de educar e proteger a criança.

“... Dependendo da condição da família, é mais fácil eles ficarem numa escola aprendendo, brincando [...] do que ficar dentro de casa presenciando brigas...”

“... deveria trabalhar, para estruturar esse pessoal, né?, que é mais difícil é... é igual eu te falei, fazer é... um tipo de uma, de um centro de aprendizagem que você pudesse estar trabalhando com essas crianças que são vítimas, tirar ela, procurar estar trabalhando ali dentro...”

No que se refere às intervenções junto às famílias visando a inibir o fenômeno da violência doméstica, entrevistadas ressaltaram a importância de que **diferentes instituições**, que tenham inclusive profissionais especializados, orientem, conscientizem e eduquem os pais, conforme mencionado no trecho apresentado em seguida.

*“... **Orientação dos pais [...] Ó, eu acho que... a consc, assim, a conscientização. Eu acho que os pais deveriam estar mais unidos com a escola. Você entendeu? Tipo assim, é... viabilizar mais assim palestras [...] Dentro da escola. É, é... chamar esses pais [...] pra que eles é... assim, ficam por dentro dos assuntos que leva à não-violência e mostrar pra eles o que leva à violência. Palestras que faz assim... que fosse... realmente é, tocante. Mostrar fatos e mostrar essas coisas, eu acho que seria um dos caminhos...**”*

*“... É igual eu acho que deve de ter mais assim, as escolas, assim, as creches, as escolas aonde o filho tiver estudando, acho que tinha que ter mais apoio, tudo bem que não ia ajudar muito, **mais apoio igual, de assistente social, de psicólogo, conversar mais com os pais, sabe?...**”*

Além dos procedimentos a serem realizados junto às famílias e crianças visando ao enfrentamento da violência familiar, entrevistadas mencionaram ainda outras ações que poderiam ser implementadas. Vale ressaltar que tais ações foram citadas de forma pontual, sendo as mesmas: enfrentar a violência institucional, fazer com que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja conhecido, acionar o Conselho Tutelar diante de casos constatados, atuar nas condições sociais para estruturar a família. Os relatos sobre essas ações são, respectivamente, apresentados abaixo.

*“... Eu fiz estágio que eu vi, dentro de sala de aula, professora puxando a orelha da criança. É uma violência, pra mim isso [...] Então, eu acho que **(para amenizar a violência contra a criança) tem que ter conscientização de ambas as partes...**”*

*“... se eles (os brasileiros) conhecessem (o Estatuto da Criança e do Adolescente), **muita coisa não ia acontecer, muita coisa não ia rolar. Tipo: a violência da criança, por exemplo [...] se tiver uma denúncia [...], eu acho que isso daí é uma forma também de... de conhecer leis e o ECA. Ele está ali pra ser lido...**”*

*“... da hora que a pessoa começar a realmente **acionar Conselho por causa dessas coisas, eu acho que muita violência vai diminuir...**”*

*“... é que **uma coisa que uma coisa puxa a outra**, entendeu? Que nem... nosso país do jeito que está, na situação que está, o desemprego cada vez mais, só aumentando. Então, as pessoas não vêem expectativa de melhora, aquela vida corrida do dia-a-dia, quer dizer... tudo isso vai acarretando... em vez diminuir a violência, ela aumenta [...] a pessoa vai ficando*

estressada, vai ficando com menos paciência e... a violência vai aumentando. Então, sei lá, eu acho que o governo tinha que dar mais emprego...”

No entanto, conforme mencionado anteriormente, as ações citadas acima foram relatadas pontualmente. Observa-se, pela análise dos sentidos, que a ação mais defendida em relação à família foi a conversa e orientação da mesma. A defesa dessa ação também ocorreu quando a pesquisadora questionou o que as entrevistadas fariam diante de um caso constatado de violência familiar contra a criança, na ocasião da entrevista. *Quatro* funcionárias afirmaram que primeiramente conversariam com as famílias, sendo que apenas *uma* das entrevistadas afirmou que acionaria, diretamente, o Conselho Tutelar, conforme apontam os relatos abaixo.

*“... Dependendo como a criança chegou na creche, dependendo, devido, se a criança vem com hematoma, porque é uma responsabilidade muito grande na nossa mão! **Quem que você chama? Pai e a mãe aqui. Vamos saber o que que é que está acontecendo. O porquê daquilo ali. Se aquela história que ele te falou não te convenceu, aí você aciona o Conselho [...]** Passa para o Conselho Tutelar que fica, tira de creche, para quem tem competência para poder estar assistindo [...] Aquela criança e aquela família...”*

*“... Olha, eu penso que **a primeira coisa seria a gente entrar em contato com a família, né?, procurar saber o que que aconteceu mesmo...** Que a criança pode chegar e falar uma coisa, mas a gente tem que ouvir sempre os dois lados, né? [...] Aí, você teria que procurar a família, tentar ouvi-la, ver o que que aconteceu. Se... não tomasse provid... se a família ou não viesse ou não tomasse providências, a gente... eu acho que a gente teria que orientar pro Conselho Tutelar, né?...”*

*“... Ai, igual, se fosse ali na creche eu chamaria a coordenadora, contaria o que eu acho que está acontecendo, aí juntamente com a coordenadora, aí tentaria entrar num, acordo se ia chamar os pais tudo, mas sempre apoiada pela coordenadora, porque eu sozinha ali não posso fazer nada, né? Aí eu passaria pra coordenadora pra ver [...] qual atitude que a coordenadora acha que seria a melhor, né? **Eu acho que seria chamar os pais, perguntar pro pai, o que, o que que aconteceu, tudo, mas sempre, com a irmã [...]** Aí ela que decidiria...”*

*“... Eu iria, levar até a diretoria, com certeza, pra diretora tomar as providências, que ela acha que deve ser tomada, mas se estivesse sobre as minhas mãos, ali vamos supor eu pedagoga responsável ou coordenadora, **com certeza eu iria chamar a família, eu iria estar conversando e vendo os motivos e sabendo o porquê, e dependendo do que fosse conversado, com certeza acionar o Conselho, né? Sei lá, Delegacia, né?...**”*

*“... Sem dúvida nenhuma **eu já acionaria o Conselho. Porque eu acho assim, se tem um órgão competente pra isso, eu não vou deixar aquela criança ficar sofrendo na mão de pai e mãe, ou madrasta, ou tio, ou quem quer que seja, você entendeu? Então, hoje, no meu caso,***

eu... eu não queria nem saber mais da família, eu já ia direto pra pessoa que vai encarregar...”

Nos relatos acima, nota-se que a ação de conversar com as famílias diante de um caso de violência doméstica parece ser vista, por entrevistadas, como sendo uma forma de confirmar a versão da criança, “... *a gente tem que ouvir sempre os dois lados...*” e/ou obter informações sobre o que ocorreu e os motivos implicados, “... *com certeza eu iria chamar a família, eu iria estar conversando e vendo os motivos e sabendo o porquê...*”. O encaminhamento do caso aos órgãos de proteção, nesses relatos, dependeria do resultado do “julgamento” do caso pela creche diante das informações obtidas sobre o mesmo, “... *Vamos saber o que que é que está acontecendo. O porquê daquilo ali. Se aquela história que ele te falou não te convenceu...*”, “... *Dependendo do motivo, se ela não me der nada...*” e/ou do posicionamento da família diante da intervenção da creche, “... *dependendo daquilo que foi falado, daquilo que foi conversado, que você não conseguiu entrar numa coisa conscienciosa...*”, “... *se a família ou não viesse ou não tomasse providências...*”.

A busca de por que o fato ocorreu, o “julgamento” do caso pela creche, parece ancorar-se na concepção de que a violência contra a criança pode ser justificada e “perdoada”, dependendo dos motivos alegados para sua realização. Uma das concepções apontadas pelas entrevistadas e que poderia estar atuando na tolerância, amenização da violência familiar pela creche seria a de que o comportamento da vítima pode ser o fator desencadeador da violência e que, dependendo do comportamento da criança, a mesma pode ter merecido tal repreensão por parte do adulto.

Nesse contexto, o resultado do “julgamento” dos motivos implicados na violência familiar (se o comportamento da criança desencadeou a violência; se a criança mereceu tal repreensão; se a intenção da família foi “educar” a criança, estabelecendo limites) pode estar sendo utilizado para amenizar ou “justificar” os atos de vitimização da criança.

No que tange ao posicionamento da família diante da intervenção da creche, nota-se, nos relatos, que funcionárias parecem esperar que a família vá até a instituição, após o chamado dessa e, além disso, se mostre disposta a mudar seus comportamentos após as orientações da creche.

O receio de que o procedimento de chamar a família pudesse causar problemas para as funcionárias, no entanto, pareceu estar presente. De acordo com alguns relatos, as entrevistadas da creche defenderam a idéia de que o amparo de superiores da instituição era necessário para procederem diante de casos de violência doméstica contra a criança. A

presença de testemunhas também foi apontada como necessária, nessas circunstâncias, para evitar possíveis dificuldades com a família que poderia questionar a intervenção.

“... eu acho que em qualquer lugar, você nunca pode tomar frente sozinha também, que tem que ter sempre uma testemunha com você, uma pessoa a par do caso também, que às vezes você pode se complicar por coisa pouca...”

➤ Sentidos sobre órgãos de proteção da criança

Os relatos das entrevistadas da *creche B* apontaram a existência de sentidos diversos e contraditórios em relação ao Conselho Tutelar. Pode-se afirmar que alguns desses sentidos expressaram uma visão positiva do órgão, sendo os mesmos: o Conselho Tutelar é importante, protege a criança; o Conselho Tutelar conhece muito sobre os casos notificados; o Conselho Tutelar deve ser acionado diante de um caso de violência doméstica. Relatos que indicam tais concepções são apresentados abaixo.

“... Olha, o Conselho, é... pelo menos toda às vezes que a gente precisou assim de uma orientação, na minha parte, que eu tenha procurado, eles me orientaram direitinho daquela maneira que você deveria estar fazendo. Eu acho assim que o trabalho deles são muito importante, porque ali eles têm assim um grupo... né?, que aí eles trabalham, cada caso é um caso. Eles trabalham família, eles sabem os porquês, né?, daquilo tudo que está acontecendo e eles ficam em cima...”

“... Ah, eu acredito que, né? É um, é uma coisa boa (o Conselho Tutelar), assim, né? Tipo, uma forma de, de proteção, né? [...] tem muitas crianças que precisam, assim, né? Porque imagina o sofrimento que eles, né? Não enfrentam, certos, certas famílias...”

No entanto, outros sentidos parecem expressar uma visão negativa do Conselho Tutelar, sendo os mesmos: o Conselho Tutelar não retorna informações às instituições sobre os casos notificados; o Conselho Tutelar não realiza um trabalho eficaz; notificar ao Conselho Tutelar é denunciar a família, algo ruim. Relatos sobre tais sentidos encontram-se em seguida.

“... a gente passa o caso pra eles e eles não te dá nenhum retorno do que foi feito, sabe?...”

“... Olha, é... é o que eu falo, tudo o que está escrito deveria ser cumprido, mas nem o próprio Conselho cumpre. É, é... regido pela lei, eles vão lá, faz uma visita; vai lá, faz uma outra visita. Eu acho isso interessante porque eles seguem, mas aí fica aspas também: ‘Será que eu te passo um caso e o Conselho vai realmente a fundo? Ele vai te dar um retorno?’...”

➤ Sentidos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, *quatro* funcionárias afirmaram que o conheciam, e uma relatou que não teve contato com a legislação.

Entrevistadas, que afirmaram que conheciam o Estatuto, pontuaram que o mesmo é importante.

*“... Ah eu acho que tudo ali é **muito importante**...”*

*“... (o Estatuto da Criança e do Adolescente) é **fundamental**...”*

Entrevistadas ressaltaram, porém, que o Estatuto da Criança e do Adolescente é pouco conhecido, é mal compreendido e que não é cumprido. Tais sentidos sobre a referida legislação são apresentados abaixo.

*“... Eu acho assim ó, é como eu te falo, (o Estatuto da Criança e do Adolescente é) a mesma coisa a respeito da LDB! Mesma coisa! **Nada se cumpre** [...] **Eu acho que um fato principal é que os brasileiro não conhece as leis que ele tem**, os direitos que eles têm, você entendeu?...”*

*“... Tem... às vezes, acho que é uma **má compreensão do próprio Estatuto**, né?, que ele... ele não é pra criar essa rivalidade, ele é pra exigir, né?, de quem de direito, adultos, professores, pais, né?, um tratamento digno para as crianças...”*

Ao reconhecerem a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente e a falta de conhecimento do mesmo, conforme indicam relatos acima, entrevistadas afirmaram que o Estatuto deveria ser mais conhecido, sendo a formação e a notificação dos casos ao Conselho Tutelar formas para viabilizar tal divulgação.

*“... O que que eu acho dele (do Estatuto da Criança e do Adolescente)?... que deveria de ser uma coisa assim [...] quando a pessoa vai fazer o curso, qualquer curso na área de educação, **deveria ser melhor trabalhado, mas não só com quem vai trabalhar, é igual eu te falei, nas escolas tinham que ter esse apoio pros pais também conhecer**...”*

*“... se tiver uma **denúncia (de caso de violência doméstica contra a criança)** [...], eu acho que isso daí é uma forma também de... de conhecer leis e o ECA...”*

4.2.2.2. Os casos de violência doméstica contra a criança

A análise das entrevistas realizadas com *cinco* funcionárias da *creche B* revelou *cinco* casos de violência doméstica contra a criança que foram discutidos em profundidade.

Os casos são: Flaviana (Violência Física), Filipe (Violência Física), Fabrício (Violência Física), Selena (Violência Sexual) e Neuza (Negligência).

Vale ressaltar que casos de conflitos familiares, referentes a diversas crianças cujas identidades não foram mencionadas pelas entrevistadas, também foram citados e discutidos em conjunto nas entrevistas. Tais casos são também analisados no presente trabalho.

O caso de Flaviana

“Ela tinha quatro anos [...] ela era muito assim aérea... Se você sempre olhava, ela estava sempre longe, nunca estava ali [...] ela era muito elétrica também, aprontava [...] Mas, às vezes quando parava, estava longe e o semblante triste, assim, sabe? Sempre uma expressão triste no rosto [...] e aí um dia a menina marcada, aí no outro dia a menina mais marcada ainda [...] de repente ela apareceu com os pulsos cortados, assim, e a gente, e muito feio, muito aberto, aquilo estava, sabe?, saindo pus, estava, estava inchado, muito feio [...] e falamos: ‘O que que era aquilo?’, e ela não respondia [...] as lágrimas, as lágrimas escorriam assim, do olho dela [...] por fim, depois de muito tempo... ela falou: ‘Foi minha mãe, com a faca’ [...] e aí a, daí a, veio um monte de coisas. A gente ia denunciar, ia ver o que que podia estar sendo feito, e na época a mãe tirou, foi embora, tirou ela da escola [...] E aí acabou passando sem que a gente nem tomasse providência nenhuma...”

Este caso refere-se a uma menina que tinha quatro anos, quando foi vítima de violência doméstica perpetrada pela genitora, e que chamaremos de Flaviana. O mesmo foi relatado por uma das funcionárias da creche que afirmou ter sido o primeiro caso identificado ao longo de sua carreira profissional.

Para o tratamento dos dados relativos ao caso de Flaviana, as seguintes categorias de análise foram construídas: *a relação da creche com a criança*, *a relação da creche com a família* e *a relação da creche com os órgãos de proteção da infância*.

➤ **A relação com a criança**

A entrevistada, ao narrar o caso de Flaviana, afirmou que a criança possuía alguns comportamentos não esperados.

“... e essa menina ela era, muito assim, **devagar**, você via que **o desenvolvimento dela não, não era o que a gente, né?, não era o esperado** [...] E, e ela era muito assim **aérea**, sabe? [...] ela era **muito elétrica também**, aprontava, fazia, era uma criança, assim, vamos dizer assim, não vou falar arteira, mas assim, é no sentido de criança que não pára, né? [...] Mas, às vezes quando parava, estava longe e o **semblante triste**...”

A menção a tais características de Flaviana, na ocasião da entrevista, parece se constituir como um apontamento, pela entrevistada, de como a violência sofrida afetava a vítima. Tal concepção de violência doméstica, como sendo um fenômeno que pode causar sérias conseqüências às crianças, é defendida pelas entrevistadas da creche (ver item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*).

Além das características de Flaviana acima citadas, a entrevistada também mencionou que a criança também apresentara marcas físicas de violência.

“... Ai e aí um dia **a menina marcada**, aí no outro dia **a menina mais marcada ainda** [...] Quando apareceu, **de repente ela apareceu com os pulsos cortados**...”

O relato deixa transparecer que a funcionária identifica não só as marcas físicas como também a intensidade da violência. Nesse contexto, nota-se que a entrevistada parece dispor de recursos para olhar a criança em seus *aspectos físicos* (marcas nos corpo), como também em seus *aspectos motores* (agitação, apatia) e *aspectos afetivos* (tristeza).

Apesar de já ter identificado em episódios passados marcas corporais na criança, o relato acima nos indicou que o corte dos pulsos da criança pareceu ser visto, pela entrevistada, como um fato inusitado (afirma que a criança apareceu “*de repente*” com a lesão) e não como um episódio que compunha a trajetória de violência doméstica sofrida por Flaviana. Talvez tal susto se deveu ao fato de a creche não esperar uma atitude tão drástica da família. Até então, as marcas corporais poderiam estar sendo vistas como algo “esperado” e tolerado pela creche, já que, de acordo com entrevistadas, as famílias atendidas pela instituição eram famílias problemáticas, “sem estrutura” e que achavam que bater é a forma correta de educar a criança, “... **Mas qual que é maneira de educar, porque não tem uma estrutura? Eu bato. Eu pego o que tenho na mão e bato**...” (ver item *Sentidos sobre Família*).

A “não-surpresa” diante de agressões físicas “mais leves” contra crianças poderia estar sendo reforçada pela frequência com que casos dessa modalidade apresentavam-se na instituição, “... **Violência física, sempre sai**...” (ver item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*).

Segundo a entrevistada, ao constatarem que Flaviana estava com os pulsos cortados, as funcionárias realizaram a abordagem da criança, questionando-a sobre o que havia ocorrido. De acordo com o relato da entrevistada, a abordagem inicial da criança foi realizada por um grupo de funcionárias, conforme pode ser observado pelo uso do pronome pessoal na 3ª pessoa: “... **a gente** foi conversar com ela...”, “... **a gente** virou e falou: ‘Ó, presta atenção, olha bem, a tia só quer saber, conta pra tia pra tia passar um remedinho aí, mas a tia tem que saber onde você machucou’...”. Posteriormente, porém afirmou-se que a abordagem de Flaviana foi realizada só pela educadora da mesma: “... *por fim, depois de muito tempo, é, a tia, professora dela, parou, sentou, assim, é, as duas e perguntou [...] É, aí uma só professora, sentou, conversou, parou e olhou pra ela e perguntou, quietinha, assim, só as duas...*”.

No que tange à abordagem da criança, a entrevistada avaliou que a realização da mesma por muitas pessoas às vezes não foi muito adequada, afirmando que talvez “**aquele monte de gente estava assustando a cabeça dela**”. A funcionária pontuou que somente quando Flaviana ficou a sós com sua educadora é que relatou o ocorrido. Tal afirmação nos leva a pensar que o fato de as funcionárias da creche terem possibilitado que a criança ficasse a sós com a educadora, pessoa com a qual provavelmente tinha um maior vínculo de confiança, fez com que a criança se sentisse mais segura para relatar e enfrentar a situação de violência vivenciada.

De acordo com a entrevistada, a abordagem da criança iniciou-se com o questionamento sobre como havia se machucado. Apesar de acharem estranho o fato de os dois pulsos estarem cortados e de questionarem a possibilidade da própria criança ter sido a responsável pelos ferimentos, “... **Só que era muito estranho os dois pulsos, como que essa menina fez isso, né?...**”, as mesmas indagaram a Flaviana *se e como* tinha se machucado, não perguntando diretamente se os machucados eram resultados de alguma violência sofrida.

Durante a abordagem, a entrevistada afirmou que a criança chorou muito.

➤ **A relação com a família**

Notou-se, a partir do relato da entrevistada, que as funcionárias da creche, diante dos comportamentos apresentados pela criança (*desenvolvimento não esperado, apatia, expressão triste no rosto*), conversaram com a genitora, buscando resolver o problema.

“... a gente às vezes conversava sobre certas atitudes, comportamentos dela, que a mãe teria que estar observando, tal [...] a gente queria, porque via que era um comportamento que tinha que estar sendo observado, que a mãe tinha que estar conversando, tal [...] Falta de atenção, eu acho, da família, que a menina sentia...”

No relato acima percebe-se, de acordo com a entrevistada, que a creche buscou orientar a genitora para que a mesma *observasse* e *conversasse* com Flaviana. A realização de tal ação pela creche, ou seja, chamar a família para conversar quando a criança apresenta algum comportamento “estranho” e/ou está dando algum problema na creche, é defendida também por outras entrevistadas (ver item *Sentidos sobre Educação Infantil*).

A ação de conversar com a família, quando a criança apresenta problemas na creche, parece ancorar-se numa visão desta como sendo a verdadeira responsável pela criança, ***“... enquanto a criança está aqui dentro você é responsável por tudo o que acontece com ele, só que, mas quem são os responsáveis pelas crianças são os pais...”***. Outras entrevistadas também defenderam tais concepções de família e de Educação Infantil (ver itens *Sentidos sobre Família* e *Sentidos sobre Educação Infantil*).

Nesse contexto, a creche parece assumir a função de se posicionar no sentido de orientar as famílias para que elas cumpram seu papel, atribuído pelas funcionárias, em relação às crianças.

No que tange à intervenção de conversar com a família de Flaviana, pontua-se que, de acordo com o relato da entrevistada, tal procedimento não obteve os resultados esperados pela instituição. Nas ocasiões em que as funcionárias chamaram a genitora para conversar sobre o desenvolvimento e comportamentos motores e afetivos de Flaviana, a entrevistada relatou que:

“... E às vezes quando pegava pra conversar com a mãe, né?, a mãe sempre, é, nunca pára pra entender, pra levar a sério...”

“... Falava pra gente: ‘Pega um chinelo, mas dá, dá mesmo, que eu quero ver se ela não vai parar com isso, com essas bobeira’...”

A entrevistada vai descrevendo a genitora de Flaviana como uma pessoa desinteressada no que se refere às orientações que poderiam ajudar a filha. Associado a isso, indica a mãe da criança como sendo uma pessoa que defendia práticas de punição física na relação com Flaviana, incentivando inclusive a aplicação das mesmas pelas funcionárias da

creche. De acordo com o último relato apresentado, havia tolerância e incentivo, no caso da genitora, às práticas violentas físicas institucionais.

Apesar de não obter os resultados almejados, a funcionária afirmou que o procedimento de conversar com a família era importante principalmente em função das características da família de Flaviana: “ampliada, pobre, ignorante, de baixa escolaridade”. Tal ação também é defendida por outras entrevistadas em relação às famílias atendidas pela creche/famílias de camadas populares/famílias agressoras (ver itens *Sentidos sobre Educação Infantil*, *Sentidos sobre Família*, *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*). Os relatos da entrevistada, no que se refere à família de Flaviana e ao procedimento de conversar com a mesma, são abaixo apresentados.

“... é uma coisa, de, de, de estar sentando e conversando, principalmente quando é uma, uma família que não tem noção nenhuma, não teve uma estrutura escolar, não teve uma formação boa, né? Muito simples, humilde, então, não tem essa noção, então já achava que era motivo de estar pegando a menina e bater na menina, e falava pra gente trancar ela no banheiro e pegar um chinelo e dar na menina...”

No relato acima, a entrevistada pareceu defender a concepção de que a ocorrência da violência familiar estaria associada ao nível socioeconômico e de escolaridade da família, “... ***Muito simples, humilde, então, não tem essa noção, então já achava que era motivo de estar pegando a menina e bater na menina...***”. A associação do nível socioeconômico com a perpetração da violência familiar apareceu também em relatos de outras entrevistadas (ver itens *Sentidos sobre Família* e *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*).

Nesse contexto, a intervenção da creche junto à família, visando à modificação dos padrões de relacionamento em relação à criança, parece ser vista, pela funcionária, como uma tentativa de levar informações para aqueles que não tiveram a oportunidade de dar seguimento aos estudos, que vivem em situação de pobreza, ou seja, uma tentativa de orientar membros das camadas populares.

No caso de Flaviana, de acordo com a entrevistada, a ação de conversar com a família foi utilizada inclusive quando se constatou a perpetração da agressão mais grave a Flaviana (corte dos pulsos).

A funcionária relatou que, diante da intervenção da creche no episódio mais grave de vitimização de Flaviana, a genitora manifestou os seguintes comportamentos: culpabilizou Flaviana pelos ferimentos e a retirou da instituição.

“... Ai, ela falou: ‘É, imagina que não, não era isso não, que foi ela (a criança) que pegou a faca e que fez aquilo’, e a gente falou: ‘Não, isso não pode estar acontecendo, tem que ver direitinho, né? O que que está acontecendo, você, né? Você está nervosa, tal, né?’, mas ela negou, negou [...] Deu uma de doida e começou a xingar a menina e aí já catou a menina e já foi embora [...] Aquela coisa toda, bem barraqueira mesmo...”

No relato acima, nota-se que a genitora agiu no sentido de negar sua culpa, afirmando que fora Flaviana a responsável pelos ferimentos. Porém, nesse momento, as funcionárias da creche, apesar da argumentação da mãe, conversaram com a mesma demonstrando uma convicção de que fora a genitora que provocara os ferimentos em Flaviana, tentando inclusive compreender quais os motivos que a levaram a cometer tais atos, conforme consta no trecho: *“... Não, isso não pode estar acontecendo, tem que ver direitinho, né? O que que está acontecendo, você, né? Você está nervosa, tal, né?...”*.

O relato acima nos mostra ainda que, aparentemente, a genitora se sentiu coagida pela creche e/ou com medo de que a instituição realizasse algum tipo de punição (na medida em que negou a culpa e tentou justificar os machucados responsabilizando a criança) e ficou com raiva da criança (xingou Flaviana).

De acordo com a entrevistada, a família de Flaviana retirou a criança da instituição e ainda mudou-se de bairro. A entrevistada relatou que o fato de a genitora trabalhar no bairro e ser conhecida pela comunidade pode ter desencadeado a mudança, o que nos leva a supor que a genitora possa ter ficado com receio inclusive da reação das demais pessoas do bairro, caso soubessem do ocorrido.

Pontua-se também que, inclusive, as tias de Flaviana que tinham filhos na instituição também retiraram as crianças da creche e se mudaram de bairro, conforme relatado abaixo.

“... na época a mãe tirou, foi embora, tirou ela da escola [...] Tirou a criança, tirou, tinha, não era só ela, porque tinha primos dela ali também, né? [...] Que a família era grande, então todas as irmãs dela, da mãe da criança, né? [...] Tinha filhos aí. Tiraram, sumiram, mudaram de bairro, né?...”

➤ A relação com os órgãos de proteção

De acordo com os relatos da entrevistada, com a identificação da violência mais grave em Flaviana (corte dos pulsos), as funcionárias da creche cogitaram a possibilidade de notificação do caso.

“... veio um monte de coisas. A gente ia denunciar, ia ver o que que podia estar sendo feito, e na época a mãe tirou, foi embora, tirou ela da escola [...] E aí acabou passando sem que a gente nem tomasse providência nenhuma...”

A entrevistada afirmou, porém, que o ato de notificar seria de responsabilidade da coordenação. Questionada sobre a possibilidade de a mesma encaminhar casos de violência contra a infância aos órgãos de proteção, em circunstâncias que a coordenação decidisse não realizar tal procedimento, a funcionária alegou que seria difícil efetuar a notificação sem amparo da coordenadora da creche, já que existia entre ambas uma relação de *patrão e empregado*.

A adoção do procedimento de conversar com superiores, antes de proceder diante de um caso de violência doméstica dirigida à criança, foi defendida por mais funcionárias. As mesmas, apesar de defenderem a ação de levar para a coordenação os casos de violência doméstica, afirmaram que o procedimento adequado da creche seria chamar a família, diante de casos de violência doméstica, e não realizar a notificação aos órgãos de proteção da infância (ver item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*), procedimento esse adotado no caso de Flaviana.

Nota-se, nesse contexto, que a relação *creche, criança e família*, diante do caso identificado de violência doméstica contra Flaviana, parece ter sido permeada por conflitos e dificuldades, para a criança (que demonstrou receio em contar o fato para as funcionárias da creche, foi xingada pela mãe após a intervenção da instituição e foi retirada da creche onde parecia que tinha pessoas em quem confiava), para as funcionárias (que demonstraram dificuldades em obter o relato da criança, buscaram resolver o caso junto à família, mas não obtiveram os resultados esperados, ficaram sem notícias de Flaviana, após a retirada da mesma da instituição) e para a genitora (que ficou com raiva da filha e parece ter se sentido coagida e com receio da creche, mudando inclusive de bairro, onde trabalhava).

O caso de Filipe

“... ele chegou na creche e nós fomos trocar ele, tirar a roupinha e pôr outra roupa, né? Ele tem quatro anos, [...] e ele estava todo, todo marcado [...] eu fui tirar a cuequinha dele, o pipi dele estava todinho machucado, todinho e, e eu, ‘Mas o que que é isso?’, perguntei de novo, né? [...] Ele pegou e falou assim: ‘É minha mãe, tia, me bateu de Espada de São Jorge’, [...] e ele não estava agüentando de dor, estava cheio de ferida no pipi dele, de tanto que ele apanhou...”

O caso de Filipe, uma criança que tinha 4 anos e que sofreu violência física perpetrada pela genitora, foi relatado por três entrevistadas.

Para o tratamento dos dados, referentes ao caso de Filipe, as seguintes categorias de análise foram construídas: *a relação da creche com a criança, a relação da creche com a família e a relação da creche com os órgãos de proteção da infância.*

➤ **A relação com a criança**

A partir da análise das entrevistas, observou-se que as funcionárias, ao narrarem o caso de Filipe, relataram que a criança manifestava alguns comportamentos “diferentes”:

*“... É, ele disse que ainda apanha. Tanto é que ele é uma criança **meio revoltada** mesmo, né? Você percebe que ele é assim, que **ele tem difícil aprendizado**. Ele está com seis anos, ele não escreve o nome dele. Ele está com seis anos ele não sabe nem os numerais...”*

*“... ele não tem idade para ele peitar, **ele peita menino maior que ele [...]** Você vê, **a criança desde pequena ela já criando um ritmo de violência**, que ele acha que é daquele jeito, eu vou lá, ele não deu, eu vou lá e dou nele...”*

*“... ele é **uma criança difícil**. **Ele é uma criança difícil!** [...] Difícil, por quê? Igual eu te falei para você, que não tem uma casa, eu não saio daqui eu não vou para minha casa. Eu vou para casa aonde tem mais dez pessoas, cada um é de maneira diferente. Eu não fico com a minha mãe [...] **Então, a criança é desnorteada. Então a criança, ela deu uma boa melhorada, mas ela era uma criança assim difícil assim, tanto, não ouvia o que a tia falava [...]** Chutava, cuspia, queria ficar andando...”*

*“... Só que a gente conversa muito com ele, ele fala que ele apanha muito ainda, que ele apanha muito [...] **Tanto é que ele é uma criança meio revoltada mesmo, né?...**”*

As entrevistadas, nos relatos acima, mencionaram algumas características identificadas em Filipe, indicando-as como indícios da violência sofrida pela criança (tem aprendizado difícil, é agressivo, revoltado), o que aponta para uma concepção de violência que traz consequências para a vítima, já discutida anteriormente (ver item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*).

Além dos indícios acima mencionados, houve ainda a identificação de marcas corporais em Filipe. De acordo com umas das entrevistadas, Filipe foi vítima de violência física em uma única ocasião, em que a genitora espancou a criança, inclusive nas regiões genitais.

“... Não, foi a primeira vez, foi a primeira vez e última porque ela não bateu mais, porque o menino conta. Porque ele está aqui desde um ano e oito meses...”

No entanto, duas entrevistadas afirmaram que haviam constatado diversos episódios nos quais Filipe havia sofrido violência física, conforme aponta o relato abaixo.

“... o menino chega aqui, chegava, né? Porque depois que nós conversamos, falamos que vamos acionar o Conselho Tutelar... A pessoa parou, de bater [...] Só que ele vinha... e outra, as marcas eram várias por dentro do short, onde a gente não via [...] Onde mal se percebia [...] Então, ia olhar, aqui estava tudo cheio de hematoma, de tanto que apanhou. Apanhou porque saiu pra rua. Apanhou porque pulou o portão. Sabe? Coisa que... que é normal de criança, a mãe batia violentamente...”

De acordo com as duas entrevistadas, o episódio mais grave da trajetória de violência sofrida por Filipe foi o do espancamento na região genital, cuja identificação ocorreu durante a troca de roupa da criança na creche.

Além da violência física, Filipe também era vítima de negligência e discriminação na família, diferentemente de uma das irmãs, de acordo com o seguinte relato:

“... Por que que uma das filhas ela tratava bem, que era minha aluna na época, e o irmãozinho [...] ela tratava mal? Um vinha todo arrumadinho, que era... a menina, toda impecável. O muleque sujo, sabe? Dava dó de ver o jeito que ele vinha pra escola [...] Então, a criança já sofria essa discriminação da própria mãe. E você acha que uma criança não enxerga isso? Eu acho que a criança vê a diferença, né?...”

Segundo uma das entrevistadas, o tratamento diferenciado e violento dado a Filipe ocorria em função da família de Filipe ser “desestruturada”, com filhos de diferentes pais.

“... Bateu demais no menino. É o que eu estou te falando para você é [...] tem um filho do outro, aí eu ajunto com um, teve um filho, o outro tem que criar os outros filho, mas ele não aceita o que o outro faz, porque não é filho dele também, ele está ajudando a educar [...] Mas qual que é maneira de educar, porque não tem uma estrutura? Eu bato. Eu pego o que tenho na mão e bato...”

Tais características da família de Filipe também foram mencionadas para explicar a ocorrência da violência doméstica contra a criança em famílias populares/famílias atendidas pela creche (ver item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*).

De acordo com uma das entrevistadas, na ocasião em que Filipe relatou que a genitora o havia espancado na região genital e em outras partes do corpo, a criança também mencionou os supostos motivos alegados pela mãe para a realização de tal ato:

“... Ele pegou e falou assim: ‘É minha mãe, tia, me bateu de Espada de São Jorge’, aí eu falei: ‘Porque que ela te bateu? O que que você fez pra ela fazer isso com você?’, ‘Ai sabe porque? Porque eu estava brincando com a minha irmãzinha’, que inclusive fica na creche também [...] E ele foi em cima da irmãzinha, assim, tipo deitou em cima da irmã [...] e ela achou que ele estava fazendo alguma coisa com a irmã [...] E aí pra, aí diz que ela falava pra ele, ele imitando, ele falando como que a mãe dele fazia: ‘Eu vou te bater, para você nunca mais, nunca mais fazer isso, viu?’, e deu, deu, deu e bateu tanto, e ele não estava agüentando de dor...”

Percebe-se, nesse relato, que a funcionária abordou a criança buscando mais informações sobre o caso, quais os motivos implicados. Ao buscar compreender o que ocorrera, perguntou à criança o que *ela* tinha feito para ter apanhado, o que sugere que a criança teria sido responsável pela violência: *“... aí eu falei: ‘Por que que ela te bateu? O que que você fez pra ela fazer isso com você?’...”*. A concepção de que a violência doméstica pode ser desencadeada por um comportamento da criança foi defendida em outras circunstâncias por entrevistadas, conforme já discutido no item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*.

Nesse contexto, a abordagem de Filipe pela creche poderia estar sendo utilizada para a obtenção de informações sobre o caso que possibilitassem a avaliação e o julgamento dos atos violentos perpetrados contra a criança na família.

➤ A relação com a família

De acordo com as entrevistadas, diante dos episódios de violência contra Filipe, uma das ações utilizadas foi chamar a mãe para conversar/orientar.

“... só que aí nós chamamos ela, conversamos com ela, e ela, aí ela falou assim então que não sabe o que fazer. A gente falou que ia estar, que não era, não era a primeira vez, ele vivia chegando marcado...”

“... Conversa. A gente, não a gente fala aberto com ela [...] Não, a gente fala assim igual eu estou conversando com você aqui, o que é, o que não é. A, a, a, o que pode acontecer ... E a gente puxa o tapete dela sim. Precisou, a gente busca, chama e ela chora, é, é, tem hora que você fica com dó. Igual eu te falei para você, a estrutura que não teve...”

A utilização do procedimento de orientar as famílias, nos casos de violência doméstica dirigida à criança, é defendida por *quatro* funcionárias, na época da entrevista, conforme já discutido no item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*.

No caso de Filipe, a ação da creche de orientar a família parece se ancorar/ser influenciada pelas idéias de que não é correta a utilização de castigos físicos como forma de educar a criança e de que a família não tem plenos poderes sobre os filhos.

*“... a gente chegou e falou para ela (mãe de Filipe). Eu falei: ‘Tem várias maneira de você educar sem você precisar fazer isso (bater) [...] **bater, arrebentar, não vai resolver nada**’...”*

*“... Não é porque eu sou mãe eu educo do jeito que eu quero, né? Dependendo do que está ocorrendo, **que nem no caso dessa mãe, não tinha condição fazer isso com o menino (Filipe)** [...] e a gente vendo isso, sendo educador, vai falar: ‘**Não, a gente não pode fazer nada, ela é mãe ela sabe o que faz**’, né? [...] Eu não sei, mas eu acho que não, né?...”*

Vale pontuar que tais sentidos sobre educação e família, defendidos em outras circunstâncias por entrevistadas, são discutidos nos itens *Sentidos sobre Educação* e *Sentidos sobre Família*.

Uma das entrevistadas afirmou que as abordagens da genitora realizadas pela creche não foram avaliadas como sendo inadequadas pela mãe de Filipe, sendo que a mesma era grata à creche por cuidar das crianças e entendia que a instituição só queria ajudar.

“... Eu não tive (dificuldade de lidar com a família), porque é uma família assim, o que nós falávamos, né?, ‘Ah, por que ele é muito danado mesmo, porque tem que apanhar, porque eu também apanhei, porque eu não sei o que...’, mas... é... é o que eu falei, não, não tive problema mais assim de estar... porque tem casos, que você vai conversar, o que que eles falam? ‘Ele é assim mesmo. Se você quiser agüentar, bem! Lá na minha casa eu não agüento!’...”

“... Então ela é assim bem instruída. Ela sabe que a intenção nossa é ajudar. E a gente batalha isso porque ele é uma criança difícil [...] A gente, nunca, não, nunca ela veio aqui e falou: ‘Olha, vocês estão ultrapassando’ [...] Não, não. Ela agradece muito que ficou a outra menina dela. Essa já é a terceira criança dela aqui. Provavelmente tem a quarta, ano que vem. Então ela, nessa parte assim ela é grata...”

No entanto, diversos relatos apontaram que as intervenções das funcionárias, nas práticas violentas da genitora (orientações, ameaças), geraram alguns conflitos na relação creche e família, sendo alvo de críticas pela genitora de Filipe.

A genitora da criança pareceu não concordar com o fato de a instituição interferir na forma como estava “educando” a criança, criticando-a: *“... ‘Então vocês se virem se ele estiver dando trabalho, porque se eu corrijo vocês acham ruim, então eu não corrijo’ [...] ‘Vocês não, se eu não corrigir vocês vão reclamar também’...”*. Frente à intervenção da

creche, a genitora assumiu também uma posição de se contrapor às orientações da instituição, ressaltando seu poder sobre a criança: “... ***‘Se precisar eu bato de novo!’...***”.

De acordo com uma das entrevistadas, diante das intervenções da creche, a genitora também utilizou outros recursos, como chorar e “fazer drama”: “... ***E aí começou a chorar, fez um drama todo e continuou do mesmo...***”.

A prática de orientar a genitora de Filipe foi defendida em função das características da família da criança: “desestruturada”, sem emprego, que acha que a maneira certa de educar é batendo.

“... Como ela saiu agora do serviço [...] Ela saiu, ela saiu, ela saiu do serviço, não está mais, largou de vez, está com esse outro rapaz, que tem outro filho com esse outro rapaz, né? E ele, esse menininho na época ela tinha vindo da Bahia porque ela não sabe nem quem é o pai do Filipe [...] Então e aonde vive também é tudo desestruturado...”

“... Então a estrutura que ela não tem. Foi bom? Foi bom. Que a gente chegou e falou para ela. Eu falei: ‘Tem várias maneira de você educar sem você precisar fazer isso, embora que sua casa não tenha condições de você, como você mesma disse de, de, de dar o castigo para ele [...]’, eu falei para ela, ‘Se ele gosta de, de ir aonde você vai, que é mais, sei lá aonde você costuma ir, você vai ficar com ele, você não vai levar. ‘Ó, você não vai. Você fez isso, isso, isso, então você não vai’. Agora bater, arrebentar, não vai resolver nada [...]’...”

De acordo com o último relato, observa-se que a creche se posicionou no sentido de orientar a genitora de Filipe. No entanto, apesar de criticar a violência física, orientou a mãe a privar Filipe de fazer o que gosta, ou seja, a utilizar uma outra forma de castigar a criança.

➤ A relação com os órgãos de proteção

A conversa com a genitora de Filipe, muitas vezes, consistia em ameaças de notificação ao Conselho Tutelar, conforme apontam os relatos abaixo.

“... Aí a gente chamou, chorou muito e eu falei para ela que se tornasse a acontecer, que eu ia comunicar, infelizmente, eu falei para ela: ‘Você vai perder a guarda do teu filho, mas nós vamos comunicar e ele vai me contar e você vai perder a guarda e simplesmente [...] não ficar bem, porque você vai ficar aí ó, você faz tanta visita que você está fazendo uma prestação de serviços para a Prefeitura, você vai sair, eles vão te mandar você embora...”

“... já tinha tido outro caso com a mesma criança. Aí, nós falamos com a mãe: ‘Olha, se acontecer de novo, a gente vai acionar o Conselho Tutelar’. Foi onde que ele veio depois, todo marcado depois de um bom tempo, acho que ela esqueceu o que foi falado, não é possível [...] só que ela marcou tudo nas partes aonde estava coberto, aqui aonde você via

não tinha nada [...] Por que foi, foi assim... aconteceu pela primeira vez... aconteceu uma vez... [...] Aconteceu uma vez. Aí chamamos [...] É, conversamos. Aí, nós falamos, avisamos: ‘Olha, se acontecer de novo, a gente vai chamar’...”

Tais relatos apontam a questão da notificação ao Conselho Tutelar como sendo um procedimento ameaçador que poderia trazer graves consequências para a família tais como: a perda da guarda do filho e tornar pública a vitimização de Filipe, o que poderia resultar na perda do emprego pela genitora.

Uma das entrevistadas afirmou que, no episódio de maior gravidade, a creche acionou o Conselho Tutelar (dois primeiros relatos abaixo), porém outra entrevistada, contradizendo essa versão, afirmou que não chegaram a notificar o caso (último relato abaixo).

“... Então, aí, nós chamamos ela e falamos, que é... que nós íamos chamar. E aí, quando aconteceu a segunda vez, que ela marcou tudo, que nós olhamos assim, o menino marcado... [...] Fomos descendo o short, o menino marcado. Aí, nós acionamos o Conselho. O Conselho Tutelar deve ter conversado, porque eles não falam a atitude que eles tomam, né?...”

“... A gente mesmo, falou: ‘Vamo chamar, vamo conversar’ e chamou (o Conselho Tutelar), falou o que tinha acontecido, mostrou a criança, e eles fizeram tipo uma anotação lá e... depois ficou a cargo deles...”

“... A gente chamou a mãe, espancou demais a criança, a criança veio todinha marcada. Era caso de ter chamado o Conselho Tutelar. Houve falha nossa nessa parte? Sim, mas no mesmo tempo de ver a estrutura que a mãe estava com mais três crianças [...] a gente não chegou a fazer a denúncia pelo, pelo, para o Conselho não, porque a gente trabalhou em cima dela [...] Porque eu acho que se tirasse a criança dela ia ser pior, porque quando voltasse eu acho que teriam mais crianças e... a gente viu que não era para esse lado, né? Então a gente pegou e deu assim uma boa... remediada com ela lá. Então parece que serviu para alguma coisa aquilo que a gente falou...”

Nota-se que a funcionária que afirmou não terem acionado o Conselho Tutelar, apesar de avaliar como correta a ação da notificação, pareceu considerá-la ruim, menos adequada, *“... Houve falha nossa nessa parte? Sim, mas no mesmo tempo de ver a estrutura que a mãe estava com mais três crianças [...] Porque eu acho que se tirasse a criança dela ia ser pior, porque quando voltasse eu acho que teriam mais crianças e... a gente viu que não era para esse lado, né?...”*. Tal argumento parece ancorar-se em uma visão negativa dos órgãos de proteção da criança que parecem ser avaliados como sendo instituições de caráter punitivo e não como sendo órgãos que têm a função de amparar, ajudar as famílias (ver item *Sentidos sobre os Órgãos de Proteção da Criança*)

A funcionária defendeu, nesse contexto, a ação de orientar a família. No entanto, tal procedimento foi descrito como uma tentativa de melhorar a situação da criança, “remediar” o caso, mas não como solucionadora do problema: “... *Então a gente pegou e deu assim uma boa... remediada com ela lá. Então parece que serviu para alguma coisa aquilo que a gente falou...*”.

Segundo entrevistadas, após a notificação, a relação com a família manteve-se da mesma forma.

“... Pra eles era a mesma coisa que não tivesse acontecido nada (Após a notificação). Tipo assim [...] Eles poderiam ter ficado com raiva, qualquer coisa assim. Não!...”

Porém, de acordo com os relatos abaixo, a creche teve dificuldade de abordar o assunto com a família e houve resistência da genitora em modificar seus comportamentos.

“... E eu converso com a mãe, e nunca tive coragem de perguntar o que que aconteceu (Após a notificação realizada pela creche)! Entendeu? É uma coisa difícil porque você vai falar, o que que ela vai falar? ‘O que que você queria que o Conselho fizesse? Me prendesse?’...”

“... (Após a notificação) a criança continuou vindo na creche normal, continuou vindo suja a mesma coisa, continuou vindo... sem, sabe?, nenhum problema, tipo... Só que a gente conversa muito com ele, ele fala que ele apanha muito ainda, que ele apanha muito [...] É, ele disse que ainda apanha....”

De acordo com o relato de uma das funcionárias, com a notificação, alguns conflitos entre creche e família ocorreram.

“... Um dia esse próprio menino bateu numa tia aqui dentro [...] porque teve uma vez que nós acionamos o Conselho Tutelar. E aí, a mãe falou assim: ‘Agora, ele bateu na tia. Agora vocês vão chamar o Conselho Tutelar?’ [...] ‘Pois bem, vocês agora vão chamar o Conselho Tutelar? Porque agora foi ele quem bateu!’. Como diz, ‘Eu bato...’ [...] ‘Vocês chamam pra mim. Agora, ele bate’, olha a noção da mãe, ‘Ele bate e não vai chamar ninguém?’...”

“... Dessa última vez que bateu numa tia foi que ele... que a... a... foi onde que ela falou... ‘Vai, vai chamar agora. Agora eu vou bater nele até ele ficar mole e vocês vão chamar o Conselho, viu?’...”

O episódio em que a criança bateu em uma funcionária da instituição parece ter sido utilizado pela genitora para criticar a ação da creche de ter acionado o Conselho Tutelar, intervindo na forma como “educava” Filipe, e para justificar seus atos de violência, ocorrendo

inclusive a ameaça de voltar a praticá-los. A genitora apontou, nessa circunstância, Filipe como “agressor” e merecedor de repreensões, criticando a creche por tê-lo considerado como sendo a vítima nos episódios em que foi castigado fisicamente. Ressalta-se, nesse contexto, como a relação entre a creche e a família, às vezes, é permeada por conflitos e tensões. No caso de Filipe, tal relação pareceu se constituir como um “jogo/disputas de poderes”, havendo o questionamento pela creche do papel da família e o questionamento pela família do papel da creche.

No que tange ao efeito das intervenções da creche em relação às práticas violentas dirigidas a Filipe, se resultaram ou não na cessação da vitimização, versões diferentes foram apresentadas:

“... É aí a gente, agora diminuiu, parece que diminuiu bem, parou, sabe, assim, né? Não sei se, porque os vizinhos andaram ameaçando também, né?, de denunciar ela... Então, acho que porque dava surra no menino no meio da rua...”

“... Agora faz tempo que a gente não... não vê, não fica sabendo assim, nada que aparenta, [...] ter surra, até agora, e ele também não reclamou mais. Agora não sei, né?...”

“... Não, foi a primeira vez, foi a primeira vez e última porque ela não bateu mais, porque o menino conta...”

*“... ele... ele está na minha turma, mas... **chega marcado de vez em quando [...] ele apanha muito!** Porque às vezes não faz... se faz, apanha, não faz... só que bate violentamente...”*

Considerando que foi a educadora de Filipe que afirmou que o mesmo continuava sofrendo violência, podemos supor que o mais provável é que as demais funcionárias da creche poderiam desconhecer o que vinha acontecendo com a criança. A falta de troca de informações sobre os casos de violência doméstica identificados na creche pode ser uma realidade, considerando que uma das entrevistadas, que trabalha na creche por volta de dois anos, alegou que desconhecia ter havido casos dessa natureza na instituição.

O caso de Fabrício

“... Teve, teve um caso aqui, dum... aluno meu [...] Menino chegou de manhã com um ponto no pescoço, aqui assim. Aí, eu falei pra ele: ‘O que que foi isso?’. Aí, ele falou assim: ‘Minha mãe’. Eu falei: ‘O que que ela fez?’. Aí, você quer saber, né? ‘A minha mãe catou uma xícara e jogou em mim, me tacou aqui’...”

O presente caso, relatado por uma entrevistada, referiu-se a um menino que chamaremos de Fabrício, vítima de uma violência física perpetrada pela genitora.

Para o tratamento dos dados, relativos ao caso de Fabrício, as seguintes categorias de análise foram construídas: *a relação da creche com a família* e *a relação da creche com os órgãos de proteção da infância*.

➤ **A relação com a família**

A entrevistada afirmou que Fabrício chegou à creche com um ponto no pescoço. Após indagar a criança sobre o que causara o ferimento, demonstrando uma atenção pelo mesmo, Fabrício afirmou que o machucado fora provocado por uma xícara lançada por sua mãe.

A funcionária considerou que a ação da mãe de Fabrício **“... É uma violência. É uma violência brusca...”**. Além de afirmar que a ação da mãe de Fabrício se constituiu como um tipo de violência, a entrevistada pontuou ainda, que tal ato poderia trazer sérias consequências para a criança: **“... às vezes aquilo lá pode ficar marcado pro resto da vida, como pode não marcar, mas... Eu acredito que... marque, né?, pra criança...”**. Tal concepção de que a violência pode acarretar consequências para as vítimas é defendida por outras entrevistadas, conforme já discutido no item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*.

Diante da violência identificada em Fabrício, a entrevistada afirmou que o procedimento da instituição fora chamar a genitora para conversar. Sobre a ação de conversar com as famílias de crianças vitimizadas, a entrevistada pontuou que os agressores às vezes negam os atos violentos e avaliam a fala da criança sobre a violência como sendo uma invenção ou mentira, conforme indica o relato abaixo.

“... É que na maioria das vezes eles (os pais da criança) não assumem, né? ‘A criança está inventando, a criança mentirosa...’, mas na hora que a tia fala alguma coisa aqui pra eles (para as crianças) [...] E chega lá eles contam pra mãe, aí, os pais acreditam [...] É, aí, é verdade [...] O contrário é verdade. Eu, hein?...”

No trecho acima, a entrevistada apontou que as famílias ao mesmo tempo em que questionam o trabalho desempenhado pela creche em relação à criança, podem ainda se esquivar de discutir com a instituição suas práticas violentas com os filhos, negando-as em circunstâncias que são narradas pelas crianças. Dessa forma, a funcionária indicou que tensões podem surgir na relação creche e família.

No entanto, de acordo com a entrevistada, a genitora de Fabrício, ao ser questionada sobre o ferimento pela funcionária, assumiu a responsabilidade pelo mesmo, conforme consta no relato abaixo.

“... ‘Ai, ele estava me enchendo. E eu peguei e joguei. A hora que eu vi já tinha quebrado, machucado. Levei no posto...’. Eu falei: ‘O que que você falou que era no posto?’, ‘Ah, falei que ele se cortou! Bateu na ponta da cadeira’ Cabou! ...”

Tal relato nos aponta que o fator invocado pela genitora, segundo a entrevistada, para explicar o motivo da perpetração da violência contra Fabrício foi a perda de paciência com o filho em função do comportamento do mesmo.

O mesmo relato evidenciou também que a genitora, após ter machucado a criança, a levou à Unidade Básica de Saúde para que pudesse ter seu ferimento cuidado. No entanto, para essa instituição, de acordo com a funcionária, a genitora afirmou que a causa do corte teria sido um acidente.

O caso do Fabrício, que atravessou não só o muro da creche como também de uma Unidade Básica de Saúde, nos permite ainda refletir como os casos de violência doméstica contra a criança podem perpassar por diversas instituições, sendo que as mesmas podem obter diferentes informações sobre o caso e construir *visões* e *intervenções* específicas diante dos mesmos. Os funcionários do Posto de Saúde, diante da versão de acidente relatada pela agressora, podem ter encerrado o caso, após a realização de uma intervenção de caráter curativo.

➤ **A relação com os órgãos de proteção**

Conforme mencionado, após a constatação da violência contra Fabrício, a creche adotou a ação de conversar com a família da vítima. O não-encaminhamento do caso aos órgãos de proteção da infância foi justificado, pela entrevistada, em função das características da família (envolvimento dos genitores com a polícia e tráfico de drogas) e pela falta de

conhecimento das legislações que abordam a questão dos direitos da criança, na época que o fato ocorreu.

“... Então, aquela época também foi, ficou por aí, a mãe também ela tinha problema... ligada à polícia, essas coisas, marido era traficante. Então, a gente não envolveu muito [...] aí, depois nós conversamos com a mãe só [...] O caso ficou por aí mesmo...”

“... não chegou... a acionar o Conselho Tutelar, nada disso [...] É o que eu falo, se eu entendesse da lei, naquela época, o Conselho tinha sido acionado na hora ó! Vem, vamo registrar o fato, vamo fazer, porque... é serviço deles estar fazendo isso, né? [...] Já é... Mas na época é o que eu falei, eu tinha [...] uns dois anos que eu já estava aqui aconteceu. Então, eu penso assim, como você não tinha o respaldo da lei, não sabia o que que era, o que que tem que fazer nesse caso, a gente só conversava com os pais...”

Nota-se, nos relatos acima, que o fato de os pais de Fabrício terem envolvimento com a polícia e com o tráfico foi utilizado como argumento pela entrevistada para justificar a não-realização de outros procedimentos pela creche. No entanto, posteriormente, a funcionária afirmou que se conhecesse a legislação de proteção da criança, teria acionado o Conselho Tutelar, o que indica que talvez as características da família não foram consideradas pela funcionária, no contexto da entrevista, como uma justificativa para o não-encaminhamento do caso aos órgãos de proteção.

O procedimento de conversar com a família pareceu ser avaliado, pela entrevistada, como sendo insuficiente para lidar com os casos de violência doméstica contra a criança, na medida em que a funcionária afirma: *“... como você não tinha o respaldo da lei, não sabia o que que era, o que que tem que fazer nesse caso, a gente só conversava com os pais...”*. Talvez isso seja resultado do conhecimento que a mesma demonstrou possuir, na ocasião do relato, sobre a função do Conselho Tutelar de acompanhar os casos dessa natureza.

Ao contrário das demais entrevistadas, foi exatamente essa funcionária que defendeu, em outros momentos da entrevista, que, diante de casos de violência doméstica constatados na creche, acionaria o Conselho Tutelar e não mais chamaria a família para conversar, ***independente do que a criança tenha feito***. Tal idéia se contrapõe à concepção, defendida por entrevistadas (ver item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*), de que a violência familiar pode ser explicada, se justificar, ser “perdoada”, dependendo dos motivos alegados para sua realização (o comportamento da criança desencadeou a violência, a criança mereceu, a intenção era “educar” a criança), e que poderia resultar no não-encaminhamento do caso aos órgãos de proteção da infância.

O caso de Selenia

“... Ela estava sentada no banco e com a mãozinha assim. Aí, a Amanda perguntou pra ela: ‘Que que foi?’, ela falou assim: ‘Está doendo, tia! Está doendo...’ [...] ‘Então, vamo lá, vamo dar uma olhadinha’[...] Aí, a tia levou ela no banheiro e deu uma olhadinha e falou assim: ‘Mas quem que fez isso?’, ela pegou e falou assim... ela ficou quieta, ela se calou: ‘Não, não foi ninguém, não foi ninguém’ [...] (Depois de outras abordagens pela creche) ela pegou e falou assim que foi o pai, mas que não podia falar nada, porque o pai dela falou que se falasse, ele matava ela! [...] ela estava sendo ameaçada, coagida. A mãe, não podia falar pra mãe porque a mãe virou uma criança [...] Não tem noção. E... quando a menina relatou pra nós que era... que era... ele, ele veio mais umas duas vezes só [...] Aí... depois [...] que foi averiguado que foi ele que fez, porque a menina falou. Aí, a menina falou no juiz também. Aí, ele cortou relação com a creche, tirou a menina...”

Esse caso foi relatado por duas entrevistadas da creche B e refere-se a uma menina, que chamaremos de Selenia que tinha quatro anos, quando foi vítima de violência sexual perpetrada pelo genitor.

Nesse caso, para o tratamento dos dados, foram construídas as seguintes categorias de análise: *a relação da creche com a criança, a relação da creche com a família e a relação da creche com os órgãos de proteção da infância.*

➤ **A relação com a criança**

De acordo com os relatos, uma das entrevistadas percebeu alguns comportamentos de Selenia que lhe chamaram a atenção. Diante de tal fato, a mesma abordou a criança.

*“... a menina chegou aqui **com a perninha até meio aberta...**”*

“... a menina vinha aqui para a creche e falava para mim assim: ‘Tia, me dói aqui para fazer xixi’ [...] Eu falei para ela assim: ‘Então vai no banheiro’. E ela, a gente percebia que ela ficava assim com a perninha, que devia estar doendo. Aí eu comecei a perceber alguma coisa errada, né?...”

Os relatos apresentados indicaram que a funcionária dirigiu um olhar para a criança, identificando alguns sintomas provenientes da violência sofrida por Selenia. De acordo com as entrevistadas, após a resposta de Selenia, de que estaria sentindo dor, a funcionária da creche questionou o que acontecera, mas a criança se limitou a falar sobre as dores físicas. A funcionária, que abordou a criança, pediu então para que Selenia contasse ao pai o que estava sentindo, para que o mesmo a levasse ao médico. De acordo com uma das entrevistadas,

Selena relatou o caso ao genitor: “... ***Eu falei: ‘O que é que está acontecendo Selena, você falou para o seu pai?’***, ***‘Falei’...***”.

Posteriormente, a funcionária da creche, desconfiando de que alguma coisa poderia estar acontecendo, levou Selena ao banheiro e constatou a violência. Segundo a entrevistada, inicialmente, quando questionada sobre o autor do ato, a criança afirmou que não fora ninguém.

A funcionária da creche buscou, dessa forma, compreender o que estava acontecendo com a criança, utilizando diferentes recursos: conversou e analisou o corpo de Selena.

De acordo com uma das entrevistadas, a partir de várias abordagens da criança pela creche, Selena relatou a versão do caso mencionada pelo genitor (de que havia sido um tio que a violentara).

“... eu perguntei para a menina, eu falei: ‘Escuta, fala para mim quem que realmente está mexendo com você?’. ***Mas a história que o pai me contou a menina me contou. Eu acho que ele falou que ela tinha que contar aquela história [...]*** ***Então tudo que você perguntava ela contava a mesma coisa...***”

No entanto, outra entrevistada afirmou que, após algumas abordagens das funcionárias, Selena falou que o genitor tinha sido o agressor. A entrevistada relatou ainda que Selena afirmou que não poderia contar sobre a violência, pois estava sendo ameaçada de morte.

Uma das entrevistadas pontuou que Selena também não podia mencionar o acontecido à mãe, pois a mesma tinha problemas mentais, manifestando comportamentos infantis.

➤ **A relação com a família**

De acordo com uma das entrevistadas, o genitor de Selena foi à creche um dia após a realização da primeira abordagem da criança - em que a vítima não mencionara o ocorrido para as funcionárias da instituição e na qual orientaram Selena a contar sobre as dores para o pai - e narrou uma história acusando um tio de Selena (que era vizinho da família da criança) de ser o agressor.

*“... A menina deve ter chegado lá e contado, que era para contar para o pai para levar (ao médico), **aí ele veio perguntar para mim se a menina tinha reclamado de alguma coisa.*** *Eu falei: ‘Reclamou sim, ela ia fazer xixi e ardia. E eu pedi para que falasse para o senhor estar levando ela no médico, porque podia ser alguma infecçãozinha urinária’, ‘É mas eu estou meio transfigurado’ ele falou, ‘**Pelo seguinte, que***, ***isto foi, está no Conselho Tutelar, foi***

para lá, ‘Porque o parente, o meu vizinho lá que não saí de dentro da minha casa [...] ele foi lá em casa, a minha mulher ia dar banho nas meninas e a Selenia estava com febre, aí ele chegou, como a minha mulher é igual uma criança ele falou assim: ‘Deixa que eu dou banho na Selenia’ e catou a Selenia [...] e deu banho na menina lá, ao dar banho passou a mão na menina, enxugou a menina, pois lá’...”

Segundo o relato apresentado, o pai de Selenia indicou o tio da criança como sendo responsável pela violência. Uma das entrevistadas relatou que as funcionárias da creche perguntaram também para a mãe de Selenia sobre o ocorrido e que a mesma confirmou a história do marido.

A entrevistada afirmou que, no outro dia, o pai de Selenia retornou à creche, dizendo que iria realizar alguns procedimentos em relação à violência.

“... Aí, no outro dia, ele: ‘Não, porque agora ela vai ficar com trauma. Eu vou levar ela [...] no médico das Clínicas pra ver, não sei o que...’. Foi analisar, ver... fizeram o exame na menina... Realmente machucou a menina e tal...”

A funcionária vai indicando, portanto, como o pai de Selenia tentou demonstrar que não estava vinculado com a violência sofrida pela filha, usando artifícios para “enganá-las”.

“... Porque ele tinha uma cara de santo! Que você nem imagina, ‘Olha fazer isso com a minha menina’, todo mundo caía na dele, né?...”

No entanto, a entrevistada pontuou que após Selenia relatar o que havia ocorrido para a creche e concomitantemente para o juiz, o genitor foi apontado como culpado. Após tal revelação, de acordo com a funcionária, o pai retirou Selenia da instituição, “... **depois que [...] foi averiguado que foi ele que fez [...] ele cortou relação com a creche, tirou a menina...**”.

A funcionária afirmou que o seguinte episódio também contribuiu para a retirada de Selenia da instituição:

“... E caiu um dia dele ir vir buscar a menina aqui e ele veio com o menino pequeno dele. E, eu não sei se não atendeu a campainha e ele foi com o menino com o carrinho para lá, chegando mais ou menos na esquina de lá [...] eu achei que ele ia fazer xixi, alguma coisa, simplesmente ele pegou um pedaço de pau que estava em uma caçamba e deu no menino de, com o pedaço de pau, que o menino fez xixi tudo na roupa. O pessoal que estava ali revoltou. O senhor que estava mexendo na construção passou a mão no pedaço de caibro e falou para ele: ‘Você tem que bater em um homem, não nessa criança’. Só que ele foi, chamaram a polícia, só que a polícia demorou demais para vir, aí ele catou o menino e falou: ‘O filho é meu, eu faço o que eu quero’ [...] Aí a mulher veio me chamar, porque ele levou o menino lá, ali no campo e de lá ele mexia, ele falava assim: ‘O filho é meu, eu faço

dele o que quero', catava o menino e esfregava nele. O pai catava o filho e ficava esfregando nele (nas partes íntimas). 'Eu faço o que eu quero'..."

No episódio acima, nota-se que o genitor também praticou atos violentos contra o irmão de Selenia que, de acordo com uma das entrevistadas, tinha idade de dois ou três anos. A entrevistada apontou que o ato do genitor foi desencadeado a partir de um comportamento da criança, "... e bateu, **porque a criança estava chorando...**". Tal concepção, de que a violência doméstica pode ser desencadeada por um comportamento da criança, é mencionada por outras entrevistadas (ver item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*).

De acordo com as funcionárias, após este comportamento do genitor, um dos membros da comunidade, que avaliou o agressor como sendo um covarde, interferiu no caso dizendo: "... **'Ô, seu covarde, bate em macho! Vem aqui, bate em macho!'**...". Após essa provocação, as entrevistadas afirmaram que o genitor "... **tirou o pênis pra fora e acenava pro pessoal...**", "... **ele levou o menino lá, ali no campo e de lá ele mexia, ele falava assim: 'O filho é meu, eu faço dele o que quero', catava o menino e esfregava nele (nas partes íntimas) [...] 'Eu faço o que eu quero'...**". Tal ação poderia ser interpretada como uma reação do genitor à interferência de outros na relação com o filho, constituindo-se também como uma resposta provocativa.

De acordo com uma das entrevistadas, a polícia foi chamada, e o pai foi preso em casa. Posteriormente, segundo relatos, as funcionárias da creche não tiveram mais contato com Selenia e sua família.

"... Não vemos mais o pai, não vemos mais a família. Cortou relação inclusive com a creche [...] Ele já tirou a menina, já desistiu e... pronto [...] Mas também acho que ele já se considerou que não era uma pessoa bem vista, né? Tinha acontecido tudo aquilo, e a vergonha? Como diz, na hora de praticar não teve, né? Mas... quem somos nós pra julgar, mas surpreende..."

No relato acima, a funcionária, ao mesmo tempo em que julga o agressor como alguém "sem vergonha", tenta indicar que não estaria realizando tal julgamento, já que não estaria na condição de fazê-lo. A relação da creche com a família novamente é evidenciada como sendo permeada por tensões.

A funcionária, que demonstrou surpresa pela constatação da perpetração das violências contra Selenia, levantou a hipótese de que outras ações poderiam ainda ter sido realizadas pelo agressor no âmbito doméstico, considerando-se que o mesmo era o

responsável pelo cuidado dos três filhos, Selena (a de maior idade) e dois meninos, bem como da esposa que possuía problemas mentais.

“... como ele cuida de três e a mulher é doente, você não sabe o que que pode ter rolado!...”

Tal fato indica uma concepção de família como sendo uma instituição na qual ocorrem fatos de caráter privado, às vezes desconhecidos por terceiros, conforme já discutido no item *Sentidos sobre Família*.

➤ A relação com os órgãos de proteção

Conforme apontado em relatos acima citados, quando Selena afirmou à creche que a violência sexual fora realizada pelo genitor, o caso já estava sendo acompanhado pelos órgãos de proteção, mediante a denúncia, realizada pelo agressor, de que um tio da criança a havia violentado.

Uma das entrevistadas pontuou que a creche, nesse período, não realizou a notificação ao Conselho Tutelar, sendo o próprio genitor o responsável pela notificação.

“... nós não chamamos o Conselho não [...] Nós não chamamos não. Porque o pai já estava resolvendo outro problema, que ele já tinha dado queixa na polícia [...] Ele já tinha feito um outro processo, outra coisa, eu falei: ‘Como que nós vamos chamar o Conselho Tutelar e falar que foi o pai?’...”

“... Ele mesmo (pai de Selena) fez a denúncia, que quando ele chegou, aí a mulher contou para ele que o rapaz tinha dado banho na Selena e, estava demorando para sair. Aí a menina, como se manifestou aqui. Eu levantei a lebre, porque a menina estava sentindo ardendo...”

O relato acima evidencia que, apesar da creche não ter notificado o caso ao Conselho Tutelar, foi a investigação da creche sobre as dores de Selena que precipitou o desenrolar do caso. No que tange ao não-encaminhamento do caso pela creche aos órgãos de proteção da criança, verifica-se que o argumento utilizado pela funcionária para a não-notificação do caso foi de que o pai já havia realizado queixa da violência. Tal atitude do agressor, relatada por uma das entrevistadas, parece ter agido no sentido de inibir a ação da creche no que se refere à notificação e ao fornecimento, ao Conselho Tutelar, das informações dadas por Selena às funcionárias da creche. A entrevistada pareceu ter achado estranho que a instituição se posicionasse no sentido de contradizer a fala do pai da vítima. Tal relato nos levou a refletir

que talvez as funcionárias possam ter tido receio de que o discurso da creche, ainda que baseado na fala da criança, fosse subvalorizado e/ou questionado pelos órgãos competentes em detrimento do discurso daquele que, na nossa sociedade, possui o poder sobre os filhos.

No caso de Selena, a situação pode ter se tornado ainda mais delicada na medida em que a creche, caso realizasse a notificação, além de estar propondo uma intervenção na família, ainda estaria questionando o discurso daquele que é responsável pela criança. O poder e responsabilidade da família em relação aos filhos, bem como o receio de interferir na mesma são mencionados por outras entrevistadas (ver item *Sentidos sobre Família* e *Sentidos sobre Educação Infantil*).

As ações relatadas pelas educadoras no caso de Selena nos apontam novamente para tensões, permeadas por medo e desconfiança, e limites existentes na relação entre a creche, a família e os órgãos de proteção da criança.

No que se refere ao caso de Selena, conforme já afirmado em relatos anteriores, os órgãos de proteção da criança o acompanharam em função da notificação realizada pelo genitor. Considerando que a criança seria questionada por funcionários de outras instituições, a entrevistada afirmou que a creche orientou Selena para que falasse o ocorrido para as pessoas que iriam investigar o caso. A entrevistada demonstrou não ter informações precisas sobre quem seriam os responsáveis por averiguar o caso, “... *Se o juiz ou o policial perguntar, você fala que... ’...*”, e sobre o que ocorrera no processo de investigação: “... *E a menina deve ter falado...*”.

Dessa forma, aparentemente os dados da investigação obtidos pela creche não foram fornecidos aos órgãos de proteção da infância e coube à criança relatar aos mesmos suas experiências de violência no âmbito familiar.

A entrevistada afirmou ainda que, diante do caso do irmão de Selena no qual o genitor bateu no bebê perto da creche, uma funcionária da instituição chamou a polícia.

Segundo a funcionária, o ato de chamar a polícia ocorreu em função do que a creche já havia constatado sobre o genitor e se constituiu como uma tentativa de solucionar o caso de Selena: “... *‘Vou chamar porque pelo menos ver o que que vai resolver’...*”.

Outra entrevistada, no entanto, alegou que alguém chamou a polícia, não mencionando que havia sido a creche, “... *chamaram a polícia, só que a polícia demorou demais para vir...*”. A entrevistada afirmou ainda que a interferência da creche no caso não seria possível, já que o mesmo ocorrera fora da creche. A entrevistada considerou que a creche seria responsável apenas pelas crianças que estivessem na instituição, “... *porque a gente, você não pode interferir porque é fora da creche. Eu não podia ir lá interferir...*”.

Vale pontuar que a questão da não-intervenção/intervenção da creche nos casos de violência doméstica dirigidos às crianças foi discutida nos itens *Sentidos sobre Família* e *Sentidos sobre Educação Infantil*.

No caso de Selenia, como já mencionado acima, a creche procedeu no sentido de não realizar a notificação aos órgãos de proteção da infância. Porém, uma das entrevistadas afirmou que entrara em contato algumas vezes com o Conselho Tutelar, buscando informações sobre o caso.

*“... É... a gente depois não ficou mais sabendo da assistente social (do Conselho Tutelar), **entrei em contato com ela duas vezes para saber como é que estava o caso**, ela falou que eles estavam, já sabiam do caso, já estavam tendo uma assistência, porque eles assistem essa família. Sabe? Que é uma família patológica...”*

*“... igual no caso da Selenia, **fui pedir uma orientação, eu queria saber como é que estava sendo o caso dela**. Aí ela me deu assim que estava sendo assistida, que já tinha sido encaminhada para o Juiz da Infância e Juventude, que eles estava feito todo um trabalho família, que eles estavam trabalhando, que era uma família muito problemática, uma família assim muito custosa [...] Eles sabem muito do, né? Que eles estavam abertos para qualquer tipo de algum esclarecimento que tivesse que a tivesse que a gente podia estar entrando em contato com eles para eles esclarecerem...”*

O caso de Neuza

“... É, a menininha também é uma, é muito fraquinha de saúde, tem bronquite forte, então assim, é, ali a gente vê também assim uma falta de cuidado [...] Não dá banho, não manda limpinha, do jeito que vai hoje embora, amanhã vem do mesmo jeito, se a gente dá um banho, prende o cabelo, faz várias chuchinhas, do mesmo jeito, com a mesma roupa, com a mesma calcinha que a gente mandou, entendeu? Volta e ainda é perigosos vir no terceiro dia do mesmo jeito...”

O caso de Neuza, uma criança que sofria de negligência na família, foi narrado por duas entrevistadas. Vale pontuar que essa criança é irmã de Filipe, cujo caso foi relatado anteriormente. Para o tratamento dos dados, relativos ao caso de Neuza, as seguintes categorias de análise foram construídas: *a relação da creche com a criança* e *a relação da creche com a família*.

➤ **A relação com a criança**

O caso de Neuza foi mencionado pelas funcionárias em função do questionamento da pesquisadora, quando o caso do Filipe era narrado pelas entrevistadas, se Neuza também

sofria violência familiar. Alguns indícios de que a criança não estava sendo bem tratada no ambiente familiar foram apontados.

*“... ela é assim... **quieta**, a gente percebe que ela é quieta, ela **não relaciona bem com os outros porque está sempre... mal arrumada**, mal... mal penteada, a mãe manda naquele desleixo. E aí os outros rejeitam, as outras crianças...”*

Apesar de tais indícios terem sido apontados, não houve a menção direta, pelas entrevistadas, de que a criança sofria negligência familiar. Ao contrário, algumas entrevistadas alegaram que a criança não era vitimizada.

*“... **A menininha não, nada de violência**, assim, até agora a gente não, nunca viu nada não...”*

Uma das entrevistadas levantou a hipótese de que talvez Neuza sofresse algum problema em casa, não atribuindo seus comportamentos (ficar muito quieta) à situação de não-cuidado da criança na família.

*“... Eu, eu acredito, por ela ser assim muito, muito... **quieta, algum problema também. Ou ela deve presenciar muito, muitos casos assim dentro da família, né?**, porque... não é possível, dá... é uma coisa assim...”*

Talvez o fato de as entrevistadas não considerarem que Neuza sofresse de negligência seja resultado da atribuição do não-cuidado da criança a uma impossibilidade da mãe, conforme afirmou uma das funcionárias.

*“... ela fala que tem que trabalhar, que ela tem que sair, que aí ela deixa com os meninos lá, e os meninos não dá banho, **a mãe não dá conta...**”*

Porém, a descrição do caso fala a favor de que Neuza sofria essa modalidade de violência doméstica. Além da descrição de como a criança não era cuidada na família, uma das entrevistadas afirmou que a genitora da criança tratava bem sua outra filha, ao contrário do que fazia com Filipe e Neuza.

Apesar de as duas entrevistadas não apontarem o caso de Neuza como sendo um caso de violência, outra entrevistada relatou que algumas crianças da creche chegavam sujas e mal arrumadas, o que seria para a mesma uma forma de vitimização das crianças.

“... Mas eu sinto que há uma violência, por exemplo, no tratamento. Uma criança que vem sempre suja... Que vem descuidada... eu acho que ela está sofrendo uma violência. Ela deveria vir pra creche, ou viver na casa dela, limpa! Porque eu acho que isso atenta contra a dignidade da pessoa humana...”

A entrevistada pontuou ainda as graves conseqüências desse tipo de violência para as vítimas como: ser rejeitada pelos colegas, prejudicar a formação da identidade, personalidade e auto-estima.

As entrevistadas afirmaram que, quando Neuza chegava à creche suja e mal arrumada, as funcionárias davam banho na criança. Tal procedimento da creche, de acordo com as funcionárias, evitava que Neuza fosse rejeitada pelos colegas, em função de sua aparência física.

“... Na maioria das vezes o que que nós fazemos? Damos banho, penteamos o cabelo dela, deixamos ela arrumadinha pra ficar no meio dos outros. Você entendeu?...”

“... Porque ela é assim... quieta, a gente percebe que ela é quieta, ela não relaciona bem com os outros porque está sempre... mal arrumada, mal... mal penteada, a mãe manda naquele desleixo. E aí os outros rejeitam, as outras crianças...”

A ação utilizada pela creche junto à criança, ou seja, o procedimento de dar banho na mesma, ancorou-se, nesse contexto, na concepção de que a violência familiar pode trazer conseqüências para as vítimas, idéia essa defendida pelas entrevistadas e discutida anteriormente (ver item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*).

➤ A relação com a família

Segundo as entrevistadas, outra ação que a instituição utilizava, com o intuito de resolver o problema da criança, era conversar com a genitora.

“... Então a gente conversou (com a mãe de Neuza), a gente sempre pega no pé dela. É esse que a gente cutuca ela para dar banho nas crianças, a gente cutuca ela para estar fazendo, sabe? Então ela [...] Não é fácil? Não é fácil trabalhar não porque depende muito da pessoa...”

“... (A coordenadora) chama muito ela, chama muito ela. Quando vê que a coisa está ficando demais [...] pega e chama ela [...] ela fala que tem que trabalhar, que ela tem que sair, que aí ela deixa com os meninos lá, e os meninos não dá banho...”

“... a gente cutuca ela (mãe de Neuza) nessa parte: ‘[...] se você não cuidar, nós não vamos ficar...’. Aí ela melhora, daqui a pouco começa de novo. Então é assim...”

No entanto, evidenciou-se que, de acordo com relatos, a ação de conversar com a genitora de Neuza não fora eficiente para mudar o comportamento da mãe em relação à criança.

Uma das entrevistadas afirmou que a utilização da ação de conversar era também realizada com outras famílias que praticavam negligência, ocorrendo também, nesses casos, a não-obtenção dos resultados esperados.

“... eu já falei com algumas mães. Não pode [...] Porque o cuidado é muito importante, né?, o cuidar...”

“... E casos que a gente já conversou com as mães, explicando o quanto que é importante a criança bem arrumadinha, vir limpa [...] Mas... não pegou [...] os poucos casos que eu tenho acompanhado [...] Não mudou. Não há jeito. Vamos ver agora com a assistente social se vai ter algum tratamento mais técnico... mais específico pra ver se... vai mudar...”

Nota-se no relato acima que, além da conversa com a família, outra ação utilizada nos casos de negligência foi o encaminhamento dos mesmos à assistente social da creche. Pontua-se que a disponibilização dessa profissional na instituição era recente e que, por isso, tal ação não poderia ter sido utilizada nos demais casos, ocorridos há mais tempo. O encaminhamento do caso de Neuza à assistente social é mencionado abaixo.

“... Mas é um caso também que... está sendo entregue pra assistente social pra ela estar fazendo essa visita...”

Vale ressaltar que a intervenção de profissionais especializados nos casos de violência doméstica contra a criança, utilizada no caso de Neuza, foi amplamente mencionada por entrevistadas, como forma de lidar, enfrentar outros casos de violência familiar dirigida à criança (ver item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*).

✚ Os casos de conflito familiar

“... Porque eles chegam aqui, quando os pais brigam, eles chegam derrubados. Têm uns que falam assim: ‘Tia, eu fui separar a briga do meu pai e meu pai me jogou, me chamou eu de bosta’. Desse jeito! [...] Me chamou: ‘Você é um bosta!’. E jogou o moleque, porque ele estava separando a mãe do pai. Aí, eu vi que o pai, no dia seguinte, estava machucado do lado, a mãe toda machucada, então... e esse menino, ele tinha trauma na sala de aula. Tinha trauma que jeito? Ele não rendia, ele não tinha um rendimento, porque... eu acho que ele ficava pensando no que tinha acontecido [...] E ele sentia necessidade de falar. Você entendeu? [...] Então, eles querem falar: ‘Tia, hoje meu pai bateu na minha mãe e fez isso, isso, isso, isso’...”

Os casos de conflito familiar, nos quais as crianças estavam presentes, foram mencionados por duas entrevistadas. A categoria de análise construída, para o tratamento dos dados, foi a *relação da creche com as crianças*.

➤ A relação com as crianças

As entrevistadas afirmaram que casos de conflito familiar eram narrados pelas crianças, durante uma atividade da creche: **a roda de conversa**.

“... as crianças elas têm a roda da conversa na creche né?, que faz parte da aula [...] Então a gente senta pra conversar, e ali às vezes surge vários assuntos, e a criança mesmo que você não pergunte, às vezes aquilo está na cabecinha e ela conta né? E eu lembro que estava falando de pai e mãe tal, né? Aí um comentou que o pai e a mãe brigou tal, ‘E a minha mãe começou a chorar tia’ [...] aí a outra virou e falou assim: ‘Nossa tia você não sabe que a minha mãe jogou o tanquinho em cima do meu pai, mas bateu tanto no meu pai, mas bateu tanto’...”

“... Então aqui eles contam coisas que eu acho, né?, que a mãe nem sonha [...] A roda de conversa [...] Porque a criança ela brinca mas ela está ouvindo o que os adultos estão falando [...] Ah... eles falam mu... depende muito de família por família, né? É... a falta de dinheiro, ‘Ah não, tenho que pagar a luz’, ‘Problema seu, você comprou você paga. Que isso, você comprou? Você vai se virar para pagar, eu não vou ajudar você pagar’. Então cria um monte de problema. ‘Ah, mas tem que comprar arroz e feijão...’ [...] Então eles participa, todo este tumulto de dentro de casa a criança participa [...] É... tadinho, traz no desabafo, né? Porque eles conta na maior natura... porque para eles é natural aquilo [...] Está brigando? Porque tem que brigar...”

Segundo uma das entrevistadas, tais relatos das crianças ocorrem na roda de conversa em função da falta de oportunidade das mesmas falarem sobre seus problemas e em decorrência da confiança que têm nos colegas da creche.

“... você vê a estrutura deles porque eles confia, criança conta, conta assim, que, é... como diz, você não conta para ninguém, mas eu conto na frente de meus amigos, são assuntos assim que eles mesmo traz de casa. Por que? Não tem oportunidade para falar ...”

As funcionárias consideraram, portanto, que a criança vitimizada tem necessidade de falar sobre seus problemas, indicando a creche como um espaço privilegiado para tal ação. Uma das funcionárias ressaltou a necessidade de a instituição estar sempre disposta a ouvir a criança, evitando, porém, que a criança se exponha muito diante dos colegas.

“... Ela teve necessidade e você tem que ouvir ela falar [...] Então se ela veio falar porque ela tem aquela necessidade naquela hora de falar para você o que que está acontecendo com ela...”

“... E às vezes você também não pode deixar... falar no meio dos outros, porque às vezes eles querem falar, porque eles não têm malícia...”

As entrevistadas apontaram, ainda, outras consequências do conflito familiar para as crianças, como tristeza e dificuldades de aprendizado, conforme pode ser observado no relato abaixo.

“... às vezes as brigas dentro de casa, tudo influencia, tudo no comportamento da criança, né? [...] Porque eles falam para gente. Tem criança que fala para mim assim: ‘Ô tia, saiu um racha lá na minha casa, heim. Meu pai catou no braço da minha mãe e chacoalhou minha mãe e falou para mim assim: ‘Vai deitar, fi!’ Aí eu fui dormir chorando’. Ó, olha só... ‘Aí eu falei para ele: ‘Eu vou falar para minha tia vir aqui falar com você’, ‘Fala para ela vir aqui’. Você vê a cabeça: ‘Eu vou falar para minha tia vir aqui falar com você, para você não fazer mais isso com a minha mãe’ [...] Então a criança, tadinho, eles vê tudo isso aí, eles fica meio desnorteado...”

As funcionárias defenderam, nesse contexto, a idéia de que a violência doméstica pode acarretar consequências para as vítimas, concepção esta defendida pelas demais entrevistadas, conforme já discutido no item *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*.

4.3. A Educação Infantil e a violência institucional contra a criança

“... Pra mim, é uma violência uma criança riscar uma carteira e a professora pegar ele pelas... pelas duas orelhas, tirou de dentro da minha sala, foi conversar naquelas três mesas, [...] ela pegou uma criança pela orelha e levou lá fora, alto aqui [...] E aí a menina rabiscou a carteira, ela foi lá, pegou a menina, além de xingar a menina, tudo, catou a menina por aqui e levou. Pegou pelas duas orelhas e levou pra fora da minha sala, pôe sentado no chão. Então eu achei uma violência...”

Pode-se afirmar que as ações realizadas no interior das creches que consistem em um abuso de poder do adulto e que podem resultar na opressão, na humilhação e no sofrimento das crianças são atos de violência. Charlot (2002) afirma que a violência (re)produzida pelos equipamentos educacionais é uma violência institucional e simbólica, que se manifesta através da forma como a instituição e seus agentes se relacionam e tratam as crianças.

A participação da pesquisadora no cotidiano das *creches A e B* permitiu a constatação de que algumas práticas, que implicaram no abuso do poder do adulto sobre a criança, foram utilizadas por funcionárias das instituições visando, aparentemente, ao controle e ao disciplinamento das crianças.

A partir da análise dos dados das *observações*, constatou-se que as práticas realizadas nas *creches A e B* e que implicavam um abuso de poder do adulto sobre a criança consistiram em: *colocar as crianças de castigo, gritar, ameaçar e/ou organizar o ambiente de forma que “não estimulasse a bagunça”*.

Um dos momentos em que se observaram o uso e o abuso de ações de disciplinamento foi, por exemplo, no horário de sono. Com a intenção de “organizar” as crianças, uma das educadoras pegava-as pelo braço e colocava-as abruptamente nos colchões, de forma que dificultasse que se olhassem e conversassem. Qualquer movimento das crianças era repreendido pela funcionária que gritava: *“Vou jogar pela janela quem não ficar quieto!”*.

A utilização da ameaça e do castigo pela educadora acima citada foi observada em diversos momentos. A ameaça consistia na possibilidade de a mesma queixar-se para os pais, de colocar a criança de castigo “para pensar”.

O castigo era aplicado em diferentes situações. Foi observado, por exemplo, que uma das crianças ficou sentada “para pensar” durante todo o tempo de uma atividade realizada no parque. Às vezes a criança levantava, mas era contida e colocada novamente pela educadora no local estipulado para o castigo. Foi visto, ainda, uma criança que tinha sido colocada para fora da sala pela educadora por motivos desconhecidos pela pesquisadora.

Para justificar algumas dessas ações, a educadora utilizava-se da rotulação da criança. Diversas vezes a mesma fez os seguintes comentários com a pesquisadora: *“Nossa, aquele aluno é terrível!”*, *“Olha o que ele faz...”*. Houve um caso em que, após repreender uma criança para que ficasse quieta no horário de sono, a educadora disse, perto da criança, *“Este aí nem sabe dormir, mas também falta demais e, além disso, é devagar para entender as coisas”*.

As práticas visando ao disciplinamento eram utilizadas por uma das educadoras, quase todo o tempo que permanecia com as crianças. A mesma gritava e ameaçava as crianças, dizendo frases tais como: *“Se vocês não calarem a boca e não ficarem quietos vão dormir agora!”*, *“Se vocês não sentarem e ficarem quietos vou contar para os pais de vocês!”*. Houve uma situação, na qual as crianças estavam escovando os dentes, que a educadora beliscou uma das crianças, para que a mesma lhe obedecesse e ficasse quieta. Em outro momento, no horário de lanche, uma das crianças chamou a funcionária dizendo que não queria mais comer o pão que lhe haviam dado. A educadora então começou a gritar com a criança, dizendo que não deveria ter pedido o alimento e obrigou-a a comer todo o pão.

Houve ainda casos em que a educadora afirmava às crianças que, se não ficassem quietas, não iriam a passeios promovidos pela creche ou que iriam sentar no canto da sala. Em uma ocasião em que as crianças estavam em uma das áreas externas da sala, a funcionária disse: *“É melhor ficarem quietos para que eu não fique ruim lá dentro!”*.

A colocação de crianças no canto da sala por uma das educadoras era constante. Sobre esta prática, a educadora disse, em uma ocasião, para uma das crianças, que havia sofrido o castigo mencionado: *“Agora você pode conversar à vontade com a parede, com o quadro”*. Em muitas situações, a educadora batia forte na sua mesa ou na mesa das crianças e gritava solicitando ordem. Houve casos em que as crianças choraram diante da repreensão.

Observou-se, ainda, um episódio no qual uma das funcionárias da creche, na presença de outras colegas de trabalho e da pesquisadora, disse a uma mãe, no horário de saída, que o filho da mesma estava custoso e desobediente e que, como a criança não era assim, havia conversado com a criança, mas que tal procedimento não resolvera o problema. Disse que se a criança continuasse com os comportamentos indesejados teria que ficar uns dias sem ir à creche. A mãe, que aparentou ter ficado nervosa e constrangida, gritou com o filho que a partir daquele dia o mesmo só iria ficar trancado em casa, que não sairia para nada, nem para brincar e que só iria para a igreja e para a creche. A criança, em todo momento, ficou de cabeça baixa, demonstrando vergonha diante da situação.

Nesse contexto, a partir das observações realizadas, notou-se a existência em ambas as creches de práticas disciplinares que recorrem ao uso da desigualdade de poder entre crianças e adultos. Vale ressaltar que, na *creche A*, observou-se a utilização de tais práticas de forma pontual.

Os dados das *entrevistas* da *creche A e B* também apontaram para a ocorrência da violência institucional contra crianças. Pontuamos que tal temática não estava presente no guia de entrevista, sendo, porém, abordada por entrevistadas, ao discutirem sobre a relação que tinham com as crianças nas creches e sobre a violência contra a criança. No que se refere à *creche A*, a questão da violência institucional foi pouco abordada, já as entrevistadas da *creche B* discutiram mais aprofundadamente a temática¹⁵.

Uma das entrevistadas da *creche A* afirmou que já presenciou violência institucional na sua infância, expressa no uso de castigos físicos, demonstrando intolerância a tais atos, conforme aponta o relato abaixo.

“... quando eu era criança na escola, por exemplo, os professores davam reguada na cabeça da gente se não entendia uma coisa... [...] Tirava o lanche, não deixava ir para o recreio... Isso eu acho que é uma violência [...] Nossa, tinha uma professora minha que era terrível! Teve uma, que uma vez, foi tacar apagador no moleque, acertou o da frente! [...] Aconteceu isso na minha adolescência, sabe?, na sala de aula! [...] E acertou justo o que era... virado! Ele só catou e mandou de volta no professor! [...] Aí foi aquele fué, né? [...] Teve que chamar diretor e tudo...”

As entrevistadas da *creche A* não relataram, porém, casos mais recentes dessa modalidade de violência. A menção à ocorrência da violência institucional na creche também não foi feita. No entanto, funcionárias afirmaram que às vezes são “firmes”, “mais enérgicas” e “ficam bravas” com as crianças com o intuito de colocar limites.

“... eu procuro dar carinho (para as crianças atendidas), quando necessário. Eu também sei ficar firme quando necessário, porque são várias crianças... Você viu, né? [...] Às vezes a gente tem que ser mais firme, um pouco mais enérgica...”

“... às vezes, (a gente) chama atenção das crianças aqui, fica brava porque sempre tem que pôr limite, mas... às vezes, aí depois a gente fala: ‘Ai, mas eles têm que brincar, né?’. Faz arte mesmo, mas tem, né?...”

¹⁵ Pontuamos que os sentidos mapeados nas entrevistas das *creches A e B*, referentes à violência institucional, encontram-se, respectivamente, nos apêndices C e D.

Nota-se, no último relato, que a funcionária pareceu se posicionar no sentido de considerar inadequado seu comportamento de “chamar a atenção” e “ficar brava” com as crianças, reavaliando o comportamento da criança de “fazer arte” como sendo normal em função de sua faixa etária.

Em outro relato a funcionária demonstrou ainda possuir a preocupação em relação à forma como se repreende a criança, para que tais atos não ofendam e humilhem a criança.

“... Eu acho assim você não pode deixar eles fazer tudo o que quer, mas você tem saber falar também com eles, né? Porque tem jeito de você ficar brava e tem jeito. Porque às vezes você fica, fala de um jeito, né?, que ofende, humilha, não é? Às vezes, você xinga. Tem gente que... né? Agora eu acho que você tem que ficar bravo, mas saber... chamar atenção, né?, saber como chamar atenção. Eu acho que é isso [...] explicar que está errado, né? O que está fazendo está errado. Eu acho que é assim...”

No que tange à **creche B**, uma das entrevistadas afirmou ter presenciado a realização de atos violentos contra a criança em instituições de Educação Infantil, incluindo a *creche B*, sendo os mesmos: *puxar a orelha, falar mal, humilhar, não respeitar o ritmo biológico da criança, não oferecer estrutura física adequada para o atendimento das crianças.*

“... Eu fiz estágio que eu vi, dentro de sala de aula, professora puxando a orelha da criança. É uma violência, pra mim isso é. Além da violência física, é uma violência psíquica que fica na criança...”

“... a própria criança, a própria professora, às vezes, está maltratando, falando... é palavras, que marcam pra criança, eu acho assim, que deixam a criança marcada, né? ‘Você é suja, você é... é uma criança insuportável. Você... não tem jeito...’. Sabe? Então, aquelas coisas... e além de medo assim, algumas, é... coisas que eu presenciei mesmo, tipo: a criança fazia... é, cocô, por exemplo, ao invés de limpar com carinho e tal. Às vezes, tinha umas que não tinha paciência, até pra fazer a criança sentar...”

“... É a gente vê... é o que eu falei, pra mim a violência é nesse sentido, a criança quando... quando ela não está comendo, ela não quer comer e você pegar e ficar forçando na boca dela pra ela comer [...] Vi aqui. Em escola, tudo também quando eu entrei...”

“... E, e esse fato da, da comida também, a criança está assim, e aí... a criança não comendo, a criança voltou a comida, ela catou a comida e ‘Vai comer!’. Então, isso... eu achei o cúmulo. Mas eu levei tudo no conhecimento da direção, devagarinho eu fui levando as coisas que eu não estava achando legal, sabe?...”

“... eu falo assim que a nossa creche é uma creche modelo nessa parte de estrutura, por quê? A gente passou em muitas creches e viu o não interesse do pessoal em ter melhoria [...] Por quê? Eu sensibilizo quem vem visitar. Porque se eu vou em um lugar: ‘Poxa vida, aquela

parede está com um rachado grande, a pintura está feia [...]’, sendo que com uma mão de tinta você resolvia o problema. Mas não é interessante resolver o problema. É interessante eu deixar daquele jeito para que as pessoas tenham dó [...] E venham ali, sensibilizam e vou ajudar a creche, porque a creche está caindo...”

Nos relatos acima, nota-se que as modalidades de violência institucional citadas foram várias. Ao relatarem tais atos, observa-se que havia uma intolerância, por parte das entrevistadas, à realização dos mesmos: “... **É uma violência, pra mim isso é...**”, “... **Então, isso... eu achei o cúmulo...**”.

Além de mencionarem casos de violência institucional, algumas razões, que estariam vinculadas à ocorrência desse tipo de violência, foram citadas por entrevistadas, tais como:

- **Funcionárias não gostam de criança.**

*“... Vi aqui (forçar a criança a comer). Em escola, tudo também quando eu entrei, assim que eu entrei porque era uma... tipo assim, eu acho que é uma... **é uma coisa assim, eu estou cuidando, mas eu não gosto de criança [...]** Eu estou aqui porque eu preciso do dinheiro...”*

- **Funcionárias não possuem formação adequada, não têm paciência com a infância.**

*“... E no começo (do trabalho na creche B)... pra mim, foi assim, bem difícil [...] o que eu via, não me agradava [...] a própria professora, às vezes, está maltratando, [...] A direção mesmo não estava por dentro, né? [...] eles estavam, é... direcionando uma creche de longe. **Então, pegava às vezes pessoas leigas, pessoas que não tinham um... um estudo, não sabe assim... Eu educo, igual eduquei um filho, eu posso bater, eu posso fazer, eu posso fazer tudo, né? [...]** E aí, foi mudando... tanto mudou a creche no sentido de funcionários, foi melhorando o quadro, foi é... buscando assim pessoas que realmente tivessem paciência, porque essas crianças, o que que acontece? Já têm em casa... às vezes, muita dificuldade...”*

- **Funcionárias não compreendem, não têm paciência com a infância.**

*“... eu acho que (a violência contra a criança ocorre)... (mexe as mãos como se estivesse pegando a criança, estivesse sem paciência) [...] **Ai, é é igual, tanto no no bater, na palavra, tudo, o adulto ele, ele esquece que aquela criança é uma criança...**”*

Observa-se, nesse contexto, que as entrevistadas relataram casos de violência institucional realizados por outras funcionárias e discutiram sobre os possíveis motivos

desencadeadores do fenômeno. Em outros relatos, as entrevistadas também afirmaram que praticavam determinados atos na creche que podem ser avaliados como um abuso de poder do adulto sobre a criança. Tais ações consistiam em *gritar e castigar* a criança, conforme apontam os relatos a seguir.

“... Um professor, se um professor põe uma criança pra pensar... esquece a criança pensando – a criança pode não falar nada –, mas esquece ali, vai embora... O que que acontece? Então, a professora já... ela sabendo disso (dos direitos da criança), ela jamais vai fazer isso! Ela jamais, eu acho que ela pode até pôr pra pensar dois segundinhos e falar: ‘Agora, você já pensou? Já pensou vem e senta’. É o que eu faço com os meus. Se eu falar: ‘Ah, está brigando, está batendo? Ó, não é pra bater. Não é pra bater no outro porque violência gera violência. Mas vem cá, senta ali um pouquinho. A hora que você achar que não vai fazer mais. Aí, vamo ver, aí, você me fala’. Aí, dali a pouco, uns cinco minutinho, eles vêm: ‘Tia, eu não vou fazer, eu vou ficar quietinho, está bom?’, ‘Está bom!’...”

“... E... eu não vou te falar pra você que eu sou santinha, que eu trabalho santinho, mas violência nunca pratiquei. Posso gritar, o meu grito é um dois, eu não grito mais a garganta, mas... é por aí, sabe?...”

*“... Então, mas a minha... o meu relacionamento, eu sinto assim, que as crianças... **embora eu fico: um, dois, meio brava...** Mas é só isso que eu sei falar: um, dois...”*

*“... igual eu te falei, que eu não sou perfeita, que eu também grito, também falo, que assim, eu falo coisas que a criança não quer ouvir... [...] É menina esses dias eu tinha um monte de, eu acho que eu estava meio atacada esses dias, tinha um monte de criancinha lá magoada comigo, agora eu estou voltando atrás, agora eles estão mais... sabe?, **aquela criança, chega chorando, oito horas da manhã, você não estava preparada pra aquilo, ‘Menino pára de chorar!!!’ (grito).** Aí de certo ele fala assim: ‘Mas eu não esperava isso da minha tia, né?’...”*

No entanto, vale pontuar que, no que se refere aos atos de *gritar e castigar* a criança, as funcionárias ponderaram sobre o seu caráter violento ou não violento. Conforme apresentado nos relatos abaixo, as entrevistadas afirmaram que, dependendo da *forma e quando* são aplicados, tais atos não constituem violência contra a criança.

“... Um professor, se um professor põe uma criança pra pensar... esquece a criança pensando [...] Então, a professora já... ela sabendo disso (dos direitos da criança), ela jamais vai fazer isso! Ela jamais, eu acho que ela pode até pôr pra pensar dois segundinhos e falar: ‘Agora, você já pensou? Já pensou vem e senta’. É o que eu faço com os meus. Se eu falar: ‘Ah, está brigando, está batendo? Ó, não é pra bater. Não é pra bater no outro porque violência gera violência. Mas vem cá, senta ali um pouquinho. A hora que você achar que não vai fazer mais. Aí, vamo ver, aí, você me fala’. Aí, dali a pouco, uns cinco minutinho, eles vêm: ‘Tia, eu não vou fazer, eu vou ficar quietinho, está bom?’, ‘Está bom!’...”

“... Só que tem hora que a gente não agüenta, a gente grita, acaba gritando. ‘Não faz isso!’ Mas eu acho que o normal de todos os professores. Agora o grito, ele passa ser uma violência quando... eu acho que o grito também é uma violência, quando se grita sem... aquela criança merecer. Às vezes, não é aquilo: ‘Ah!’, gritou, a criança fez, assusta e não é nada com ela, tadinha, né?... ”

“... eu acho que uma violência muito grande é a palavra, às vezes uma palavra dói mais do que um tapa, eu acho [...] aquelas palavras assim... que servem pra repreender, mas na hora errada [...] Ela não estava esperando isso, eu num, aquela assim, você não sabe se criança estava preparada pra aquilo, eu acho...”

Dessa forma, para as entrevistadas, o caráter violento do castigo vinculava-se ao tempo que a criança permanece no mesmo, sendo aceitáveis castigos de “curta” duração. O ato de gritar foi considerado violento apenas se a criança não o mereceu, caso contrário foi considerado como sendo uma ação normal na relação adulto e criança na creche.

As entrevistadas, ao mencionarem a utilização do grito e do castigo na relação com as crianças, indicaram que a aplicação dos mesmos estaria vinculada à impotência do adulto frente à criança e à ausência de outros recursos para lidar com a mesma.

“... Então, mas a minha... o meu relacionamento, eu sinto assim, que as crianças... embora eu fico: um, dois, meio brava... Mas é só isso que eu sei falar: um, dois...”

“... Não, não tenho visto, nada de violência (institucional nos últimos anos)! A gente vê grito, né? [...] Ah, grito a gente ouve, porque... eu acho que a arma que o professor tem, não jeito... De vez em quando (a coordenadora) fica assim: ‘Não gritem, por favor...’ [...] ‘Não, gritem, por favor. As crianças merecem carinho’, ‘Não, merecem [...] Está certo. Só que tem hora que a gente não agüenta, a gente grita, acaba gritando. ‘Não faz isso!’...”

“... é uma violência muito grande, gritar com a criança, ninguém é perfeito, ninguém consegue só falar, não, não gritar, mas eu acho que uma violência muito grande é a palavra, às vezes uma palavra dói mais do que um tapa, eu acho...”

Os relatos acima apontam que a permanência dos procedimentos de *gritar* e *castigar* parece relacionar-se com a ausência de outros recursos, pelos adultos, para lidar com a infância e obterem os comportamentos desejados. Os comportamentos das crianças almejados pelas funcionárias, conforme indicaram também as observações, parecem ser a obediência, a disciplina e submissão ao adulto. Talvez em função dessa intenção, em relação às crianças, é que o estabelecimento de limites é apontado como sendo algo de grande importância na prática de educação das crianças, conforme podemos constatar nos relatos abaixo.

“... educar é estar aprendendo [...] a se limitar...”

“... a gente se impõe aqui, aqui a gente trabalha com eles assim, você, eles dão trabalho? Dão, aí você tem que fazer eles, que realmente eles têm que te obedecer na hora certa, fazer o que tem que fazer, que é para o crescimento dele...”

Vale ressaltar que a realização de ações visando ao estabelecimento de limites para a criança, como forma de educá-la, pode estar sendo ainda mais valorizada em função da concepção de funcionárias de que são nos anos iniciais que a criança é realmente educada, conforme já discutido no item *Sentidos sobre Educação*.

Dessa forma, alguns sentidos dados à educação e à infância podem estar mantendo práticas nas instituições como *gritar* e *castigar* visando à obtenção, pelos adultos, de comportamentos desejados das crianças. No entanto, os relatos das funcionárias parecem indicar que tais ações, que muitas vezes podem se constituir como violência contra a criança, não são consideradas pelas entrevistadas como sendo a melhor forma de se relacionarem com as crianças: *“... ninguém é perfeito, ninguém consegue só falar, não, não gritar, mas eu acho que uma violência muito grande é a palavra...”*, *“... Eu, como educadora, me preocupo muito, por quê? Porque nós somos assim, a gente é pecador, tipo assim, nós às vezes falamos, nem pensamos, mas acaba soltando...”*. As entrevistadas afirmaram que a perpetração da violência no interior de instituições de Educação Infantil pode acarretar sérias consequências para as vítimas, prejudicando o relacionamento entre adultos e crianças nesses espaços.

“... Porque nós (educadores) somos assim, a gente é pecador, tipo assim, nós às vezes falamos, nem pensamos, mas acaba soltando. E aquela coisa que saiu, eu acho que vai marcar muito aquela criança, pro resto da vida...”

“... Eu achava que criança tem que ser tratada com respeito... e aquela coisa. E o que eu via, não me agradava [...] Porque aquelas, aquelas crianças te beijava... te beijava com... com medo que você fosse fazer alguma coisa...”

Considerando que o *grito* e o *castigo* possam acarretar consequências para a vítima, as funcionárias pontuam ainda que, muitas vezes, buscam não cometer e/ou “reparar” tais atos quando realizados.

“... eu acho que eu estava falando de colocar ele de castigo, essas coisa, ele não esperava isso de mim [...] e eu acho que eu acabei, eu não acabei porque depois eu conser, estou tentando consertar o meu erro, né? [...] eu, às vezes eu vejo que eu estou brigando assim,

*conversando com eles de um jeito, que eles ficam tão sentidos depois, e eu vejo que é por causa daquilo, que aí eu começo a voltar atrás, você vê que o, eles já começam a mudar, já começam a ficar mais feliz, quer dizer eu magoei ele, entendeu? Às vezes sem querer, mas magoei, com uma palavra [...] É menina esses dias eu tinha um monte de, eu acho que eu estava meio atacada esses dias, tinha um monte de criancinha lá magoada comigo, **agora eu estou voltando atrás**, agora eles estão mais... sabe?..."*

Observa-se, dessa forma, que as entrevistadas reconheceram utilizar as práticas de *gritar* e *castigar* a criança. Concomitantemente demonstraram não aprovar tais práticas como sendo as mais adequadas, expressando uma preocupação em não utilizá-las ou corrigi-las quando realizadas.

Nota-se, nas entrevistas, que a forma defendida como sendo a mais adequada e eficiente para educar as crianças é pelo exemplo e não pela imposição do adulto, conforme já discutido no item *Sentidos sobre Educação*.

4.4. As redes de sentidos e as práticas institucionais

O mapeamento dos sentidos nas entrevistas e a análise dos casos de violência doméstica e de violência institucional apontaram: 1) as principais ações defendidas/realizadas pelas funcionárias das creches, nos casos de violência doméstica contra a criança (em relação à criança, à família e aos órgãos de proteção) e nos casos de violência institucional (em relação à criança); 2) que as ações das funcionárias nas creches eram atravessadas por diversos sentidos, relativos à *educação*; à *Educação Infantil*; à *infância*; à *família*; aos *órgãos de proteção da infância*; à *violência doméstica dirigida à infância*; à *violência institucional contra a criança*.

Ao realizarmos diversas leituras do mapeamento dos sentidos e dos casos relatados pelas entrevistadas - focando o olhar para as ações defendidas/realizadas pelas funcionárias e os sentidos que estariam relacionados com as mesmas -, percebemos que os sentidos se *configuravam em redes*, amparando/justificando/incentivando as ações institucionais.

Observando as ações defendidas/realizadas *pelas* e *nas* creches nos casos de violência contra a criança e refletindo sobre as mesmas, notamos ainda que as ações tinham potencial para promover a proteção e/ou a vitimização da infância. Tais ações assumiriam diferentes posições em um *continuum* proteção/vitimização da criança.

Para dar visibilidade para as redes de sentidos que justificavam/canalizavam/incentivavam as ações das funcionárias, construímos quadros e

figuras, que serão apresentados nos itens 4.4.1 (relativo à *creche A*) e 4.4.2 (relativo à *creche B*).

Vale pontuar que, tanto nos quadros como nas figuras, utilizamos cores para diferenciar: os *sentidos* das *ações*; os *sentidos entre si*, de acordo com a temática dos mesmos (Educação Infantil, infância,...). Nas figuras, realizamos também uma diferenciação gráfica das seguintes situações: a força do sentido parece agir incentivando/canalizando/justificando ações que, de acordo com a nossa análise, possuem potencial para *proteger* a criança; a força do sentido parece agir incentivando/canalizando/justificando ações que, de acordo com a nossa análise, possuem potencial para *vitimizar* a criança. Tais diferenciações gráficas estão presentes nas legendas, que se encontram abaixo dos quadros e figuras.

Dessa forma, defendemos a idéia de que as relações sociais estabelecidas entre *creche-criança* (nos casos de violência doméstica e/ou de violência institucional), *creche-família* e *creche-órgãos de proteção* são incentivadas/mantidas/justificadas pelas redes de sentidos existentes nas creches, conforme será discutido abaixo.

4.4.1. As redes de sentidos e as práticas institucionais - *creche A*

Na *creche A*, funcionárias alegaram que não ocorrem casos de violência doméstica já que atendem famílias de camadas médias/“estruturadas”. Vale ressaltar que o único caso citado de violência doméstica por entrevistadas foi o de Neli, uma criança que, de acordo com os relatos, pertencia às camadas populares.

No caso de Neli observamos, nas falas de funcionárias, que as principais ações utilizadas pela creche em relação à criança, à família e aos órgãos de proteção foram: conversar com a vítima, para obter informações sobre o ocorrido; orientar a família; não realizar a notificação do caso aos órgãos de proteção da criança.

No entanto, apesar de entrevistadas terem mencionado a realização, pela creche, das ações acima citadas, referentes ao caso de Neli, a análise dos dados indicou que, em relação à violência doméstica, as ações mais defendidas pelas funcionárias junto à família e aos órgãos de proteção, em casos hipotetizados, foram respectivamente: conversar com a família para constatar o ocorrido e notificar os casos identificados aos órgãos de proteção. As ações a serem utilizadas com as crianças não foram discutidas.

No que se refere à violência institucional, pode-se afirmar que as funcionárias se posicionaram no sentido de: *praticar* atos violentos contra crianças na creche (observada de forma pontual) e/ou *criticar, evitar* a ocorrência do fenômeno no âmbito institucional.

Conforme já mencionado anteriormente, a análise dos dados apontou que redes de sentidos estariam incentivando/canalizando/justificando as ações das funcionárias na creche. O quadro, a seguir, permite vislumbrarmos as ações defendidas/realizadas pelas funcionárias da *creche A*, nos casos de violência doméstica dirigida à criança - em casos *hipotetizados* e *concretos* - e nos casos de violência institucional, bem como os sentidos relacionados com tais práticas.

<div> <div>Sentidos</div> <div>Ações</div> </div>	Violência Doméstica contra a Criança Situações hipotetizadas		Violência Doméstica contra a Criança Situações concretas			Violência Doméstica contra a Criança	Violência Institucional	
	Investigar a violência junto à família	Notificar	Conversar com a criança e buscar informações	Conversar/Orientar a família	Não notificar	Não identificar a violência	Praticar atos violentos contra a criança na creche	Evitar/criticar atos violentos contra a criança na creche
EI- O diálogo entre a creche e a família deve ocorrer quando a criança está dando problemas na creche.				X				
EI- O diálogo entre a creche e a família deve ocorrer quando a criança está sofrendo violência familiar.				X				
EI- A creche deve orientar as famílias agressoras (de camadas populares).				X	X			
EI- A creche deve interferir nos casos de violência doméstica contra a criança.	X	X		X				
EI- A creche não tem “competência” para orientar as famílias nos casos de violência doméstica contra a criança.		X						
EI- A creche deve colocar limites e exigir disciplina e obediência da criança.							X	
F- A família não tem plenos poderes sobre a criança.	X	X		X				
F- A maioria das famílias atendidas pela creche é estruturada, instruída,...	X					X		
F- A família estruturada é nuclear, pais trabalham, têm boas condições financeiras, se respeitam, não bebem.						X		
F- As famílias podem questionar a intervenção da creche (orientação) nos casos de violência familiar.		X						
I- Criança deve ter limites.							X	
E- Educar é estabelecer limites.							X	
E- Uma das formas de educar a criança é pelo exemplo.								X
E- Uma das formas de educar a criança é pelo diálogo.								X
VD- Há diversos tipos de violência doméstica contra a criança.			X					

Continua

Conclusão

<div>Sentidos</div> <div>Ações</div>	Violência Doméstica contra a Criança Situações hipotetizadas		Violência Doméstica contra a Criança Situações concretas			Violência Doméstica contra a Criança	Violência Institucional	
	Investigar a violência junto à família	Notificar	Conversar com a criança e buscar informações	Conversar/Orientar a família	Não notificar	Não identificar a violência	Praticar atos violentos contra a criança na creche	Evitar/criticar atos violentos contra a criança na creche
VD- A violência doméstica contra a criança pode trazer consequências para a vítima.	X	X	X	X				
VD- A ocorrência da violência contra a criança está associada à classe social.				X		X		
VD- Uma das ações para enfrentar a violência doméstica contra a criança é acionar o Conselho Tutelar diante de casos constatados.		X						
VD- A violência doméstica contra a criança pode ser resultado de uma dinâmica familiar problemática/desequilibrada.				X		X		
OP- O Conselho Tutelar é importante e protege a criança.		X						
OP- O Conselho Tutelar é competente e eficiente.		X						
OP- O abrigo é um lugar triste.					X			
OP- O Conselho Tutelar às vezes realiza um trabalho inadequado com as famílias.					X			
OP- O Conselho Tutelar talvez não realize um trabalho eficaz.					X			
VI- A criança pode merecer a violência.							X	
VI- Não é correto gritar e humilhar a criança.								X

Quadro 2 – Sentidos e ações da Creche A

Legenda:

- Ação
- Sentido sobre Educação Infantil
- Sentido sobre Família

- Sentido sobre Infância
- Sentido sobre Educação
- Sentido sobre Violência Doméstica contra a Criança
- Sentido sobre Órgãos de Proteção da Criança
- Sentido sobre Violência Institucional

O quadro apresentado indica que sentidos identificados na creche podem atuar incentivando/amparando/canalizando uma ação específica, ou ainda, diferentes ações na creche em relação à criança, à família e aos órgãos de proteção.

Observamos, ainda, que as redes de sentidos mobilizadas e ações defendidas em *situações hipotetizadas* diferenciaram-se das redes de sentidos mobilizadas e ações realizadas em *situações concretas* de violência doméstica contra a criança.

Uma outra forma de apresentação dos dados é realizada, a seguir, por meio de figuras. As figuras apresentam separadamente as ações defendidas/realizadas pelas entrevistadas em casos de violência familiar - em situações *hipotetizadas* e *concretas* - e de violência institucional dirigida à criança, bem como as redes de sentidos relativas a cada ação.

A creche e a violência doméstica contra a criança

Situação hipotetizada

Relação com a família

Legenda:

● Ação

● Sentido sobre Educação Infantil

● Sentido sobre Família

● Sentido sobre Violência Doméstica contra a Criança

— Proteção

Situação hipotetizada

Relação com órgãos de proteção

Legenda:

● Ação

● Sentido sobre Educação Infantil

● Sentido sobre Família

● Sentido sobre Violência Doméstica contra a Criança

● Sentido sobre Órgãos de Proteção da Criança

— Proteção

A creche e a violência doméstica contra a criança

Situação concreta

Relação com a criança

Legenda:

● Ação

● Sentido sobre Violência Doméstica contra a Criança

— Proteção

Situação concreta

Relação com a família

Legenda:

● **Ação**

● **Sentido sobre Educação Infantil**

● **Sentido sobre Família**

● **Sentido sobre Violência Doméstica contra a Criança**

— **Vitimização**

Situação concreta

Relação com os órgãos de proteção

Legenda:
 ● Ação
 ● Sentido sobre Educação Infantil
 ● Sentido sobre Órgãos de Proteção da Criança
 — Vitimização

Vale ressaltar que o mapeamento dos sentidos da *creche A* nos levou a levantar a hipótese de que sentidos presentes na instituição relativos à *família e violência doméstica contra a criança* estariam prejudicando/inibindo a identificação da violência doméstica nas famílias atendidas pela creche (ver itens *Sentidos sobre Família* e *Sentidos sobre Violência Doméstica contra a Criança*). Pensamos que é pouco provável que uma creche que está em funcionamento há quase duas décadas tenha tido apenas um caso de violência familiar. Pontuamos que Matias (2004), ao investigar a prevalência de maus-tratos domésticos para a população de crianças de 0 a 6 anos que freqüentam creches e pré-escolas públicas e particulares de Ribeirão Preto/São Paulo, calculou uma prevalência entre 7% e 9% para a população dessa faixa etária, segundo intervalo de confiança de 95%. Dessa forma, acreditamos que a rede de sentidos apresentada abaixo pode estar presente na creche, dificultando a identificação do fenômeno.

Relação com a criança

Legenda:

● Ação

● Sentido sobre Família

● Sentido sobre Violência Doméstica contra a Criança

— Vitimização

No que tange à violência institucional, as ações das funcionárias, em relação ao fenômeno (evitando, criticando/praticando), estariam ancoradas nas seguintes configurações das redes de sentidos:

A violência institucional contra a criança

Legenda:

● Ação

● Sentido sobre Educação Infantil

● Sentido sobre Infância

● Sentido sobre Educação

● Sentido sobre Violência Institucional

— Vitimização

Legenda:	
●	Ação
●	Sentido sobre Educação
●	Sentido sobre Violência Institucional
—	Proteção

A análise das redes de sentidos apresentadas acima, relativas à *creche A*, indica que alguns sentidos parecem agir de forma a incentivar/canalizar/justificar ações que tenderiam a promover a proteção/vitimização das crianças.

No que tange às *situações hipotetizadas* de violência familiar dirigida à criança, consideramos que as ações de *conversar com as famílias para a constatação da violência e encaminhamento dos casos aos órgãos de proteção* tenderiam a assumir um caráter de proteção da criança.

Nota-se que, no que se refere a *situações concretas* de violência doméstica contra a criança, que a ação mobilizada/canalizada/justificada de *conversar/buscar informações junto à criança* tende a assumir um caráter de proteção da vítima, já que contribui para um melhor conhecimento da violência pelas funcionárias da creche.

Consideramos que a ação mobilizada/canalizada/justificada de *conversar/orientar as famílias* parece se configurar como sendo um ação que tenderia a promover uma vitimização da criança, na medida que pode colocar em risco a criança e ainda mobilizar a instituição na direção de não realizar a notificação dos casos aos órgãos de proteção (o que poderia resultar na manutenção da vitimização da criança na família), conforme será mais bem discutido no item 4.4.3.

Já a ação mobilizada/canalizada/justificada de *não notificar casos aos órgãos de proteção* poderia contribuir para a manutenção da vitimização da criança no âmbito doméstico.

Em relação à ação de *não identificar a violência doméstica*, consideramos que a mesma tende a promover uma vitimização da criança, já que pode estar contribuindo para a manutenção do fenômeno, na medida em que o mesmo não é constatado.

No que se refere à violência institucional, avaliamos que as ações de *evitar, criticar* essa modalidade de violência assumiria um caráter de proteção da criança. Ao contrário, a *prática* da violência institucional contribuiria para a vitimização da criança.

4.4.2. As redes de sentidos e as práticas institucionais - creche B

A análise dos dados da *creche B* apontou que, em relação aos casos de violência doméstica, as principais ações *defendidas/utilizadas* pela creche junto à criança, à família e aos órgãos de proteção foram, respectivamente: conversar com a criança e buscar informações sobre o ocorrido; conversar com a família visando a obter informações sobre o caso e orientá-la; não realizar a notificação dos casos aos órgãos de proteção da criança. Observamos, ainda, pela análise do material, que a ação de tolerar a violência familiar também estava presente nas falas das entrevistadas.

Vale ressaltar que as falas das entrevistadas da *creche B* sobre como lidar com a violência doméstica contra a criança, ao contrário da *creche A*, se basearam fundamentalmente em experiências concretas, o que permitiu aprofundar a análise dos sentidos mobilizados em relação à criança, à família e aos órgãos de proteção, diante de casos de violência nas famílias atendidas pela instituição.

No que tange à violência institucional, constatamos que as funcionárias se posicionaram no sentido de: *praticar* atos violentos contra crianças na creche e/ou *criticar, evitar* a ocorrência do fenômeno no âmbito institucional.

A análise dos dados nos permite vislumbrar que as ações utilizadas pelas funcionárias, diante dos casos de violência doméstica contra a criança (ações junto à criança, à família e aos órgãos de proteção), e as ações das funcionárias em relação à violência institucional (evitando, criticando/praticando) estariam ancoradas nas configurações das redes de sentidos apresentadas no quadro e nas figuras a seguir.

Sentidos	Ações	Violência Doméstica contra a Criança				Violência Institucional	
		Conversar com a criança e buscar informações	Tolerar a violência	Orientar a família	Não notificar	Praticar atos violentos contra a criança na creche	Evitar/ criticar atos violentos contra a criança na creche
	EI - A creche não é a verdadeira responsável pela criança e sim a família.		X				
	EI- O diálogo entre a creche e a família deve ocorrer quando a criança está dando problemas na creche.			X			
	EI- O diálogo entre a creche e a família deve ocorrer quando a criança está sofrendo violência familiar.			X			
	EI- A creche deve orientar as famílias.			X	X		
	EI- A creche é responsável pela criança somente enquanto a mesma está na instituição.				X		
	EI- A creche não deve interferir na família ou interferir com muito cuidado				X		
	EI- A creche não deve interferir em casos de violência contra crianças que não frequentam a instituição.				X		
	EI- A creche deve colocar limites e exigir disciplina e obediência da criança.					X	
	F- A família é a verdadeira responsável pela criança e sua educação.		X	X	X		
	F- As famílias atendidas/agressoras podem questionar a intervenção da creche.		X		X		
	F- As famílias atendidas/agressoras são problemáticas.		X				
	F- A família deve dar limites para a criança.		X				
	F- As famílias atendidas/agressoras são problemáticas e precisam de orientação.		X	X			
	F- A família é muito importante. É apoiadora e orientadora.			X			
	F- A família não tem plenos poderes sobre a criança.			X			
	F- A família possui dinâmica própria, desconhecida na totalidade por terceiros.			X	X		
	F- Famílias agressoras são problemáticas (perigosas).				X		
	I- A criança tem de ter obediência e limites.		X			X	
	I- A criança é indefesa.			X			
	I- A criança é educada nos anos iniciais. Depois é reeducada.					X	
	E- Educar é estabelecer limites.		X			X	

Continua

Continuação

Sentidos Ações	Violência Doméstica contra a criança				Violência Institucional	
	Conversar com a criança e buscar informações	Tolerar a violência	Orientar a família	Não notificar	Praticar atos violentos contra a criança na creche	Evitar/ criticar atos violentos contra a criança na creche
E- Não adianta, não se deve bater na criança para educá-la.			X			X
E- Uma das formas de educar a criança é ser autoritária em alguns momentos.		X			X	
E- Uma das formas de educar a criança é pelo exemplo.			X			X
VD- Há diversos tipos de violência doméstica contra a criança.	X		X			
VD- A violência doméstica contra a criança pode trazer consequências para a vítima.	X		X			
VD- O ato violento é “desencadeado” em função de um comportamento da criança.	X	X		X		
VD- A criança pode ter merecido a violência.	X	X		X		
VD- Tapas e castigos são freqüentes, “naturais”.		X				
VD- A ocorrência da violência doméstica contra a criança está associada à classe social.			X			
VD- A violência contra a criança pode ser resultado de uma dinâmica familiar problemática.			X			
VD- A violência contra a criança pode ser justificada, “perdoada” dependendo dos motivos alegados para sua realização (desencadeada pela criança, merecida).		X		X		
OP- Notificar ao Conselho Tutelar é denunciar a família, algo ruim.				X		
OP- O “correto” diante de um caso de violência doméstica contra a criança é acionar o Conselho Tutelar, mas o adequado é conversar com as famílias.			X	X		
OP- O Conselho Tutelar pode subvalorizar e/ou questionar o discurso da creche, ainda que baseado na fala da criança, em detrimento do discurso dos genitores.				X		
OP- O Conselho Tutelar não retorna informações às instituições sobre os casos notificados.				X		
OP- O Conselho Tutelar talvez não realize um trabalho eficaz.				X		

Continua

Conclusão

<div> <div>Sentidos</div> <div>Ações</div> </div>	Violência Doméstica contra a criança				Violência Institucional	
	Conversar com a criança e buscar informações	Tolerar a violência	Orientar a família	Não notificar	Praticar atos violentos contra a criança na creche	Evitar/ criticar atos violentos contra a criança na creche
VI- O castigo e o grito não são atos de violência dependendo da forma e quando são aplicados.					X	
VI- O grito, o “ficar brava” e o castigo são recursos disponíveis para lidar com as crianças.					X	
VI- O ato violento é “desencadeado” em função de um comportamento da criança.					X	
VI- A criança pode merecer a violência.					X	
VI- Não é correto gritar e colocar a criança de castigo.						X
VI- A violência institucional pode trazer consequências para a criança.						X

Quadro 3 – Sentidos e ações da Creche B

Legenda:

Ação

Sentido sobre Educação Infantil

Sentido sobre Família

Sentido sobre Infância

Sentido sobre Educação

Sentido sobre Violência Doméstica contra a Criança

Sentido sobre Órgãos de Proteção da Criança

Sentido sobre Violência Institucional

A creche e a violência doméstica contra a criança

Relação com a criança

Legenda:

● Ação

● Sentido sobre Violência Doméstica contra a Criança

— Proteção

— Vitimização

Relação com a família

Legenda:

● Ação

● Sentido sobre Educação Infantil

● Sentido sobre Família

● Sentido sobre Infância

● Sentido sobre Educação

● Sentido sobre Violência Doméstica contra a Criança

● Sentido sobre Órgãos de Proteção da Criança

— Vitimização

Relação com órgãos de proteção

Legenda:

● Ação

● Sentido sobre Educação Infantil

● Sentido sobre Família

● Sentido sobre Violência Doméstica contra a Criança

● Sentido sobre Órgãos de Proteção da Criança

— Vitimização

A violência institucional contra a criança

Legenda:

● Ação

● Sentido sobre Educação Infantil

● Sentido sobre Infância

● Sentido sobre Educação

● Sentido sobre Violência Institucional

— Vitimização

Legenda:
 ● Ação
 ● Sentido sobre Educação
 ● Sentido sobre Violência Institucional
 — Proteção

A análise das redes de sentidos apresentadas acima, relativas à *creche B*, indica que alguns sentidos parecem agir de forma a incentivar/canalizar/justificar ações que tenderiam a promover a proteção/vitimização das crianças.

Nota-se que a ação de *conversar com a criança e buscar informações* possui potencial para promover a proteção da vítima - na medida em que possibilita que as funcionárias conheçam melhor a violência sofrida pela criança, o que poderia resultar na adoção de ações para inibir tal ato - mas também para vitimizar a criança, já que pode se constituir como uma forma de as funcionárias buscarem informações sobre a violência, mas com a intenção de avaliar se a mesma pode ser justificada/perdoada, podendo ser a criança responsabilizada por tal ato.

No que tange à ação da creche de *conversar/orientar a família*, avaliamos que a mesma tende a promover a vitimização da criança, na medida em que pode colocar a criança em risco e, concomitantemente, mobilizar a instituição na direção de não realizar a notificação dos casos aos órgãos de proteção (o que poderia se constituir como uma forma de manutenção da vitimização da criança na família).

Vale ressaltar que as seguintes ações: *tolerância aos atos violentos familiares, não-notificação dos casos aos órgãos de proteção, realização de atos violentos contra a criança na creche* tendem a contribuir para a vitimização das crianças. Já as ações de *evitar/criticar atos violentos na creche* tendem a contribuir para a proteção das crianças.

4.4.3. Práticas institucionais em relação à criança, à família e aos órgãos de proteção da infância: tecendo algumas reflexões

A partir das discussões realizadas anteriormente, decidimos realizar neste item algumas reflexões referentes à relação entre as creches com as crianças, famílias e órgãos de proteção da infância.

A relação creche e criança

No que tange à relação creche e criança, um dos aspectos que se destacou foi a questão da **identificação da violência doméstica**. Em ambas as instituições, as entrevistadas demonstraram possuir conhecimento sobre as modalidades da violência familiar contra a infância, bem como de conseqüências resultantes da violência para a vítima, o que *a priori* poderia contribuir para a identificação de casos.

No entanto, observamos que, nas duas creches, houve uma associação entre a ocorrência do fenômeno e as famílias de camadas populares. Considerando que, de acordo com as funcionárias, a *creche A* atende famílias de camadas médias, e a *creche B*, famílias de camadas populares, acreditamos que tal concepção relativa à violência doméstica estaria agindo no sentido de *dificultar* (no caso da *creche A*) e *facilitar* (no caso da *creche B*) a identificação do fenômeno pelas funcionárias.

Vale ressaltar que Vagostello et al. (2006), a partir de uma pesquisa realizada em 17 escolas do Estado de São Paulo com 149 profissionais da área de educação, para verificar as práticas das instituições diante de casos de violência contra a criança e o adolescente, constataram que os profissionais das escolas públicas relataram casos de violência doméstica

entre os estudantes em proporções muito mais elevadas do que os de escolas particulares. Delfino (2006), a partir da realização de uma ampla pesquisa em Ribeirão Preto/São Paulo - que tinha como objetivos investigar a percepção de professores do Ensino Fundamental sobre formas de educar e sobre a violência doméstica contra a criança, bem como a percepção de crianças do Ensino Fundamental sobre as ações dos adultos - verificou, por meio de relatos de 24 profissionais, que professores de escolas públicas detectaram um maior número de casos de violência doméstica contra os estudantes (75%) do que professores de escolas particulares (66,7%). No entanto, o estudo indicou uma proporção bastante elevada de identificação do fenômeno, por profissionais da educação, em todas as classes sociais.

Nesse contexto, supomos que os sentidos acima mencionados sobre a violência familiar podem contribuir para dificultar a identificação da violência em famílias com melhores condições socioeconômicas, o que poderia resultar na menor notificação de casos aos órgãos de proteção da infância.

Vale enfatizar que diversos autores vêm explicando a menor notificação de violência doméstica, referente às famílias de camadas médias e altas, em função do menor uso que fazem de serviços públicos (utilizando serviços particulares, que garantiriam a discrição diante dos casos) e da dificuldade de constatação do fenômeno nessas famílias devido à forma como vivem: em locais com maior privacidade, onde a fronteira entre o público e o privado é mais estabelecida (DELFINO, 2006; NEVES; ROMANELLI, 2004; PANÚNCIO-PINTO, 2006). Consideramos que outros fatores também podem estar presentes e contribuindo para uma menor identificação da violência contra a criança nas famílias de camadas médias e altas. No estudo realizado por Matias (2004) em Ribeirão Preto/São Paulo, constatou-se que, nas pré-escolas públicas, os tipos de violência mais assinalados por educadores foram “Abandono Físico” (26%) e “Falta de Controle Parental” (23%). Já nas pré-escolas particulares, o tipo mais assinalado foi “Falta de Controle Parental” (41%), seguida de “Abandono Emocional” (22%). Tais resultados nos permitem pensar que talvez a forma como a violência familiar se manifesta seja diferenciada de acordo com a classe social, variando também os seus indícios e o grau de dificuldade para identificá-los. Na pesquisa mencionada, as modalidades de violência citadas mais freqüentemente nas pré-escolas particulares teriam fundamentalmente indícios afetivos, o que poderia dificultar sua identificação pelas educadoras.

No entanto, o presente estudo traz ainda a questão de como redes de sentidos que atravessam instituições sociais podem também estar atuando para novamente colocar as camadas populares no palco dos julgamentos, reafirmando-a como incapaz e inadequada - nesse contexto, no que se refere ao cuidado e à educação das crianças.

Vale pontuar que a questão da classe social parece interferir ainda nas formas de intervenções defendidas e/ou realizadas pelas creches, nos casos de violência doméstica dirigida à criança.

Consideramos que, em função dos sentidos dados pelas funcionárias da *creche A* às famílias atendidas (de camadas médias, “estruturadas”), a ação de orientação das mesmas diante de um caso de violência familiar parece não se justificar, não sendo amplamente mencionada. A atribuição do fenômeno a problemas psicológicos dos familiares e a defesa pelo encaminhamento de possíveis casos a profissionais especializados são defendidos nesse contexto. Na *creche B*, diferentemente, a orientação das famílias agressoras, vistas como “desestruturadas”, é defendida como principal ação a ser implementada pela creche.

Além da questão da identificação e da forma de lidar com a violência familiar dirigida à criança, a análise dos sentidos suscitou ainda reflexões no que se refere à **qualidade da relação entre a creche e a criança**. Nos casos de violência doméstica, consideramos que a forma como a instituição aborda a criança pode assumir caráter de vitimização da infância quando, por exemplo, tal ação tem o intuito de verificar se a vítima mereceu a violência realizada pelo adulto. Consideramos que tal abordagem pode se constituir como uma violência institucional. Vale pontuar que, buscando evitar a vitimização da criança no âmbito das instituições educativas, o Guia Escolar - Rede de Proteção à Infância (BRASIL, 2004) aponta procedimentos a serem utilizados por educadores de forma a garantir que se obtenham as informações relevantes sobre os episódios de violência, visando a fundamentar a notificação e auxiliar o trabalho dos órgãos de proteção, havendo, porém, a maior preservação possível da criança.

Além da violência institucional resultante da forma como se aborda a vítima de violência doméstica, os dados do presente estudo apontaram ainda para a ocorrência da violência dirigida às crianças nas creches, durante as atividades cotidianas das instituições.

A perpetração de violência contra crianças em instituições educativas também é mencionada em outros estudos. Jabur (2007), ao investigar quais rotinas e espaços que crianças *mais* e *menos* gostavam na creche que freqüentavam, localizada em Ribeirão Preto/São Paulo, constatou que as atividades indicadas com maior freqüência como preteridas, pelas 22 crianças participantes do estudo, estavam vinculadas a momentos de controle e repreensões (fila, castigos, censuras verbais) e tentativas de disciplinamento exercidas por adultos na instituição. Delfino (2006), a partir do estudo com 160 estudantes de uma escola pública de Ribeirão Preto/São Paulo, também constatou, a partir do relato de participantes, o

uso de poder do adulto na relação professor-aluno. A realização de práticas pelos professores, como gritar e brigar, foi relatada pelos discentes e avaliadas como erradas.

No *Relatório Mundial sobre a Violência contra a Criança* (ONU, 2006), as instituições educativas são apontadas como *locus* para ocorrência de violências dirigidas à infância. Nesse documento afirma-se que professores e outros funcionários de escolas de diversos países empregam castigos corporais e formas cruéis e humilhantes de punição psicológica contra os alunos.

De acordo com Gomes e Fonseca (2005), a violência realizada no âmbito das instituições educativas pode trazer sérias consequências para as vítimas. As autoras ressaltam que

as oportunidades educativas, dependendo da qualidade da relação que é estabelecida com a cuidadora ou com a professora, podem ocorrer tanto no sentido do pleno desenvolvimento das potencialidades da criança, quanto no sentido da intimidação, através da qual, as condições natas vão sendo gradativa, porém insistentemente transformadas. Assim, crianças potencialmente inteligentes transformam-se em condicionadas; livres, em submissas; pesquisadoras, em repetidoras; ousadas, em acomodadas; reivindicadoras, em caladas; enfim, sem que ninguém se aperceba, sujeitos vão sendo transformados em objetos (GOMES; FONSECA, 2005).

No presente estudo, as ações violentas realizadas pelas funcionárias das creches parecem ser sustentadas/justificadas por sentidos relativos à educação das crianças. A realização de uma educação que visa ao disciplinamento e à obediência da infância parece ocorrer/ser defendida, bem como o uso de ações como gritar, castigar. As entrevistadas, dessa forma, às vezes promovem/defendem uma educação calcada no abuso do poder do adulto em relação à criança. Enfatiza-se que na *creche A*, instituição na qual se observou a ocorrência pontual de violência institucional, houve a defesa, também, por entrevistadas, do diálogo com as crianças como forma de educá-las e menção à importância do afeto na relação educadora e criança, o que poderia estar contribuindo para a realização de uma prática educativa na qual há um maior equilíbrio de poder entre adultos e crianças. Na *creche B*, não houve a citação do diálogo como forma de educação da infância, sendo mencionadas ações como ser autoritária e vigiar a criança.

Delfino (2006), a partir do estudo com professores de escolas de Ensino Fundamental de Ribeirão Preto/São Paulo, constatou que a maioria dos 24 professores (66,7%) defendeu o uso da punição moderada como forma de educar a criança. Quatro dos entrevistados (2 professores de escolas particulares e 2 de escolas públicas) afirmaram ainda que bater nas

crianças às vezes é necessário, porém pontuaram que é importante que a punição física não ultrapasse os limites, tornando-se uma agressão exagerada.

Consideramos que a defesa de uma concepção de educação autoritária, por profissionais que têm justamente a função de educar a criança, é de extrema gravidade. Vale ressaltar que, se analisarmos a história da Educação Infantil, percebemos que lutas no âmbito das teorias e práticas sociais foram travadas para a aceitação/assimilação da idéia de que creches e pré-escolas são instituições que têm como função *cuidar* e *educar*. No entanto, acreditamos que a defesa do papel educacional da Educação Infantil pode contribuir para a vitimização da criança no âmbito das instituições, se, como nas creches estudadas, as práticas dos profissionais se amparam na idéia de que educar é limitar/controlar/disciplinar a criança pelo uso do poder do adulto.

Dessa forma, consideramos que a discussão do papel da Educação Infantil (cuidar/educar) deve estar amplamente associada com o debate sobre o que é educar e como tal processo deve ser realizado, para que as concepções expressas em documentos da Educação Infantil (BRASIL, 1998a, 1998b, 1998c, 1998d) sobre a temática sejam incorporadas *pelas* e *nas* instituições. Consideramos que a defesa, em creches e pré-escolas, por uma educação que consiste em um maior equilíbrio de poder entre o adulto e a criança poderá melhorar a qualidade da relação creche e criança e também contribuir para que as instituições avaliem e intervenham nas famílias em que a educação autoritária e abusiva persiste.

Assim, defendemos a idéia de que é necessário, tanto nas instituições de educação como na família, o estabelecimento de relações com as crianças baseadas no diálogo e em um maior equilíbrio de poder, visando ao pleno desenvolvimento infantil.

A relação creche e família

No que se refere à relação creche e família, um dos aspectos que se destacou foi a **utilização/defesa da ação de orientação da família pela creche**. A menção a tal ação ocorreu principalmente pelas entrevistadas da *creche B*. Na *creche A*, apenas duas das funcionárias a citou. No entanto, diante do caso identificado de violência, relativo a uma família de camada popular, a *creche A* se posicionou no sentido de conversar/orientar a família e não notificar o caso aos órgãos de proteção.

A orientação, pelas instituições, das famílias de camadas populares, vistas como “desestruturadas” e com baixa escolaridade, parece relacionar-se com uma visão das creches

como detentoras de saberes/informações desconhecidos por tais famílias. Nesse contexto, as creches, ancoradas em sentidos relativos à família pobre e Educação Infantil, parecem assumir/defender o papel de levar conhecimentos para aqueles que, de acordo com as suas concepções, são desinformados e inaptos para lidarem com a infância.

A análise da ação da *creche B* de orientar a família diante de casos concretos de violência familiar aponta para a presença de outros sentidos, que estariam incentivando/canalizando/justificando tal ação, referentes à Educação Infantil, família, infância, educação, violência doméstica. Observamos que alguns desses sentidos vêm atravessando diferentes períodos da história (por exemplo, a família é a verdadeira responsável pela criança) e outros vêm sendo propagados mais recentemente, estando amplamente presentes nos discursos científicos e acadêmicos atuais (por exemplo, a família não tem plenos poderes sobre a criança; não se deve castigar a criança para educá-la). Nesse contexto, compreendemos que situações concretas de violência doméstica podem mobilizar e acentuar a disputa entre sentidos arraigados ao longo da história (“velhos”) e sentidos defendidos mais recentemente (“novos”), havendo um intenso processo de embate e negociação de discursos. Segundo Panúncio-Pinto (2008), “o embate entre o novo e o velho – sempre tão difícil de abandonar, cristalizado pela repetição, pela coação, pela naturalização de sentidos exercida pelo poder – trava-se na história”.

Se pensarmos nos sentidos relacionados com a ação de orientação das famílias pela *creche B*, podemos perceber que, na luta entre velhas e novas concepções, não há vencedores e perdedores. Se por um lado alguns sentidos legalmente e cientificamente aceitos parecem ter sido vencidos nesse cenário (por exemplo, deve-se notificar casos aos órgãos de proteção), percebemos que outros foram vencedores (por exemplo, a família não tem plenos poderes sobre a criança). O contrário também parece válido. Se por um lado discursos defendidos ao longo da história parecem ser rejeitados (por exemplo, para educar a criança deve-se bater) outros parecem ainda serem defendidos (por exemplo, a família é a verdadeira responsável pela criança).

Dessa forma, a ação de orientação da família pela *creche B* parece ancorar-se em velhos e novos sentidos, constituindo-se como uma ação que também se situa entre o velho e o novo: ao mesmo tempo em que a *creche não notifica casos de violência doméstica dirigida à criança* (ação condenada pelos discursos acadêmicos e científicos atuais e que mantém ainda a privatização da violência familiar, historicamente defendida), ela conversa com a família, o que se constitui como uma *forma de intervenção na família diante do abuso*

familiar (ação esperada na atualidade e antes impensada, quando o poder dos pais sobre os filhos era amplamente defendido).

Levantamos a hipótese de que a mobilização de velhos e novos sentidos, identificados nos relatos das funcionárias da *creche B* e que justificariam/incentivariam a ação de orientação das famílias agressoras, também possa estar ocorrendo em instituições que vivenciam situações concretas de violência doméstica contra a criança. Na pesquisa realizada por Vagostello et al. (2006), anteriormente mencionada, constatou-se que a intervenção adotada por professores e diretores de escolas públicas e privadas diante do indicativo de violência doméstica dirigida a estudantes é a mesma: convocação e orientação dos pais.

Em relação à ação de orientação das famílias, os dados do presente estudo apontam que sua utilização, segundo os relatos das entrevistadas, ora não obteve os resultados esperados (perpetuação da violência), ora resultaram em prejuízos para a criança, como retirada da mesma da instituição. Dessa forma, conforme apontam os dados, tal ação junto à família não se constituiu como uma ação eficaz para o enfrentamento da violência doméstica dirigida à criança.

Vagostello et al. (2003, 2006) afirmam que a convocação e orientação da família e a não-notificação dos casos aos órgãos competentes é ainda uma prática perigosa, pois não permitem que esses órgãos cumpram seu papel e podem expor a vítima a riscos mais intensos na medida que o agressor, ao ser alertado sobre a identificação da violência, pode passar a praticar violências menos visíveis e mecanismos de coerção cruéis para silenciar a vítima.

A relação creche e órgãos de proteção

No que se refere à relação creche e órgãos de proteção da criança, o aspecto que mais se destacou foi **a ação das instituições em não notificar** casos de violência doméstica.

Na *creche B*, tanto os discursos como as práticas (diante de casos concretos) indicaram o silenciamento da instituição, diante dos órgãos de proteção da infância.

Na *creche A*, a principal ação defendida foi a notificação. Ao falarem de como agiriam, caso identificassem um caso de violência doméstica, as entrevistadas pareceram defender sentidos presentes nos discursos legais sobre a temática e ações pautadas no que seria “politicamente correto”. Panúncio-Pinto (2006), analisando o discurso de seis professores, de escolas de município do interior de São Paulo, sobre a temática violência doméstica contra a criança, também observou que os sujeitos, ao falarem como observador

externo *sobre* a violência, recorrem a discursos organizados, racionalizados, relativos ao âmbito jurídico.

Consideramos, ainda, que o fato de as famílias atendidas pela instituição serem de camadas médias possa ter sustentado o discurso da notificação e não-orientação dos agressores, na medida em que racionalmente a ação de orientação de famílias “instruídas” também parece não se justificar.

No entanto, diante de um caso concreto, a ação utilizada pela *creche A* foi a orientação da família. Acreditamos que a experiência com casos concretos possa acionar outras redes de sentidos e intensificar o embate entre diferentes discursos, canalizando as ações das pessoas em direções antes impensadas. Nesse contexto, o processo de ressignificação pode ocorrer, ou seja, a produção de novos sentidos sobre a temática.

Vale pontuar, porém, que os sentidos mobilizados e as ações adotadas pelas instituições, diante de casos concretos (orientação da família e não-encaminhamento do caso aos órgãos de proteção), parecem agir no sentido de vitimizar a criança, na medida em que suas experiências de violência permanecem silenciadas.

A ação, defendida por funcionárias de instituições educativas, de não notificar casos de violência familiar aos órgãos de proteção é também apontada no estudo de Delfino (2006), citado anteriormente. A pesquisadora constatou que professoras de escolas públicas e privadas, de Ribeirão Preto/São Paulo, que identificaram, em proporções altas, violência doméstica contra seus estudantes, afirmaram que utilizariam as seguintes ações diante de casos de violência familiar: conversar com a criança (23,8%), conversar com a direção (33,3%), conversar com os pais (28,6%), não tomar nenhuma providência (2,4%). Somente 11,9% das funcionárias afirmaram que realizariam a notificação de casos ao Conselho Tutelar.

Ressaltamos, nesse contexto, a necessidade de quebrar o pacto de silêncio sobre a violência doméstica que começa na família e parece ser mantido/ser reforçado pelas instituições educativas. Consideramos que é de fundamental importância a realização da notificação dos casos aos órgãos de proteção, já que essa se constitui como uma forma de rompermos esse ciclo de manutenção e de privatização da violência familiar perpetrada contra a criança.

Pontuamos que autores vêm apontando a precariedade da estrutura dos Conselhos Tutelares (GONÇALVES; FERREIRA, 2002), o que reflete em um atendimento à infância aquém do ideal, a construção de uma visão negativa dos órgãos na nossa sociedade e o posicionamento de descrédito da população no que tange ao serviço oferecido. No presente

estudo, constatamos uma concepção negativa dos Conselhos Tutelares em ambas as creches, o que poderia estar agindo para que não haja uma defesa da notificação como principal ação a ser utilizada pelas instituições.

Dessa forma, consideramos que a melhoria e o aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos órgãos de proteção à criança também poderiam auxiliar no processo de construção de novos sentidos e ações pela Educação Infantil no que tange à forma de lidar com os casos identificados, podendo haver uma maior notificação e acompanhamento dos mesmos pelos órgãos responsáveis.

As reflexões acima apontam para a necessidade do estabelecimento de uma melhor relação entre a creche-criança (nos casos de violência doméstica e nas atividades cotidianas das instituições), creche-família e creche-órgãos de proteção.

Vale ressaltar que as funcionárias das creches estudadas mencionaram desconhecimento ou pouco conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, apresentaram concepções negativas da legislação e, na maioria dos casos, relataram nunca terem participado de eventos que discutissem a temática da violência familiar dirigida à criança, o que poderia estar contribuindo para a manutenção dos sentidos e práticas referentes à violência nas instituições.

A falta de informações sobre a temática e de espaços para a discussão da violência familiar que atinge a infância parece ser uma realidade compartilhada por instituições educativas. Brino e Williams (2003b), ao realizarem um estudo sobre as concepções de professoras acerca do abuso sexual infantil, também constataram a falta de informações por profissionais que trabalham diretamente com a infância sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. As pesquisadoras identificaram, ainda, em escolas municipais de Educação Infantil da cidade de São Carlos/São Paulo, a falta de planejamento, para que haja a inclusão da temática da violência doméstica contra a criança nos currículos escolares bem como a discussão da problemática em cursos de aperfeiçoamento dos profissionais (BRINO; WILLIAMS, 2003b).

Consideramos que, no caso das creches estudadas, para que ocorresse uma mudança nas ações realizadas *pelos e nas* instituições, seria necessário trabalhar não apenas sentidos referentes à violência doméstica contra a criança (por exemplo: A violência pode ser justificada/perdoada dependendo dos motivos alegados para sua realização), mas também sentidos relativos à Educação Infantil (por exemplo: A creche é responsável pela criança

somente enquanto a mesma está na instituição), à família (por exemplo: A família é a verdadeira responsável pela criança), à infância (por exemplo: Dependendo de seu comportamento, a criança pode merecer a violência), à educação (por exemplo: Educar é estabelecer limites, obter a obediência da criança), aos órgãos de proteção (por exemplo: Os órgãos de proteção são ineficazes), ao Estatuto da Criança e do Adolescente (por exemplo: O Estatuto da Criança e do Adolescente é inadequado).

Dessa forma, defendemos a idéia de que compreender e discutir as redes de sentidos que atravessam a temática é de fundamental importância, para que haja uma mudança efetiva na forma como profissionais lidam com a violência familiar dirigida à criança.

Acreditamos, portanto, que a realização contínua de cursos de formação para profissionais que lidam com a infância, que promovam o maior conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e nos quais haja a discussão da complexa temática da violência doméstica contra a criança, possa contribuir para o processo de construção de novos sentidos que canalizam/incentivam ações de proteção da criança no âmbito institucional. Ressalta-se que, em tais cursos, a discussão dos diversos sentidos que envolvem a temática possa resultar tanto na melhoria das ações das creches, nos casos de violência doméstica (em relação à criança, à família e aos órgãos de proteção), como também nas ações de cuidado, educação e proteção da criança nas instituições, já que, como indicou nossa análise, tais ações se amparam/são incentivadas por redes de sentidos às vezes comuns e que muitas vezes se entrecruzam.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a busca pela compreensão de como profissionais da Educação Infantil significam e lidam com a violência doméstica contra a criança exigiu um olhar para a diversidade e para a complexidade que envolve a temática. Tal olhar permitiu a constatação da existência de redes de sentidos que canalizam/atravessam as ações dos profissionais da Educação Infantil no que tange à criança (em relação à violência doméstica e institucional), à família e aos órgãos de proteção e que constituem/sustentam/justificam práticas institucionais de proteção/vitimização da criança.

Na nossa análise, observamos ainda que sentidos comuns estariam canalizando/influenciando/justificando a forma como as funcionárias lidam com a violência doméstica e a forma como lidam com as crianças nas instituições. Ao mesmo tempo apontamos como nas relações estabelecidas pelas creches com as crianças, famílias e órgãos de proteção pode haver a realização de ações que contribuem para a vitimização da criança, se caracterizando como violência institucional.

Ressaltamos, ainda, que a abordagem da família pela creche pode se constituir como uma violência para a família, na medida em que muitas vezes tal ação parte do pressuposto de que a família é incapaz, inadequada para cuidar dos filhos e pode expressar abuso de poder da creche em relação à família.

A análise do material nos leva a afirmar ainda que a relação entre creche e família, entre violência doméstica e institucional é ainda mais complexa. Consideramos que as formas como as creches abordam as crianças e as famílias, nos casos de violência doméstica, podem influenciar ainda na ocorrência da violência familiar: incentivando-a (quando a creche queixa de problemas da criança à família, que pode até advir de episódios de violência anteriormente vivenciados pela criança; quando a creche relata à família que a criança mencionou ser violentada em casa), sustentando-a (ao tolerar, praticar e defender castigos físicos como forma de educar) e talvez a inibindo (se houver a notificação aos órgãos competentes).

O contrário, ou seja, a ocorrência da violência doméstica, pode ainda influenciar na dinâmica das instituições educativas, já que a criança vitimizada pode apresentar problemas afetivos e comportamentais nas mesmas, resultantes da violência familiar, conforme apontam diversos estudos (SANTOS; FERRIANI, 2007; WILLIAMS; PEREIRA, 2008), e que podem tentar “ser corrigidos” pelas funcionárias, por meio do abuso de poder em relação à criança.

No entanto, ressaltamos que a delimitação de onde começam e onde terminam os fenômenos mencionados pode ser considerada uma tarefa inviável, inadequada e que não reflete a realidade. Defendemos a idéia de que redes de sentidos e práticas que atravessam as instituições familiares e educativas se sustentam, se mantêm, se modificam mutuamente, numa relação dialética.

Consideramos que tais redes de sentidos constituem/são constituídas, atravessam/são atravessadas por uma matriz sócio-histórica, composta por múltiplos e, às vezes, antagônicos discursos (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004) que incentivam/justificam/sustentam também práticas de proteção/vitimização da criança, em diferentes contextos sociais.

Sentidos que atravessam/influenciam as relações creches-crianças, creches-famílias, creches-órgãos de proteção, estudados na presente pesquisa, parecem estar disseminados na nossa sociedade de uma forma geral, tais como: a educação das crianças deve basear-se nos castigos físicos; a privacidade da família e seu poder sobre os filhos são legítimos, devendo ser respeitados; a criança deve ser disciplinada, obediente e limitada; os órgãos de proteção da criança não realizam um trabalho eficaz; o Estatuto da Criança e do Adolescente é inadequado, devendo ser reformulado. E ainda: a educação da criança deve se basear no diálogo; a família não tem plenos poderes sobre as crianças; a criança deve ser respeitada como sujeito de direitos, como ator social; os órgãos de proteção são importantes, eficazes; o Estatuto da Criança e do Adolescente é relevante e garante os direitos da infância.

Acreditamos que, na nossa sociedade, assim como nas instituições-alvo da pesquisa, ora há a defesa/adoção de sentidos e práticas que se direcionam para a proteção da criança e ora a defesa/adoção de sentidos e práticas que se direcionam para a vitimização da infância. Concomitantemente, algumas práticas parecem ter potencial para proteger mas também para vitimizar a criança. Os dados também indicaram que tais práticas seriam resultantes de um embate constante entre velhas e novas concepções relacionadas com a infância. Conforme ressalta Rossetti-Ferreira et al. (2004), a intersecção e a luta entre diferentes discursos e valores, presentes na matriz sócio-histórica e vinculados a diferentes períodos históricos, contribuiriam para a realização de práticas heterogêneas na sociedade, circunscrevendo diferentes processos desenvolvimentais.

Pontuamos que o presente estudo pareceu nos indicar a prevalência de sentidos que canalizam/incentivam/justificam ações de vitimização da criança, servindo para manter relações de poder do adulto em relação à criança, seja nas creches ou nas famílias.

O uso social das formas simbólicas com o intuito de hierarquizar os sujeitos em interação é apontado por Thompson (2002) que afirma que “o sentido (significado) serve, em

circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas” (THOMPSON, 2002, p. 16). De acordo com o autor, tais relações, denominadas de “relações de dominação”, atingem as pessoas mais diretamente nos contextos em que mais convivem, como família e escola.

Azevedo e Guerra (1989) afirmam que o poder presente nos contextos mais imediatos vivenciados pelas crianças é potencialmente perigoso. A existência desse micropoder, no nível das relações interpessoais, constitui, de acordo com as autoras, a Síndrome do Pequeno Poder que vem servindo para a dominação da criança no âmbito social.

Consideramos que as relações de poder do adulto sobre a criança no nível das relações interpessoais são sustentadas/sustentam relações de dominação da criança no âmbito macrossocial.

Nesse contexto, apontamos a necessidade de que reflexões sejam realizadas sobre quais redes de sentidos vêm atravessando as instituições e contribuindo para manter as relações de poder/dominação do adulto sobre a criança. Acreditamos que a mudança nos sentidos presentes nas relações interpessoais possa se refletir em mudanças no nível mais macrossocial, no que tange aos discursos e às práticas defendidas/realizadas em relação à criança. Acreditamos que se a dominação se estabelece, é mantida e afeta profundamente a criança nas relações cotidianas, o contrário, ou seja, uma maior igualdade de poder na relação dos adultos com as crianças deve ser construída também *nas e pelas* interações humanas.

Conforme afirmam Vendrusculo e Ferriani (2008, p. 241), “a violência deve ser tratada na sociedade que a produz, pois ela se nutre de fatos políticos, econômicos e culturais trazidos nas relações cotidianas que, por serem construídas por determinadas sociedades e sob determinadas circunstâncias, podem ser por ela desconstruídas e superadas”.

Nesse contexto, enfatizamos a necessidade de planejarmos ações eficazes de enfrentamento da violência contra a criança, para que haja a “libertação” das crianças dessa malha de poder que a vitimiza nos diferentes ambientes por ela vivenciados, incluindo as famílias e as instituições educativas. Para tanto, conforme aponta este estudo, é necessário que reconheçamos e compreendamos o complexo processo de vitimização da criança e como os discursos/as redes de sentidos, às vezes, favorecem/justificam/sustentam a dominação da criança no âmbito social.

Assim ressaltamos que a sociedade e, sobretudo, as instituições que lidam com a infância, devem refletir sobre quais valores estão se pautando e como suas práticas vêm contribuindo para manter/inibir o processo de vitimização da criança. No que tange à Educação Infantil, afirmamos, a partir das reflexões realizadas neste trabalho, que é de

fundamental importância que tais instituições estabeleçam relações mais igualitárias com as crianças, bem como as protejam de qualquer forma de violência. Dessa forma, creche e pré-escolas poderão promover/possibilitar o desenvolvimento integral das crianças, cumprindo seu papel político e pedagógico.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AGRAN, P. F.; ANDERSON, C.; WINN, D.; TRENT, R.; WALTON-HAYNES, L.; HAYER, S. Rates of pediatric injuries by 3-month intervals for children 0 to 3 years of age. **Pediatrics**, Sacramento, v. 111, p. 683-692, 2003.

ANGROSINO, M. V.; PÉREZ, K. A. Rethinking Observation. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage, 2000. p. 673-702.

ANSER, M. A. C. I.; JOLY, M. C. R. A.; VENDRAMINI, C. M. M. Avaliação do conceito de violência no ambiente escolar: visão do professor. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 67-81, 2003.

AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise de autoridade docente. **Cadernos Cedes**, Campinas, n. 47, p. 7-19, 1998.

ARIÈS, P. **História social da família e da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ASSIS, S. G. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 126-134, 1994.

ASSIS, S. G. Violência doméstica: estudo epidemiológico sobre a vitimização física dos adolescentes de Duque de Caxias. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 28, n. 1, p. 51-60, 1995.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAZON, M. R. Maus-tratos na infância e adolescência: perspectiva dos mecanismos pessoais e coletivos de prevenção e intervenção. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, p. 1110-1112, 2007.

BAZON, M. R. Violências contra crianças e adolescentes: análise de quatro anos de notificações feitas ao Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 323-332, 2008.

BITTENCOURT, C. B. F. Violência sexual contra crianças: implicações psicológicas. **Pediatria Moderna**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 420-424, 1995.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990**. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF, 1998a. v. 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF, 1998b. v. 2.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF, 1998c. v. 3.

BRASIL. **Parecer nº 22/98, aprovado em 17 de dezembro de 1998**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 1998d.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Guia escolar: métodos para a identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004.

BRINGIOTTI, M. I. **La escuela ante los niños maltratados**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2000.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 113-128, 2003a.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Capacitação do educador acerca do abuso sexual infantil. **Interação em Psicologia**, Curitiba, n. 7, v. 2, p. 1-10, 2003b.

CANADA. Minister of Public Works and Government Services Canada. **A selected, annotated bibliography of child maltreatment reporting by education professionals**. 1999. Disponível em: <<http://www.hc-sc.gc.ca/nc-cn>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

CAVALCANTI, M. L. T. Estudo descritivo dos registros de violência doméstica no conselho tutelar de Niterói. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 99-123, 1999.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 432-443, 2002.

CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. (Orgs.). **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

DE LA BARRA, F. M.; RODRÍGUEZ, J. T.; ALVAREZ, P. P.; VERGARA DEL, A. S.; TOLEDO, V. D. Maltrato infantil y juvenil en una comuna Santiago: parte I: estimación de la prevalencia. **Revista Chilena de Pediatría**, Santiago, v. 69, n. 3, p. 126-131, 1998.

DELFINO, V. **Percepção de pais e professores sobre práticas de educação e da criança sobre o certo e o errado: intervindo com ela para promover o respeito à diversidade**. 2006. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

DELFINO, V.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A percepção que professores e pais têm das formas de educar as crianças e da violência doméstica contra elas. In: . In: **LIVRO de Artigos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia FFCLRP-USP**. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP, 2003. p. 129-137.

DELGADO, L. F.; FISBERG, M. Síndrome do bebê espancado. **Pediatric Moderna**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 111-116, 1990.

DELGADO, J. M.; GUTIÉRREZ, J. **Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales**. Madrid: Ed. Síntesis, 1995.

DEMAUSE, L. La evolución de la infância. In: _____. **Historia de la infância**. Madrid: Alianza Editorial, 1991. p. 15-92.

DESLANDES, S. F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 177-187, 1994.

DESLANDES, S. F. Prevenir a violência - um desafio para profissionais de saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 207-208, 1995.

FALEIROS, J. M. **Estudo da prevalência de maus-tratos em crianças matriculadas de 1ª à 4ª série do ensino fundamental em escolas da rede pública e particular da cidade de Ribeirão Preto**. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

FERREIRA, A. L.; SCHRAMM, F. R. Implicações éticas da violência doméstica contra crianças para profissionais da saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 6, p. 659-665, 2000.

FORJUOH, S. N. Child maltreatment related injuries: incidence, hospital charges, and correlates of hospitalization. **Child Abuse & Neglect**, New York, v. 24, n. 8, p. 1019-1025, 2000.

FORMOSINHO, J. O.; ARAÚJO, S. B. Entre o risco biológico e o risco social: um estudo de caso. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 87-103, 2002.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala: formação da família sob o regime de economia patriarcal**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1946.

GOMES, R.; DESLANDES, S. F.; VEIGA, M. M.; BHERING, C.; SANTOS, J. F. C. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18, n.3, p.707-714, 2002.

GOMES, V. L. O.; FONSECA, A. D. Dimensões da violência contra crianças e adolescentes, apreendidas do discurso de professoras e cuidadoras. **Texto e contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, p. 32-37, 2005.

GONÇALVES, H. S.; FERREIRA, A. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 315-319, 2002.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

JABUR, M. A. **Retratando uma creche: um encontro de olhares e dizeres revelando sentidos para uma Educação Infantil de qualidade**. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

KRISTENSEN, C. H.; OLIVEIRA, M. S.; FLORES, R. Z. Violência contra crianças e adolescentes na grande Porto Alegre. In: UNICEF. (Org.). **Violência doméstica**. Brasília: UNICEF/AMENCAR/Assembléia Legislativa do RGS, 1999. p. 104-117.

MARMO, D. B.; DAVOLI, A.; OGIDO, R. Violência doméstica contra a criança. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 6, p. 313-316, 1995.

MATIAS, A. S. A. **Estudo da prevalência de maus-tratos em crianças de 0 a 6 anos matriculadas em creches e pré-escolas da rede pública e particular na cidade de Ribeirão Preto**. 2004. 65 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

MATIAS, A. S. A.; BAZON, M. R. Prevalência de maus-tratos de crianças de 0 a 6 anos que freqüentam estabelecimentos de educação infantil na cidade de Ribeirão Preto. In: LIVRO de Artigos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia FFCLRP-USP. Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2005. p. 287-298.

MAYAN, M. J. **Una introducción a los métodos cualitativos: módulo de entrenamiento para estudiantes y profesionales**. Tradução C. B. Cisneros. 2001. Disponível em: <<http://www.ualberta.ca/~iiqm/pdfs/introduccion.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2006.

MILLER, K. **Educação infantil: como lidar com situações difíceis**. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

NEVES, A. S. **A violência física de pais e mães contra filhos: cenário, história e subjetividade**. 2004. 135 f. Tese (Doutorado em Psicologia)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

NEVES, M. F. R. Violência contra a criança escrava no século XIX. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 107-128, 1992.

NEVES, A. S.; ROMANELLI, G. A violência física de pais e mães contra filhos: cenários, história e subjetividade. In: LIVRO de Artigos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia FFCLRP-USP. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP, 2004. p. 111-123.

NEWSON, T.; NEWSON, E. Cultural aspects of childrearing in the english-seaking worl. In: RICHARDS, M. P. M. **The integration of child into a social world**. London: Cambridge University Press, 1974. p. 53-82.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório mundial sobre a violência contra crianças**, 2006. Disponível em: < <http://www.andi.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

PANÚNCIO-PINTO, M. P. **O sentido do silêncio dos professores diante da violência doméstica sofrida por seus alunos – uma análise do discurso**. 2006. 89 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PANÚNCIO-PINTO, M. P. Violência interpessoal doméstica: por que ainda nos silenciemos? **Polêmica**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 75-82, 2008.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento humano**. 7. ed. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PINTO, M. A infância como construção social. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Eds.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997.

QUEIROGA NETO, A. M. A internalização da violência. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 268, p. 18-21, 1993.

RIBEIRÃO PRETO. **Deliberação 001/01, de 09 de outubro de 2001**. Fixa normas para autorização de funcionamento e supervisão de instituições de educação infantil no sistema de ensino do Município de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal, 2001.

RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. Proteção Social Especial. **Disque Denúncia**. [2007]. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scidadania/i27principal.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2007.

RICHARD, B.; LYMAN, J. R. Barbarie y religión: la infancia a fines de la época romana y comienzos de La Edad Media. In: DEMAUSE, L. **Historia de la infância**. Madrid: Alianza Editorial, 1991. p. 93-120.

RIVA, L. C. **A dinâmica do relacionamento entre pais e filhos de famílias de baixa renda: organização doméstica e negligência**. 2005. 69 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

ROCHE, A. J.; FORTÍN, G.; LABBÉ, J.; BROWN, J.; CHADWICK, D. The work of Ambroise Tardieu: the first definitive description of child abuse. **Child Abuse & Neglect**, Orlando, v. 29, n. 4, p. 325-334, 2005.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S.; CARVALHO, A. M. A. **Rede de Significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

SANTOS, L. E. S.; FERRIANI, M. G. C. A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 60, n. 5, p. 524-529, 2007.

SÃO PAULO. Lei nº 10.498, de 5 de janeiro de 2000. Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação compulsória de maus-tratos em criança e adolescentes. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, SP, 06/01/2000, n. 7. Seção1, p. 2.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, 2005.

SEKKEL, M. C. **Reflexões sobre a experiência com a educação infantil**: possibilidades de uma educação contra a violência na primeira infância. 1998. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, A. P. S. **(Des) continuidades no envolvimento com o crime**: construção de identidade narrativa de ex-infratores. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

SILVA, A. P. S.; VITORIA, T.; PANTONI, R. V.; BESANI, V.; ROSSETTI-FERREIRA, M. C. As leis e a educação infantil. In: ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. (Ed.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 184-191.

SIROTA, R. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 12, p. 7-13, 2001.

SOARES-SILVA, A. P.; FRIEDMANN, A. Violence. In: COCHRAN, M.; NEW, R. S. (Orgs.). **Early childhood education: an international encyclopedia**. Westport: Praeder, 2006. v. 4, p. 934-938.

SOUZA, S. J.; KRAMER, S. **Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Loyola, 1988.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, 2001.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Barcelona: Paidós, 1998.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação em massa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de psicologia. Laboratório de Estudos da Criança (LACRI). **A ponta do iceberg: dados de incidência e prevalência**. 2007. Disponível em: < <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm> >. Acesso em: 02 mar. 2008.

VALLES, M. S. **Técnicas cualitativas de invetigacion social: reflexion metodológica y prática profesional**. Madrid: Sintesis Sociologia, 1997.

VASGOSTELLO, L.; OLIVEIRA, A. S.; SILVA, A. M.; DONOFRIO, V.; MORENO, T. C. M. Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas se São Paulo. **Paidéia: Cadernos de Psicologia e Educação**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 26, p. 190-196, 2003.

VASGOSTELLO, L.; OLIVEIRA, A. S.; SILVA, A. M.; DONOFRIO, V.; MORENO, T. C. M. Práticas de escolas públicas e privadas diante da violência doméstica em São Paulo. **Psic: Revista de Psicologia da Vetor Editora**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 87-94, 2006.

VENÂNCIO, R. P. Maternidade negada. In: PRIORI, M. (Ed.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 189-222.

VENDRUSCULO, T. S.; FERRIANI, M. G. C. Políticas e prioridades políticas: o atendimento à criança e ao adolescente, vítimas de violência doméstica. In: FERRIANI, M. G. C. et al. (Org.). **Debaixo do mesmo teto**. Goiânia: AB Editora, 2008. p. 219-264.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WILLIAMS, L. C. A.; PEREIRA, A. C. S. A associação entre violência doméstica e violência escolar: uma análise preliminar. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 18, n. 30, p. 25-35, 2008.

YANOWITZ, K. L.; MONTE, E.; TRIBBLE, J. R. Teachers' beliefs about the effects of child abuse. **Child Abuse & Neglect**, New York, v. 27, p. 483-488, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Guia de entrevista

- Trabalho na Educação Infantil/ Trabalho na creche.
- Relação com as crianças e famílias atendidas.
- Sentidos de infância e família.
- Papel da Educação Infantil, da creche.
- Sentidos de educação.
- Sentidos de: violência/ violência contra a criança/ violência doméstica contra a criança.
- Opinião sobre o que deveria ser feito para o enfrentamento da violência doméstica contra a criança e sobre qual(is) o(s) responsável(eis) implicado(s).
- Existência de casos de violência doméstica contra a criança, identificados *na e pela* creche.
- Como agiria atualmente se identificasse algum caso de violência doméstica contra a criança.
- Participação em eventos que discutiram violência doméstica contra a criança.
- Conhecimento dos órgãos de proteção à criança. Opinião sobre estas instituições.
- Conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Opinião sobre esta legislação.
- Dados pessoais: nome, idade, estado civil, função na qual foi contratada, função realizada, tempo de serviço, se possui filhos (Em caso positivo: número e se está(ão) na creche).

APÊNDICE B – Caracterização das instituições – Informações Adicionais

▪ A creche A

SÉRIE	TURMA	FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE CRIANÇAS	DEMANDA
BERÇÁRIO I	A, B, C	4 MESES - 1 ANO	15	14
BERÇÁRIO II	A, B	1 ANO - 1 ANO E 6 MESES	17	15
MATERNAL I	A, B	1 ANO E 6 MESES - 2 ANOS	21	16
MATERNAL II	A, B, C, D	2 ANOS - 3 ANOS E 11 MESES	55	48
TOTAL			108	93

QUADRO 4 – AGRUPAMENTO DE CRIANÇAS

Fonte: Projeto Político-Pedagógico da *creche A* (2002)

TIPOS DE ATIVIDADES	PÚBLICO-ALVO	NÚMEROS DE DIAS DISPONIBILIZADOS PARA AS ATIVIDADES
REUNIÃO PARA PLANEJAMENTO	FUNCIONÁRIOS	4
REUNIÃO PEDAGÓGICA	FUNCIONÁRIOS	4
REUNIÃO SETORIZADA COM OS PAIS	FAMÍLIAS	20
EVENTOS	CRIANÇAS E FAMÍLIAS	3
REUNIÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)	FAMÍLIAS E EDUCADORES	5
TRABALHO REMUNERADO	EDUCADORAS	22

QUADRO 5 – ATIVIDADES DO ANO DE 2007 NA CRECHE A

Fonte: Anexos do Projeto Político-Pedagógico da *creche A* (2007)

FUNÇÃO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	FORMAÇÃO
DIRETORA COORDENADORA	1	PEDAGOGIA
AUXILIAR DE SERVIÇO	4	ENSINO FUNDAMENTAL (INCOMPLETO)
AUXILIAR DE SERVIÇO	1	ENSINO MÉDIO
AUXILIAR DE LIMPEZA	1	ENSINO FUNDAMENTAL (INCOMPLETO)
ESTAGIÁRIA	4	PEDAGOGIA (CURSANDO)
COZINHEIRA	1	ENSINO FUNDAMENTAL (INCOMPLETO)
MERENDEIRA	1	ENSINO FUNDAMENTAL
AGENTE DE AÇÃO COMUNITÁRIA	1	ENSINO FUNDAMENTAL
AGENTE DE AÇÃO COMUNITÁRIA	1	ENSINO FUNDAMENTAL (INCOMPLETO)
JARDINEIRO	1	ENSINO FUNDAMENTAL (INCOMPLETO)

QUADRO 6 – PESSOAL ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

Fonte: Anexos do Projeto Político-Pedagógico da *creche A* (2007)

FUNÇÃO	FORMAÇÃO	TURMA COM A QUAL TRABALHA
EDUCADORA DE CRECHE	PEDAGOGIA; PÓS-GRADUAÇÃO (EDUCAÇÃO INFANTIL)	BI A
EDUCADORA DE CRECHE	MAGISTÉRIO; PEDAGOGIA	B I C
EDUCADORA DE CRECHE	MAGISTÉRIO; PEDAGOGIA	B II A
EDUCADORA DE CRECHE	MAGISTÉRIO; PEDAGOGIA	B II B
EDUCADORA DE CRECHE	MAGISTÉRIO; PEDAGOGIA (CURSANDO)	MI A
EDUCADORA DE CRECHE	MAGISTÉRIO	EMERGENCIAL
EDUCADORA DE CRECHE	MAGISTÉRIO; PEDAGOGIA	EMERGENCIAL
ATENDENTE INFANTIL	PEDAGOGIA	MI B
ATENDENTE INFANTIL	MAGISTÉRIO; PEDAGOGIA (CURSANDO)	M II B
ATENDENTE INFANTIL	MAGISTÉRIO; PEDAGOGIA; PÓS-GRADUAÇÃO (ALFABETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL)	M II C
AGENTE DE AÇÃO COMUNITÁRIA	PEDAGOGIA (CURSANDO)	B I A
AUXILIAR DE SERVIÇO	MAGISTÉRIO; PEDAGOGIA (CURSANDO)	M II A
AUXILIAR DE SERVIÇO	MAGISTÉRIO; PEDAGOGIA (CURSANDO)	M II D

QUADRO 7 – PESSOAL DOCENTE

Fonte: Anexos do Projeto Político-Pedagógico da *creche A* (2007)

A relação da instituição com a família

Segundo consta nos anexos do Projeto Político-Pedagógico (2007) da instituição, a *creche A* tem a preocupação de promover a integração entre família, instituição e comunidade.

A partir das observações realizadas, notou-se que a integração entre as famílias das crianças atendidas e a creche é grande. Durante as visitas à instituição, observou-se a presença de trabalhos artísticos e manuais, feitos pelos pais, que foram expostos na mesma ou que estavam sendo utilizados pela creche. A pesquisadora presenciou ainda momentos em que pais conversaram com a diretora sobre eventos que seriam realizados na instituição, demonstrando interesse pela atividade, bem como momentos em que as mães permaneciam com seus filhos na creche, durante o período de adaptação da criança.

De acordo com os anexos do Projeto Político-Pedagógico da *creche A* (2007), bem como através do relato das funcionárias e das observações realizadas, pode-se afirmar que há a interação de funcionários da creche com as famílias das crianças atendidas nos seguintes momentos: no período de adaptação da criança à creche; nos horários de entrada e saída das crianças; nas reuniões de pais, do Conselho Escolar e da Associação de Pais e Mestres e durante os eventos promovidos pela instituição. Abaixo, algumas informações referentes a estes momentos são apresentadas.

O período de adaptação

De acordo com a diretora da creche, quando uma criança ingressa na instituição, há um período de adaptação no qual a criança, a família e as educadoras vão se familiarizando com a nova situação.

No período de adaptação, segundo a diretora, é obrigatório o acompanhamento da criança, no ambiente institucional, por algum membro da família. Nos primeiros dias, o período em que a mãe permanece na creche com o filho é maior, sendo menor o tempo de permanência da criança na instituição. Com o passar dos dias, o tempo de permanência da criança na creche vai aumentando e, concomitantemente, o tempo de permanência da mãe na instituição vai diminuindo.

De acordo com as observações realizadas, notou-se que os funcionários da creche são bastante receptivos às mães. As educadoras, que demonstram segurança em relação ao trabalho realizado,

lidam de forma tranqüila com a presença das mães durante as atividades. Estas participam com seus filhos de todas as atividades realizadas pelas crianças, inclusive da alimentação. No que se refere ao oferecimento de refeições às mães, a diretora da creche afirmou que esta prática é importante, para que as mesmas verifiquem a qualidade dos alimentos oferecidos às crianças. As refeições também são oferecidas aos visitantes da creche, com este mesmo objetivo.

Realizando uma comparação com a *creche B*, que será descrita abaixo, considerou-se que o programa de adaptação realizado pela *creche A* facilita a entrada das crianças na creche e promove uma maior integração entre família e instituição.

O momento de entrada e saída das crianças da creche

De acordo com as observações realizadas, notou-se que, durante o horário de entrada das crianças, a diretora permanece perto do portão por meio do qual as crianças entram, recebendo as mesmas e suas famílias.

As crianças são levadas pelos responsáveis as suas salas, nas quais se encontra pelo menos uma das educadoras. Observou-se que, neste momento, os pais interagem com as educadoras, trocando informações relativas à criança.

No momento de saída, os pais entram novamente na instituição e buscam seus filhos nos locais onde se encontram tais como sala, solário, *playground*. Neste momento, observou-se também a existência de importante interação entre família e creche, havendo novamente troca de informações entre as educadoras e os responsáveis.

As reuniões de pais, a comemoração de datas festivas e a promoção de eventos

De acordo com a diretora da creche, as reuniões de pais ocorreram de forma setorizada, ou seja, cada turma realizou uma reunião com os pais das crianças atendidas. A mesma afirmou ainda que o planejamento destas atividades foi de responsabilidade de cada educadora.

Segundo a funcionária, no planejamento elaborado no início do ano de 2007, havia a previsão de uma reunião geral dos pais, porém, a partir da decisão da Associação de Pais e Mestres, houve a estruturação de reuniões setorizadas, realizadas em dias diferentes de uma mesma semana e nas quais cada educadora discutiu com os responsáveis temas considerados relevantes e relacionados com a dinâmica específica da turma.

A diretora da creche afirmou que a instituição promove ainda a comemoração de datas festivas tais como Dia das Mães e Festa Junina nas quais há a abertura para a participação da comunidade. Além destas comemorações, há a realização de outros eventos como o Dia da Pizza e do Cachorro-Quente que têm como objetivo a arrecadação de verba para melhoria da estrutura da creche.

De acordo com a funcionária, a participação da comunidade nas reuniões e eventos promovidos pela creche é grande. A mesma pontuou ainda que, em contrapartida, a exigência da comunidade também é intensa no que se refere à garantia da qualidade do serviço prestado.

O Conselho Escolar e a Associação de Pais e Mestres (APM)

O Conselho Escolar e a Associação de Pais e Mestres da *creche A* já estavam em funcionamento em 2002, conforme consta nos anexos do Projeto Político-Pedagógico de 2007. Neste mesmo documento, relata-se que, no primeiro dia do mês de março de 2007, ocorreu a reunião dos pais (e responsáveis) e funcionários da creche para eleger e empossar os membros do Conselho Escolar e da APM para o ano de 2007.

Conforme consta nos Anexos do Projeto Político-Pedagógico da *creche A* (2007), o Conselho Escolar foi constituído pela presidente (diretora), por 12 pais, 4 professores, 2 técnicos pedagógicos. Foram eleitos 12 membros diretores da APM, sendo 7 pais e 5 funcionários da creche.

A diretora afirmou que é grande a participação dos pais no Conselho e na APM. A mesma explicou que as educadoras nem sempre participam das reuniões e que os assuntos que são tratados nas reuniões são discutidos com as educadoras, durante as atividades diárias e nas reuniões pedagógicas. A partir da análise de relatos da diretora, da observação de reunião do Conselho Escolar e da dinâmica da creche, evidenciou-se que há a participação dos pais no funcionamento da creche, na medida em que os mesmos dão sugestões e opiniões, a respeito de assuntos relativos à mesma, e ainda atuam na promoção de eventos na instituição.

▪ **A creche B**

TURMAS	FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE CRIANÇAS
MATERNAL	2 A 3 ANOS	12
PRÉ 1 A	3 A 4 ANOS	15
PRÉ 1 B	3 A 4 ANOS	15
PRÉ 2	4 A 5 ANOS	25
PRÉ 3	5 A 6 ANOS	25
TOTAL		92

QUADRO 8 – AGRUPAMENTO DE CRIANÇAS PLANEJADO

Fonte: Relato da coordenadora administrativa da *creche B* (2007).

TIPOS DE ATIVIDADES	PÚBLICO ALVO	NÚMEROS DE DIAS DISPONIBILIZADOS PARA AS ATIVIDADES
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	FUNCIONÁRIOS	5
REUNIÃO PEDAGÓGICA	EDUCADORAS	4
ATIVIDADES COM CRIANÇAS E FAMÍLIAS	CRIANÇAS E FAMÍLIAS	5
REUNIÃO COM PAIS	FAMÍLIAS	4

QUADRO 9 – ATIVIDADES DO ANO DE 2007 DA *CRECHE B*

Fonte: Arquivo da *creche B* (2007).

FUNÇÃO	FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
SUPERVISORA PEDAGÓGICA	PEDAGOGIA	VOLUNTÁRIA
SUPERVISORA ADMINISTRATIVA	PEDAGOGIA	VOLUNTÁRIA
PROFESSORA DO MATERNAL	MAGISTÉRIO/CURSANDO MATEMÁTICA	25 HORAS
PROFESSORA DO PRÉ 1A	PEDAGOGIA	25 HORAS
PROFESSORA DO PRÉ 1B	PEDAGOGIA	25 HORAS
PROFESSORA DO PRÉ 2	MAGISTÉRIO/CURSANDO PEDAGOGIA	25 HORAS
PROFESSORA DO PRÉ 3	MAGISTÉRIO/CURSANDO PEDAGOGIA	25 HORAS
PROFESSORA ITINERANTE	MAGISTÉRIO	25 HORAS
SERVIÇOS GERAIS	ENSINO MÉDIO	40 HORAS
SERVIÇOS GERAIS	ENSINO FUNDAMENTAL	40 HORAS
SERVIÇOS GERAIS	ENSINO FUNDAMENTAL	40 HORAS
COZINHEIRA	ENSINO MÉDIO	40 HORAS
ESTAGIÁRIA	CURSANDO PEDAGOGIA	30 HORAS
DENTISTA	ODONTOLOGIA	2 HORAS
ASSESSORA	ARTES	VOLUNTÁRIA

QUADRO 10 - FUNCIONÁRIOS DA *CRECHE B*

Fonte: Projeto de trabalho da *creche B* (2007).

NÚMERO DE EDUCADORA(S)	HORÁRIO DE TRABALHO DIÁRIO
2	08h00min ÀS 11h00min/ 14h30min ÀS 16h30min
1	08h00min ÀS 11h00min/ 14h00min ÀS 16h00min
1	08h00min ÀS 13h00min
1	07h00min ÀS 12h00min

QUADRO 11 – HORÁRIO DE TRABALHO DAS EDUCADORAS DA CRECHE B

Fonte: Relato da coordenadora administrativa da *creche B* (2007).

A relação da instituição com a família

As observações e análise dos documentos da instituição apontaram que não há, na *creche B*, um programa de adaptação das crianças à instituição, o que pressupõe a entrada dos pais com as crianças até que as mesmas se sintam melhor no novo ambiente.

Segundo a coordenadora administrativa da instituição, neste período, as crianças saem mais cedo e, quando choram muito, a creche liga para os pais solicitando que os mesmos busquem a criança.

A partir das observações realizadas, notou-se que uma das formas que a instituição utilizava para lidar com as crianças que choravam muito era deixá-las com uma das funcionárias dos serviços gerais, que as olhava enquanto realizava suas tarefas. Porém, segundo a coordenadora, há casos em que as crianças não se adaptam e acabam saindo da creche.

De acordo com as informações obtidas, através das observações realizadas e análise de documentos da instituição, o contato dos funcionários da creche com as famílias ocorre nos seguintes momentos: na entrada e saída das crianças, nas reuniões de pais e nos eventos comemorativos. Com o intuito de favorecer uma maior compreensão da forma como esta interação é estabelecida, apresentamos abaixo uma breve descrição destes momentos de encontro entre creche e família.

A entrada das crianças na creche

Para o acolhimento das crianças, são utilizadas as duas portas de entrada da instituição, localizadas na frente e no fundo da mesma. Na entrada da frente, há a recepção das crianças do Pré 1A, Pré 1 B e Pré 3 e, na entrada do fundo, a recepção das crianças do Maternal e Pré 2. Das educadoras, no horário estipulado para entrada das crianças (07h00min às 08h00min), somente a do Pré 3 está na instituição, sendo que as demais só iniciam a jornada de trabalho às 08h00min. As crianças que entram na porta da frente são recebidas pela educadora do Pré 3, e as que entram pela porta do fundo são recebidas por uma funcionária dos serviços gerais. De acordo com as observações realizadas, o contato com as famílias, neste momento, é restrito. Assim que as demais educadoras chegam, chamam as crianças para a sala. Durante as visitas à instituição, a pesquisadora não presenciou momentos de troca de informações entre as funcionárias que receberam as crianças e as educadoras.

A saída das crianças da creche

No horário de saída, as crianças se dirigem para as áreas perto dos portões do fundo e da frente da instituição. Assim como no horário de entrada, as crianças do Pré 1A, Pré 1B e Pré 3 ficam na entrada da frente, e as crianças do Maternal e Pré 2 ficam na entrada do fundo. Neste momento, também não há um contato grande entre a família e os funcionários da creche. Vale ressaltar que os funcionários que ficam com as crianças, também, não são necessariamente as educadoras. Neste momento, somente as educadoras do Maternal e do Pré 1 A ainda estão na instituição. Dessa forma, muitos pais não chegam a ver a educadora responsável pelo filho, nem no momento de entrada da criança, nem no momento de saída, em função dos horários de trabalho das mesmas, conforme apresentado no quadro 11.

As reuniões de pais e a comemoração de datas festivas

A coordenadora administrativa afirmou que as atividades organizadas pela creche direcionadas às famílias são as festas comemorativas, como a festa do Dia das Mães e Festa Junina, e as reuniões de pais, nas quais são discutidos temas relevantes de acordo com o andamento das aulas.

A participação dos pais nas reuniões, de acordo com a coordenadora, não é muito grande. Questionada sobre o motivo que ela atribuía a esta ausência, a funcionária afirmou que ali a realidade e a classe social são diferentes. É diferente a valorização da educação. Disse que havia trabalhado em uma escola particular e que, neste contexto, a participação dos pais era maior, talvez por que pagavam e queriam exigir qualidade.

A coordenadora administrativa considera, porém, que a relação da creche com a família é boa e afirmou que nunca aconteceu nada de extraordinário e que, quando os pais têm alguma reclamação, eles procuram a coordenação e conversam. Ressaltou ainda que, sempre que as pessoas da comunidade falam da creche, falam bem.

APÊNDICE C – Mapeamento dos sentidos – *Creche A*

SENTIDOS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL

Creche é uma instituição assistencialista e educacional.
A creche ajuda a criança a se desenvolver.
A creche ajuda a preparar a criança para o futuro.
O trabalho da creche complementa o da família – ambas são responsáveis pela criança.
O diálogo entre a creche e a família deve ocorrer quando a criança está dando problemas na creche.
O diálogo entre a creche e a família deve ocorrer para que haja troca de informações sobre a criança e orientação da família sobre o trabalho da creche.
O diálogo entre a creche e a família deve ocorrer quando a criança está sofrendo violência familiar.
A creche deve orientar as famílias agressoras (de camadas populares).
A creche deve interferir nos casos de violência doméstica contra a criança.
A creche não tem “competência” para orientar as famílias nos casos de violência doméstica contra a criança.
A creche deve colocar limites e exigir disciplina e obediência da criança.

SENTIDOS SOBRE FAMÍLIA

As famílias podem ter diversos arranjos.
A família nuclear é a ideal.
A família é muito importante. É apoiadora e orientadora.
A família deve dar amor e carinho para a criança.
A família deve educar a criança e dar limites.
A família é o modelo para a criança.
A família forma a personalidade da criança.
A família prepara a criança para o futuro.
A família tem que ser unida e ter diálogo.
A família “estruturada” é nuclear, pais trabalham, têm boas condições financeiras, se respeitam, não bebem, se preocupam uns com os outros.
Não se deve interferir na família.
A família não tem plenos poderes sobre a criança.
Famílias agressoras são problemáticas/“desestruturadas”.
As famílias podem questionar a intervenção da creche (orientação) nos casos de violência familiar.
As famílias atendidas pela creche gostam do trabalho da instituição.
As famílias atendidas pela creche não têm problemas com a creche.
A maioria das famílias atendidas pela creche vem nas reuniões e participa.
As famílias atendidas pela creche são “estruturadas”.

SENTIDOS SOBRE INFÂNCIA/CRIANÇA

A criança tem direito à saúde, alimentação e à educação.
A criança deve brincar, ter liberdade, ter amor, carinho e respeito.
A criança não deve ter responsabilidades.
A criança é dependente do adulto - deve ser cuidada.
A criança deve saber regras sociais.
A criança deve ter limites.
A criança é indefesa.
A criança forma a personalidade nos anos iniciais da infância.
A infância é um período de preparação para o futuro.

SENTIDOS SOBRE EDUCAÇÃO

Educar é buscar que a criança adquira conhecimentos.
Educar é estabelecer limites.
Educar é cuidar e dar afeto.
Uma das formas de educar a criança é pelo exemplo.
Uma das formas de educar a criança é ao cuidar.
Uma das formas de educar a criança é pelo diálogo.
Uma das formas de educar a criança é através de atividades orientadas e brincadeiras.
Uma das formas de educar a criança é mostrar regras sociais.
Uma das formas de educar a criança é castigar/bater.
Não adianta, não se deve bater na criança para educá-la.
Para educar a criança tem de ter um vínculo afetivo.

SENTIDOS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA

O bater é uma violência quando é na hora errada/ A criança pode ter merecido a violência.
Não adianta bater, não se deve espancar a criança.
A violência doméstica contra a criança pode trazer consequências para a vítima.
Existem diferentes concepções de violência.
Tudo que não é ato de amor é violência.
Não acontecem casos de violência doméstica na creche porque as famílias são “estruturadas”, com melhores condições de vida e mais instruídas.
Há diversos tipos de violência doméstica contra a criança.

MODALIDADES

Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é a física.
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é a psicológica.
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é a negligência.
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é o abandono.
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é a violência sexual.
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é o conflito familiar (briga entre genitores).

CAUSAS

A violência doméstica contra a criança pode ser resultado de uma dinâmica familiar problemática/“desestruturada”.
A ocorrência da violência contra a criança está associada à classe social.
A ocorrência da violência contra a criança não está associada à classe social.
A violência contra a criança ocorre porque a mesma é indefesa.
A violência contra a criança ocorre por falta de paciência dos adultos (estresse às vezes em função das más condições de vida).
A violência contra a criança ocorre em função do consumo de bebida alcoólica pelos familiares.
A violência contra a criança pode estar associada a doenças psicológicas dos familiares.

ENFRENTAMENTO

O enfrentamento da violência doméstica contra a criança envolve diversos atores.
O enfrentamento da violência doméstica contra a criança envolve a realização de trabalhos por profissionais especializados.
Uma das ações para enfrentar a violência contra a criança é atuar nas condições sociais para estruturar a família.
Uma das ações para enfrentar a violência doméstica contra a criança é acionar o Conselho Tutelar diante de casos constatados.
Uma das ações para enfrentar a violência contra a criança é a orientação/tratamento psicológico da família.
A institucionalização da criança não deve ser uma das formas para enfrentar a violência doméstica.

SENTIDOS SOBRE ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO

O Conselho Tutelar é competente e eficiente.
O Conselho Tutelar é importante e protege a criança.
O Conselho Tutelar deve ser acionado diante de um caso de violência doméstica contra a criança.
A intervenção dos órgãos de proteção da criança em casos de violência doméstica é uma maneira de ajudar as famílias.
O Conselho Tutelar talvez não realize um trabalho eficaz.
O Conselho Tutelar às vezes realiza um trabalho inadequado com as famílias (como retirar a criança do âmbito familiar, encaminhando-a para abrigos).
O abrigo é um lugar triste, que atende criança que não tem família ou que a família não tem condições de cuidar.
O abrigo é bom, tenta educar as crianças para que as mesmas não se tornem marginais.

SENTIDOS SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente é importante e garante os direitos das crianças.
O Estatuto da Criança e do Adolescente é mal compreendido/ mal interpretado.
O Estatuto da Criança e do Adolescente é inadequado.
O Estatuto da Criança e do Adolescente é contraditório – fala só dos direitos das crianças, não dos deveres.

SENTIDOS SOBRE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

A criança pode merecer a violência.
A creche deve colocar limites e exigir disciplina, obediência da criança.
Não é correto gritar e humilhar a criança.

APÊNDICE D – Mapeamento dos sentidos – *Creche B*

SENTIDOS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL

Creche é uma instituição assistencialista e educacional.
Creche é uma instituição assistencialista.
Creche não é a verdadeira responsável pela criança e sim a família.
Creche é responsável pela criança enquanto a mesma está na instituição.
Creche deve respeitar os modos de ser, agir e pensar das famílias, inclusive no que se refere à educação da criança.
Creche não deve interferir na família ou interferir com muito cuidado.
Creche não deve interferir em casos de violência contra crianças que não frequentam a instituição.
O diálogo entre a creche e a família deve ocorrer quando a criança está dando problemas na creche.
O diálogo entre a creche e a família deve ocorrer quando a criança está sofrendo violência familiar.
A creche deve orientar as famílias.
A creche deve interferir nos casos de violência doméstica contra a criança.
A creche deve colocar limites e exigir disciplina e obediência da criança.
O diálogo entre a creche e a família deve ocorrer quando a criança está faltando na creche.
O diálogo entre a creche e a família deve ocorrer para que os valores trabalhados com a criança sejam semelhantes.

SENTIDOS SOBRE FAMÍLIA

As famílias podem ter diversos arranjos.
A família nuclear é a ideal.
A família é muito importante. É apoiadora e orientadora.
A família deve educar, dar limites para a criança.
A família é a verdadeira responsável pela criança e sua educação.
Não se deve interferir na família.
A família não tem plenos poderes sobre a criança.
A família deve respeitar os filhos, inclusive na hora das brigas familiares.
As famílias possuem dificuldades e precisam de orientação.
A família possui dinâmica própria, desconhecida na totalidade por terceiros.
Famílias agressoras são problemáticas (perigosas).
As famílias atendidas pela creche são problemáticas.
As famílias atendidas/agressoras precisam de orientação.
As famílias atendidas/agressoras podem questionar a intervenção da creche.
As famílias atendidas pela creche têm intimidade, confiança, amizade com funcionárias da instituição.

SENTIDOS SOBRE INFÂNCIA/CRIANÇA

Criança deve ser tratada com respeito.
A criança deve brincar e ter liberdade.
A criança é dependente do adulto - deve ser cuidada.
Criança tem de ter obediência e limites
A criança é indefesa.
A criança é educada nos anos iniciais.
A infância é um período de preparação para o futuro.
A criança tem direito à educação.

As crianças têm de aprender coisas diferentes, de acordo com a faixa etária.
Infância pobre é diferente de infância rica.
Criança é um ser passivo e sem conhecimento.
A criança tem interesse de aprender.
A criança é um ser cheio de conhecimento.
Infância atual é inadequada.
As crianças atendidas pela creche têm problemas em casa.
As crianças atendidas pela creche têm necessidade de falar sobre seus problemas.
As crianças atendidas pela creche gostam da creche e das funcionárias.
Muitas das crianças atendidas pela creche são criadas pelos avôs aos quais são muito apegados.

SENTIDOS SOBRE EDUCAÇÃO

Educar é estabelecer limites.
Educar é mostrar outras dimensões da vida.
Educar é buscar que a criança adquira conhecimentos.
Educar é buscar que a criança adquira conceitos e habilidades.
Educar é buscar que a criança adquira ética, valores e respeito.
Educar é formar para o futuro.
Educar é desenvolver a criança dentro da sua capacidade, dentro da sua faixa etária.
Educação é uma via de mão dupla.
Uma das formas de educar a criança é ser autoritária em alguns momentos.
Uma das formas de educar a criança é pelo exemplo.
Uma das formas de educar a criança é policiar a criança.
Uma das formas de educar a criança é mostrar regras sociais.
Uma das formas de educar a criança é castigar/bater.
Não adianta, não se deve bater na criança para educá-la.

SENTIDOS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA

A criança pode ter merecido a violência.
A violência doméstica contra a criança pode ser justificada, “perdoada” dependendo dos motivos alegados para sua realização.
Não adianta bater, não se deve espancar a criança.
A violência doméstica contra a criança pode trazer conseqüências para a vítima.
Tapas e castigos são freqüentes e “naturais”.
Há diversos tipos de violência doméstica contra a criança.

MODALIDADES

Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é a física.
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é a psicológica.
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é a negligência.
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é o abandono.
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é a violência sexual.
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é o conflito familiar.
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é conflito familiar (briga entre genitores).
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é conflito familiar (briga entre irmãos).
Uma das modalidades de violência doméstica contra a criança é não ser cuidada por pai e mãe.

CAUSAS

A violência contra a criança pode ser resultado de uma dinâmica familiar problemática.
A ocorrência da violência doméstica contra a criança está associada à classe social.
A violência contra a criança pode ser resultado da não-compreensão da perspectiva da criança/ Falta paciência.
O ato violento é “desencadeado” em função de um comportamento da criança.
A violência contra a criança pode ser resultado da violência social.

ENFRENTAMENTO

O enfrentamento da violência doméstica envolve diversos atores.
O enfrentamento da violência doméstica envolve a realização de trabalhos por profissionais especializados.
Uma das ações para enfrentar a violência contra a criança é atuar nas condições sociais para estruturar a família.
Uma das ações para enfrentar a violência contra a criança é acionar o Conselho Tutelar diante de casos constatados.
Uma das ações para enfrentar a violência contra a criança é enfrentar a violência institucional.
Uma das ações para enfrentar a violência doméstica contra a criança é fazer com que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja conhecido.
Uma das ações para enfrentar a violência contra a criança é a orientação, conscientização e educação das famílias.
Uma das ações para enfrentar a violência contra a criança é conversar com a família agressora sobre a violência.
Uma das ações para enfrentar a violência contra a criança é acompanhar, educar e dar estrutura à criança.
Uma das ações para enfrentar a violência contra a criança é trabalhar a auto-estima das mães.

SENTIDOS SOBRE ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO

O Conselho Tutelar é importante e protege a criança.
O Conselho Tutelar deve ser acionado diante de um caso de violência doméstica contra a criança.
A intervenção dos órgãos de proteção da criança em casos de violência doméstica é uma maneira de ajudar as famílias.
O Conselho Tutelar conhece muito sobre os casos notificados e orienta as demais instituições.
O “correto” diante de um caso de violência doméstica contra a criança é acionar o Conselho Tutelar, mas o adequado é conversar com as famílias (“remediar”).
Notificar ao Conselho Tutelar é denunciar a família, algo ruim.
O Conselho Tutelar não retorna informações às instituições sobre os casos notificados.
O Conselho Tutelar talvez não realize um trabalho eficaz.
O Conselho Tutelar pode subvalorizar e/ou questionar o discurso da creche, ainda que baseado na fala da criança, em detrimento do discurso dos genitores.

SENTIDOS SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente é importante e garante os direitos das crianças.
O Estatuto da Criança e do Adolescente é mal compreendido/ mal interpretado.
O Estatuto da Criança e do Adolescente é pouco conhecido.
O Estatuto da Criança e do Adolescente deveria ser mais conhecido.
Uma das formas do Estatuto da Criança e do Adolescente ser conhecido é se houver notificação.
O Estatuto da Criança e do Adolescente não é cumprido.

SENTIDOS SOBRE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

A violência institucional pode trazer conseqüências para a criança.
O grito, o “ficar brava” e o castigo são recursos disponíveis para lidar com as crianças.
A criança pode merecer a violência.
Não é correto gritar, colocar a criança de castigo.
O grito e o castigo não são atos de violência dependendo da forma e quando são aplicados.

MODALIDADES

Uma das modalidades da violência institucional é a física.
Uma das modalidades da violência institucional é a psicológica.
Uma das modalidades da violência institucional é a discriminação.
Uma das modalidades da violência institucional é não respeitar o ritmo biológico da criança.
Uma das modalidades da violência institucional é suspender a criança.
Uma das modalidades da violência institucional é a falta de estrutura física da creche.

CAUSAS

A violência institucional ocorre porque funcionárias não gostam de criança.
A violência institucional ocorre porque falta formação das funcionárias.
A violência institucional ocorre por falta de compreensão da infância - falta de paciência.

ENFRENTAMENTO

O conhecimento do Estatuto da Criança e do adolescente é uma das formas de enfrentar a violência institucional.
--